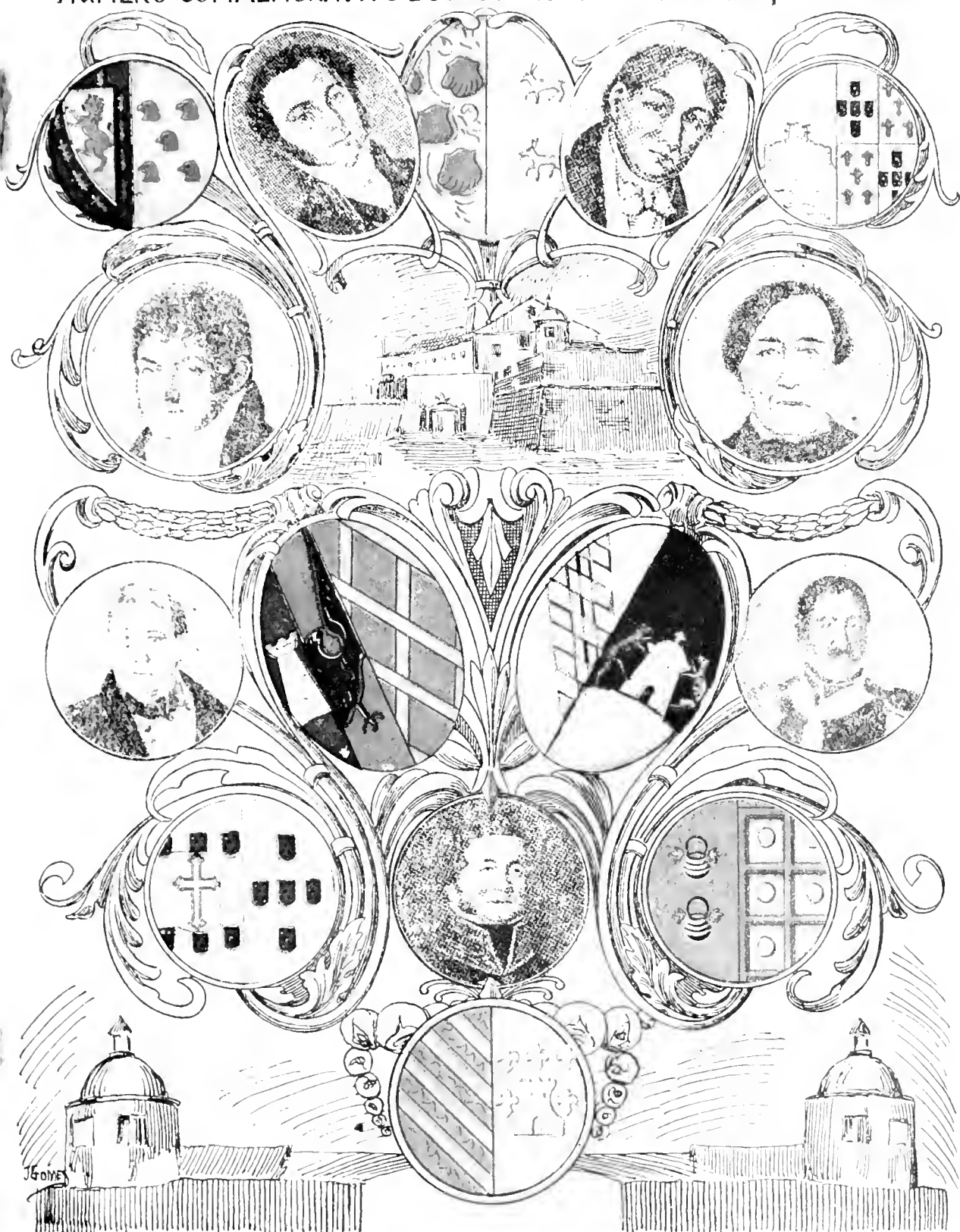


# REVISTA MICHAELENSE.

NUMERO COMMEMORATIVO DO MOVIMENTO DE 1 DE MARÇO DE 1821





# NUMERO COMMEMORATIVO

DO

Memória de 1 de Maio de

1921

NO 1.º CENTENARIO

1921



# Revista Michaelense

PROPRIETARIO, DIRECTOR E EDITOR — AYRES JACOME CORRÊA

Redacção e administração  
RUA DO COLLEGIO N.º 13  
PONTA DELGADA, S. MIGUEL-AÇORES

PREÇO AVULSO 2\$50

Composição e impressão  
Officina de Artes Graphicas  
RUA JOÃO CHAGAS—P. DELGADA

Os direitos de propriedade são todos da Revista salvo para os artigos que trouxerem menção especial  
COPIA E TRADUÇÃO INTERDICTAS

ANNO 4.º

S. MIGUEL, MARÇO DE 1921

N.º 1.

## HISTORIA DOCUMENTAL DA REVOLUÇÃO DE 1821

Na Ilha de San Miguel

### PARA A SEPARAÇÃO DO GOVERNO DA CAPITANIA GERAL DA ILHA TERCEIRA

*A REVOLUÇÃO DE 1820*

#### CAPITULO III

#### O GOVERNO DA REGENCIA

Agora são as ideias da França que se expandem nos movimentos revolucionarios que se succedem á revolução de '89 e José Francisco Corrêa da Serra e o Duque de Lafões, que acabavam de estabelecer a Academia das Sciencias, tendo elaborado os seus estatutos e estabelecido as suas installações, vêm-se obrigados a fugir por terem dado hospedagem ao francez Broussonet perseguido como jacobino da França.

Não havia entre a França e Portugal nenhuma inimizade; porem as insistencias do deputado Girondino Kersaint na convenção para a declaração de guerra e o movimento que crescia em todos os espiritos revolucionarios ameaçavam o Portugal alvoroçado. Kersaint, que era filho do nobre marinheiro o Conde Francisco de Coetnermpren de Kersaint, que na guerra para a Successão d'Austria estivera na Terra Nova e recebera um ferimento nos mares dos Açores por ocasião de sustentar um combute de 4 dias contra dois navios inglezes, de velha nobreza finis-terrense, pelos seus trabalhos sobre construcções navaes e pela sua attitude contra o Rei sobretudo na questão de guerra, déra-lhe na Assembléa Legislativa um lugar de destaque e os seus discursos pesavam no espirito dos politicos.

O Governo de D. Maria I.ª tomou as suas medidas contra a ameaça franceza e a 15 de Julho era concluido em Madrid um tratado d'alliança em que as duas partes contractantes se obrigavam mutuamente a defender os seus interesses nacionaes e a prestarem-se auxilio militar enquanto durasse a guerra, e em 26 de setembro

antes do tratado commercial e politico é assignado em Londres por D. João d'Almeida de Mello e Castro e lord Grenville em que mutuamente as duas nações alliadas se asseguram auxilio e protecção commercial e defesa commum na guerra.

Já estava então a caminho de Rosas na Catalunha um exercito portuguez que depois entrou com os alliados em França batendo os francezes no Russilhão.

Seabra da Silva, da eschola ponderada e prudente do Marquez de Pombal, sacrificando tudo aos interesses do Estado e da collectividade sem transigencias, manifestava-se claramente pela neutralidade a todo o transe; porem Luiz Pinto de Sousa Coutinho e os outros membros do Gabinete inspiravam-se na attitude da Côte e nas seguidas pelos outros paizes.

Logo que se souberam as noticias occorridas no dia 21 de Janeiro com a morte de Luiz XVI e Maria Antonieta, a Hespanha retirara o embaixador rompendo relações e o mesmo fazia a Inglaterra e quasi todos os paizes da Europa.

O governo portuguez, que não fizera o mesmo talvez por ter fallecido em Maio antes D. Vicente de Souza Coutinho e ficar a legação de Portugal entregue ao Secretario Roberto Thomazini, contudo mostra os resentimentos que os outros paizes demonstravam e associa-se ás suas attitudes guerreiras, recusando-se a entrar em quaesquer negociações com o enviado extraordinario da republica Mr. d'Arband, que viera a Lisbôa. Se bem que Portugal não declarára guerra á França, o que nunca fez guardando sempre para o estrangeiro a attitude de paiz neutro o que foi observado quando os francezes entraram na Holanda por exemplo, ficando o nosso ministro na Haya Antonio d'Araujo d'Azevedo no seu posto enquanto os outros todos dos paizes belligerantes retiravam, e se Portugal entrava na colligação contra a Republica franceza, as razões foram primeiro d'ordem defensiva e depois a titulo de aliado das nações que elle acompanhou.

De facto sem nenhuma participação formal a Marinha franceza posta a corso no Atlantico, o primeiro navio que apanhou portuguez ao alcance dos seus canhões metteu-o no fundo; era um navio que vinha da India com uma rica cargação. O commercio do Brazil foi profundamente attingido e em breve nas praças de Lisbôa e Porto varias quebras occorriam entre armadores e commerciantes. Os hespanhoes das Costas da Galliza faziam todas as facilidades aos corsarios inglezes de maneira que as presas eram muito internadas e lá as mercadorias roubadas e com toda a commodidade postas ao serviço dos piratas. 200 navios portuguezes foram assim mettidos a pique pelos francezes no decurso da guerra, sendo os valores perdidos calculados em 26 milhões de cruzados.

A economia geral da Ilha não perdeu com a guerra, apesar de varios armadores se terem resentido nos seus negocios e de alguns commerciantes terem soffrido as suas consequencias.

O numero de navios que entraram e sahiram do porto de Ponta Delgada, no anno de 1793 foi de 76, em 1794 era de 121, em 1795 era de 94 e em 1798 era de 81. A exportação da laranja foi em 1793 de 6357 caixas, em 1794 era de 14.043 caixas, em 1795 de 9.501 CAIXAS, era em 1796 de 7.344 caixas. Os rendimentos da Alfandega provenientes dos direitos e impostos importaram em 1793 em 5.645.235 reis, em 1794 em 4.723.895 reis, em 1795 em 8.755.275 reis, em 1796 em 4.353.201 reis. Os cereaes andavam por 4.500 moios de grãos em favas, feijão, trigo, milho e cevada em media por anno. Varias pessoas na praça de Ponta Delgada eram armadores: Jacintho Ignacio Rodrigues da Silveira, Nicolau Maria Raposo do Amaral, Antonio José de Vasconcellos, Antonio de Sousa Coutinho de Santa Maria e Francisco Jeronymo Pacheco de Castro.<sup>1</sup>

Os 3 primeiros, commerciantes de grande trato, embarcavam o grande commercio dos cereaes p.<sup>a</sup> Portugal e da laranja p.<sup>a</sup> a Inglaterra e para a Russia e os linhos p.<sup>a</sup> o Brazil; Souza Coutinho tinha igualmente grande parte dos seus navios empregados no Commercio de Portugal para os Açores e mesmo navios no Commercio do Oriente; Francisco Jeronymo Pacheco de Castro era um importante proprietario agricola do Norte e residia em Ponta Delgada, exercendo as funções de

Mestre de Campo do Terço d'infanteria auxiliar de Villa Franca do Campo (1) para as quaes tinha sido nomeado por carta patente de 16 de setembro de 1786 para substituir seu pae que fallecera sem desempenhar o cargo.

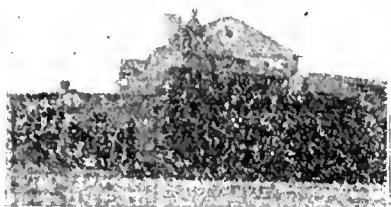
No dia 27 de julho de 1788 em frente do Terço formado e com as honras militares do estylo foi-lhe pelo Capitão Commandante Manuel Pacheco da Camara e Aragão dada posse e tomado o juramentono Campo das Freiras da Villa Franca do Campo.

Seu pae Antonio Boaventura Pecheco da Camara casado com Bernarda Josephá de Castro, era um abastado proprietario do Porto Formoso e Maia, aonde os seus ascendentes, netos d'um dos filhos do Colonizador Gonsalo Vaz, chamado o Grande, tinham fundado os alicerces das florescentes freguezias do Norte que o tempo vira alastrar-se n'um progresso crescente agricola e para o qual contribuiara e dirigira sempre os seus esforços aquella illustre familia.

Séde d'uma Capitania d'ordenanças no commando da qual se achava Ignacio de Povôas Rezendes, o Porto Formoso acolheu com jubilo á morte d'este a no-

meação em 1761 (27 julho), de Antonio Boaventura, sendo-lhe dado o juramento em harmonia com o regimento e lei das armas a 10 d'outubro do anno seguinte por ordem do Capitão Mór, pelo Capitão João Bento Pacheco Raposo na presença das testemunhas amigas da familia e parentes Dr. Neumão Borges da Camara e Medeiros e Bento Pacheco da Motta Camara e Medeiros.

Essas companhias d'ordenanças que formavam os corpos de milicia da Provincia eram essa magnifica organização militar estabelecida desde o seculo XVII e que no reinado de D. João IV na guerra da Independencia tantos e assignalados serviços deixaram á causa da defesa nacional.



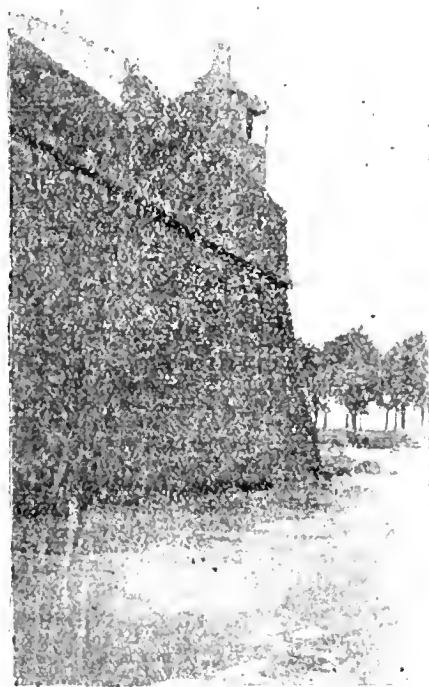
*Entrada para o Castello*

Era geralmente ás pessoas de distincção e de tradições genealogicas que se entregavam os commandos das companhias nas localidades e a successão das funcções era feita na familia como tinha sido uso para todos os cargos publicos. Na Villa Franca do Campo no principio do seculo (1709) occupava a Capitania Mór o segundo avô de Francisco Jeronymo, Bento Pacheco da Motta, e Francisco Pacheco da Camara tambem no ultimo quarteiro do seculo se achava no cargo de tenente de infanteria de Villa Franca do Campo tomando posse em 1788; como já vimos não ia alli terminar a sua carreira militar, essa carreira que era o orgulho dos fidalgos d'aquelle tempo. Em 1793 fallecia na Cidade o Mestre de Campo José Ignacio Machado de Faria e Maia, morgado de um dos principaes vinculos da familia Faria e Maia, chefe da casa da Arquinha, e estava indicado pela sua posição social, pela esclarecida intelligencia que lhe illuminava a conducta moral, e pelo acendrado patriotismo com que sempre se dedicara ás questões militares, para o desempenho d'essas funcções Francisco Jeronymo.

A carta patente da sua nomeação apparecia a 20 de junho de 1796 e a 30 do mez seguinte no Campo de S. Francisco era-lhe deferido juramento e a posse pelo sargento Mór commandante Alvaro de Bettencourt Vasconcellos Corrêa de Lacerda na presença do Terço e dos Officiaes da Camara Municipal. Era elle então governador Interino da Ilha e encarregado das fortificações que o governo de

(1)—Este posto de Mestre de Campo correspondia ao posto de coronel do Regimento d'infanteria paga.

S. Magestade entendera por bem mandar executar. Ainda que a paz fora concluída com a França, a situação ficara pouco esclarecida e a segurança da terra tornava urgente as medidas de defesa. Eram ellas então constituidas por fortins ao longo da costa, poucos metros acima do nível do mar, nas partes em que a terra era baixa; quasi sempre cortadas as rochas a pique n'uma grande profundidade, a invasão por ellas de tropas inimigas era impraticavel, pela exposição que offereciam aos defensores. Procedendo com zelo e grande actividade deu execução aos trabalhos de que estava incumbido, reconstituindo o forte de S. Pedro da Ribeira Grande que estava perfeitamente desmantellado e desguarnecido, restabelecendo a estrada ao seu estado transitavel; o forte da Lagôa ficou indemolivel, como affirmava o capitão d'ordenanças da Villa, o Dr. João de Medeiros Borges Amorim; e o mesmo resultado tiveram os trabalhos no forte da Villa Franca, da Caloura, Rasto de Cão e São Caetano, ao populo. Na sua vida particular a guerra attingira-o profundamente: um dos seus bons navios, a «Nossa Senhora do Cabo» um bergantim veleiro, fôra mettido a pique a 4 graus e 40 minutos de longitude «este do meridiano da Ilha do Ferro e a 20 graus de latitude. Os francezes n'uma fragata armada com 46 canhões, 24 de bateria baixa e 18 alta incluindo 4 morteiros em numero de 440 sob o commando do Capitão Larcher seguiam derrota para a Ilha de França; ao avistarem o bergantim perseguiram-no, intimaram-no a parar e informaram-se da sua procedencia e carregamento. O capitão era João Pereira Delgado, natural de Ponta Delgada, forte moço de 28 annos, decidido, que fez as declarações exigidas, e 18 homens de tripulação, Manoel Moniz Piloto, Antonio Pereira, irmão do capitão, de 23 annos, Mathias Joseph Tavares de Gouveia, um cunhado do capitão e um outro capitão, irmão de Joaquim, casado, de 36 annos d'edade, analphabeto, proprietario de parte da carga com Joseph Raposo, michaelense de 44 annos d'edade morador em Lisboa. Levavam 50 moios de trigo, 80 moios de feijão e o resto de fava, paños e duas pipas d'aguardente, parte da qual era consignada ao agente Vicente Joseph Borges, de Lisboa.



*S. Braz—Baluarte do Noroeste*

O capitão Larcher tratou com todas as atenções os tripulantes e depois de mandar retirar toda a carga para bordo da fragata mandou-lhe abrir um rombo no cavername. Logo que a «Nossa Senhora do Cabo» se afundava lentamente a fragata dirigia-se para a Ilha de Palma a deixar os tripulantes perto de terra e logo que a terra estava á vista deitaram um bote á agua em que os pobres michaelenses se embarcaram, chegando á vista da Cidade depois d'algumas horas de remação com a esperança n'alma e com um salvo conducto que lhes deu o commandante da fragata para as auctoridades hespanholas da Ilha. Depois d'algumas horas foram os nossos michaelenses avistados de terra do semaphoro do Castello Prol da Cidade de Palma, da Ilha de Palma e quando foi reconhecido serem naufragos, preveniram do posto o tenente Coronel commandante do regimento de Milicias Provinciales D. Antonio Ignacio, Prime de Giusla, governador militar, que lhes mandou dar alojamento no quartel, depois de terem os tripulantes da «Senhora do Cabo», prestado as devidas declarações perante a au-



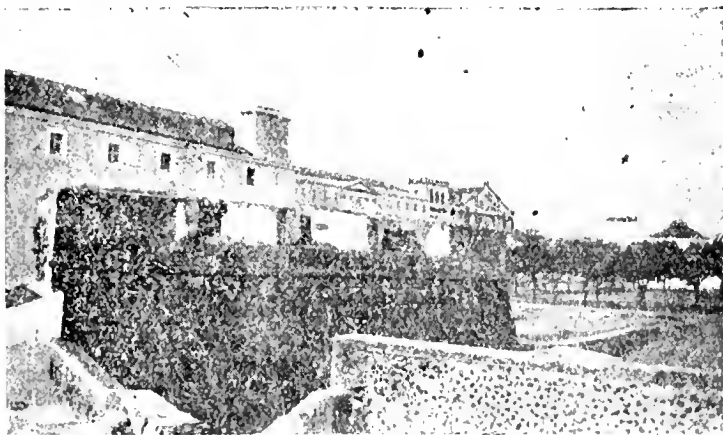
etoridade e depois de louvados estes e de reconhecido o salvo conducto do Commandante da fragata franceza escripto n'estes termos: Nós abaixo assignado, capitão commandante da fragata da Republica Franceza certificamos que tomamos o Bergantim portuguez "Nossa Senhora do Cabo" e fizemos introduzir a tripulação e passageiros e conduzil-os a terra á Ilha da Palma n'um bote de que lhes dou a propriedade

Dado

*A bordo aos 20 Vindemario, anno 2.º da Republica*

O governo da Cidade mandou que provesses os naufragos de roupas, comidas e tudo que necessitassem e conduzil-os no primeiro transporte para St.<sup>a</sup> Cruz de Tenerife. Tendo saltado em Palma a 11, sahiram os naufragos a 18, chegando a 20 a St.<sup>a</sup> Cruz; deixando St.<sup>a</sup> Cruz a 21 e aportando a Cadiz a 3 de Dezembro.

Estes actos da pirataria foram muito frequentes nos Açores, mesmo quando a situação parecia para Portugal, como já vimos, conservar o paiz n'um estado de neutralidade. Essa mesma neutralidade dava lugar tambem na Villa da Ribeira Grande a um incidente pictoresco que vamos narrar. A 22 de Janeiro de 1798 ás costas da Villa appareceu um bergantim que os vigias em breve reconheciam ser francez; mas enquanto se dava participação ao Capitão-mór, alguns curiosos embarcavam n'um bote e abordavam o bergantim, sendo o proprio filhodo Capitão-mór, do grupo. Mais outro facto extravagante e excepcional. De volta á cidade pelas 9 horas da manhã n'um dos primeiros dias de julho de 1800 Francisco Jeronymo recebeu logo á entrada a sensacional noticia da entrada no porto de corsarios francezes capturando 3 navios que estavam surtos n'elle; batendo bandeira americana, foi-lhe a bordo o sotan-patroa, e depois de estirem os tripulantes lá, apoderando-se do bar-



*S. Braz—Amcias d'uma cortina do nascente*

co sem mais demora servem-se para levar gente a 3 navios, um hiate e 2 bergantins fundados, aonde cortam as amarras e de prompto largam os pannos e põem-se em fugas, isso tudo feito com tal velocidade que o castello de S. Braz apenas atira 4 tiros de peia e mesmo assim sem esperanças do commandante da bateria que sabia que era impossivel alcançar os navios que estavam ancorados a 720 braças da terra, Francisco Jeronymo, que se explicou sobre a responsabilidade grave que lhe imputavam, dizia que a sua salida da cidade fôra de 6 horas apenas, deixando o seu governo ao Sargento-mór, que em diversas occasiões o tinha já assumido e que as manobras dos navios pirateados não tinham deixado mais do que um quarto d'hora para as artilharias do castello atirarem sobre elles.

Francisco Jeronymo Pacheco de Castro não ficava arruinado com a perda do Bergantim, mas n'esta conjectura o valor era accrescido não só pelo valor dos transportes que levava e o serviço extraordinario que offerecia como pelas difficuldades em o substituir que havia na occasião.

Francisco Jeronymo Pacheco de Castro era proprietario d'uma casa d'umas centenas de contos. Senhor já de varios vinculos, elle augmentou-os em 1797 requerendo 15 vinculos em harmonia com as disposições da lei Pombalina dos Mor-

gados de 3 d'agosto de 1770 que considerava, para a reunião n'um só morgado, bens captivos, os vínculos pequenos inferiores a cem mil reis de rendimento que gravitavam em volta da administração d'um vínculo importante:

Esses vínculos eram :

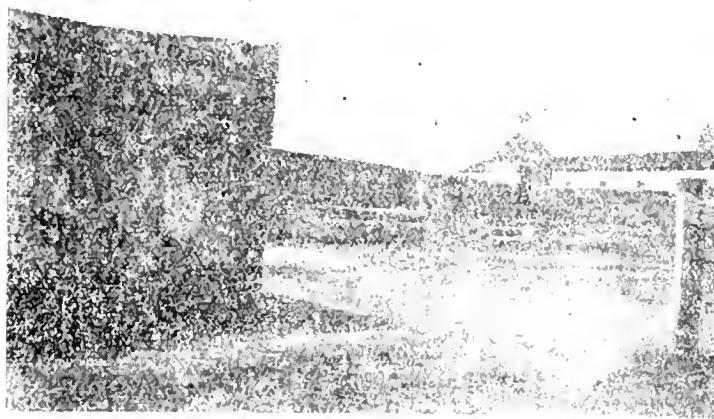
|                                   |       |             |
|-----------------------------------|-------|-------------|
| O de Jeronymo d'Abreu do Valle    | renda | 25.000 reis |
| José Gonçalves                    |       | 14.875 »    |
| Suzana Afonso                     |       | 25.200 »    |
| Maria da Costa                    | »     | 16.800 »    |
| Sgt.º Mór Bento Pacheco da Motta  | »     | 32.950 »    |
| Maria da Cunha                    | »     | 8.875 »     |
| Padre Arsenio Gonçalves           | »     | 2.000 »     |
| Padre Belchior Rodrigues Teixeira | »     | 9.000 »     |
| Maria da Fonseca                  | »     | 18.500 »    |
| Padre Francisco Correia de Thomar | »     | 24.000 »    |
| Victoria da Cunha                 | »     | 3.000 »     |
| João da Costa Homem               |       | 24.000 »    |
| Ignez Soares                      | »     | 1.200 »     |
| Catharinha do Canto e Medeiros    | »     | 50.000 »    |
| Isabel Correia                    | »     | 31.600 »    |

O Governador foi incançavel nos seus trabalhos de fortificação, mas o seu esforço para a mobilisação ainda foi empregado com mais resultado.

Um dos primeiros actos d'elle foi substituir na direcção das obras o Sargento-mór d'Engenharia José Leite de Chaves, entregando a administração dos dinheiros das obras ao Tenente Joaquim José Rebello e a fiscalização directa d'elles ao ajudante da artilheria Valerio José de Medeiros Azedo.

Os resultados em breve se fizeram ver progredindo a obra por uma forma maravilhosa.

Um dos grandes problemas da mobilisação estava ligado ao dos trabalhos agricolas. A chamada ás fileiras deixava os campos despovoados e em breve a falta de braços ameaçava agravar os amanhos das terras e, se mais durasse, as colheitas e, as subsistencias. Ninguém melhor do



*S. Braz — Ameias do ponte*

que o Governador avaliava a situação—proprietario agrario como era e ligado por laços de parentesco aos principaes morgados. Francisco Jeronymo Pacheco de Castro restringiu portanto a mobilisação e instituiu escholas de exercicio á noite para manter as diferentes classes das recrutas das milicias e das ordenanças em estado de aptidão aos serviços da guerra.

Dos arredores de Ponta Delgada e da Cidade era no Convento dos Gracianos que se reuniam os mancebos d'idade militar e com licença do vigário Provincial Dr. Bernardino da Costa, até ás 12 horas da noite na crasta do Convento se exercitavam sob o commando dos officiaes instrutores. Dizer que todos os serviços do illustre governador tiveram justa compensação seria anticipar prematuramente um fim de carreira que de facto coroou a vida militar de Francisco Je-

ronymio reformado no posto de Brigadeiro. Mas quantas tribulações soffria o nosso heroe!

Quando preparava um longo processo para a reforma militar e em que era necessario demonstrar a honradez e comprovar os relevantes serviços prestados durante a guerra, um incidente com o novo governo vem perturbar-lhe a tranquillidade occupando o general Lannes a Legação da França em Lisboa. O General Lannes tinha-se feito estimar da Côrte e trouxera de França a communhão de ideias que abundavam em Portugal sobre o interesse do paiz n'uma politica neutral. A paz d'Amiens tambem, que parecia estabelecer na Europa occidental a paz tranquillizadora, não foi mais do que um compasso d'espera. Os planos bellicos de Napoleão. O seu pensamento constante, aquelle em que elle apoiava as suas esperanças inquietava-o. Sem o isolamento da Inglaterra e a dominação do paiz para que elle deixasse de ter acção nos planos de Paris, a França nunca seria conduzida aonde Napoleão concebeu os projectos de a levar n'aquella grandiosa aspiração de conquista. Ainda não passava um anno que a paz fora concluida já se rompiam as relações amistosas. Em março de 1803 uma mensagem do Rei ao Parlamento inglez admittia a possibilidade de uma nova guerra com a França attendendo ás medidas de fortificação e mobilisação que se estavam a dar nas costas do Continente desde as portas da Hollanda até á bahia de Toulon. A 18 de Maio o Parlamento recebia a declaração da guerra. Os representantes do povo discutem a situação e os effectivos na marinha são augmentados. Em Junho é o recrutamento e a mobilisação que são discutidos e expostos por Pitt e os impostos de guerra trazendo um rendimento de 6.700.000 libras superior ao orçamento existente foram apresentados pelo ministro das Finanças, e o levantamento d'um exercito de reserva territorial de 50 mil homens é egualmente proposto pelo ministro

da guerra. A Ilha de Elba, antes da Republica ser implantada em França, era território Toscano e por occasião da guerra foi occupada pelos inglezes, que se serviam do Porto Ferrajo, muito vasto, capaz de abrigar grandes esquadras em melhores condições do que o porto de Malta, sujeito aos ventos nordestes. A Ilha d'Elba, que pela paz d'Amiens foi desoccupada pelos inglezes e entregue ao rei d'Etruria, já estava na posse dos francezes, que faziam d'ella centro de



*S. Braz — Peças nas ameias da cortina sul*

operações para combater o commercio de Inglaterra com a Italia e com o Levante e Malta que Bonaparte tenta emancipar do domínio inglez para se assegurar definitivamente do commercio dos mares, são as principaes causas da guerra. A Inglaterra com o fatal dia de Trafalgar (21 outubro 1805) domina inteiramente o mar e Napoleão redobra de vigor a acção no continente para dar execução ao novo plano de guerra contra a Inglaterra—o encerramento de todos os portos aos navios inglezes.

A Confederação do Reno, a Prussia, a Dinamarca, a Russia em breve acce-diam á politica napoleonica. Do isolamento da Inglaterra, a Suecia mesmo depois da paz de Tilsit vinha a pedido da Russia entrar n'esta enorme liga, de maneira que o norte da Europa estava em acção. A Hespanha não se fez recusar e só

Portugal resistia adherir: Junot não convencia demover o Regente e empregava todos os meios até que o ultimatum foi dirigido ao nosso ministro em Paris D. Lourenço de Lima sob a ameaça de ruptura de relações se os portos não fossem fechados aos inglezes e se os bens e os sujeitos d'aquelle paiz não fossem capturados. Estavam terminados outra vez os nossos dias de paz. Napoleão voltava-se para Emmanuel de Godoi e offerecia-lhe a partilha de Portugal no tratado de Fontainebleau, ordenando a conquista do paiz, pondo á testa do exercito Junot. Deu-se então a invasão de Portugal que nos deu a guerra e as tribulações que em parte foram relatadas atraz. Francisco Jeronymo Pacheco da Costa tinha sido incançavel, mas não eram reconhecidos devidamente os seus serviços.

O governador da Ilha Cavaleanti d'Albuquerque, constatando que havia irregularidade nos serviços dos milicianos e nos tardamentos, a 2 de Outubro dirige uma ordem sobre uma reforma a proceder na disciplina dos milicianos, indicando-lhe a obrigação dos exercicios do manejo das armas, do tiro, das marchas e planos de campanha e vontade que tem de ver esses exercicios executados mais aminde pelos officiaes instructores do Regimento e na impossibilidade d'elles d'um officil de guarnição da Praça que elle governador facultaria. Todos os domingos ás 4 horas da tarde no verão e ás 3 no inverno o Regimento devia-se juntar na parada para as instrucções, sendo dispensados do serviço os soldados que o soubessem e não fossem senão em casos extraordinarios dispensados d'essas obrigações, e não fossem concedidas licenças alem das estabelecidas pela lei e essas mesmas pedidas por requerimento ao governador. Os castigos de prisão, só os de falla no serviço seriam das attribuições do commandante, sendo os outros entregues ao Governador assim como as reincidencias dos primeiros que exigiam mais castigo. Todo o regimento deveria-se apresentar armado no prazo de seis mezes e no principio de cada mez.

Um mappa do estado do regimento deveria ser apresentado; as praças que voluntariamente se apresentassem para preencher as vagas de tambor-mór, tambores e pifanos, em harmonia com a lei de 27 d'agosto de 1796, seriam apresentadas ao governador que se arrogava a praça. O Governador acatava a ordem por pedir que o pré mensal das praças seria enviado á Feitoria pelo Commandante do Regimento, recebendo elle o pagamento do Quartel Mestre ou official subalterno que o substituísse e teria igualmente o pagamento das praças que estivessem por pagar.



*Afundimento do Bergantim Nossa Senhora do Cabo»*

As ordens recebeu Francisco Jeronymo, explicando que as difficuldades de manter o regimento no pé em que o governador o via que tinham sido enormes por se acharem os compoñezes dispersos e afastados da Cidade. Alguns companheiros mesmo elle tinham-se visto obrigados a dissolver-os e depois de muitas disciplina e de exercer um recrutamento apertado é que chegara a formar 3 companhias e que em 1808 as milicias estavam no pé em que o Governador as via. Estas difficuldades subsistiam para levar avante as reuniões regulares nos tempos das colheitas, sendo uma exigencia pesada fazer vir aos exercicios os officiaes de patente a um e só localidade, ponderando que na Lagoa seria necessario designar um official enquanto não chegasse a patente para o Sargento-mór Joaquim José Rebello; quanto aos officiaes inferiores era impossivel reunir-os todos os dias

aos exercicios. O Commandante do regimento ainda explicava que sobre os fardamentos nem sempre era facil encontrar a boa disposiçao nos soldados, vistas as difficuldades com que luctou em muitos para fazerem a despeza, que para o mister de tambores e pifanos ninguem voluntariamente se apresentava por serem considerados os officios pouco dignos (vil era o termo) e que se regosijava por terem sido levantados os exercicios até fins d'agosto.

O Governador Cavalcanti d'Albuquerque queria em summa centralisar a direcção de toda a mechanica das tropas milicianas, quando depois d'uma iniciativa e varios annos d'uma persistente e severa disciplina o Regimento do commando de Francisco Jeronymo estava na maior affinação. Francisco Jeronymo queria continuar a manter o systema que adoptára porque era com elle meio attenuado pelas indulgencias e fortificado para uma liberdade e uma á vontade que elle queria manter o seu regimento no pé em que elle se achava.

Uma serie de ordens desencontradas com referencia ao pagamento dos officiaes subalternos e das praças, sobre a constituição do regimento referente ás uniões estabelecidas por uma lei de 1763 sobre os exercicios e os recrutamentos, sobre os fardamentos, parte dos quaes se nota na troca d'officios atraz citados, vieram abrir o conflicto.

Como já vimos, as licenças para os exercicios tinham sido pelo governador deixadas á vontade do Commandante do Regimento, vistas as difficuldades que se offereciam constantemente aos soldados e officiaes por causa dos serviços agricolas; o proprio Governador reconheceu a utilidade de emancipar os camponeses da

obligatoriedade que tinha dispensado o commandante d'exercicios na parada aos domingos durante o mez d'agosto.

Immediatamente o Coronel dirige-se ao Corregedor, Ayres Pinto de Sousa, que durante uma inspecção n'aquelle mez corroborava a orientação do commando do regimento e desaprovando as ordens do general, dizendo-lhe que, salvo as praças de tambores e pifanos, se se não offerecessem voluntarios que appellasse para elle e não para o general Cavalcanti e



*Forte do Tagaré*

n'outra occasião durante a revista no regimento de Villa Franca foi o primeiro a insinuar a baixa ao Capitão José de Medeiros Raposo, d'Agua Retorta, que faltara por ser a distancia entre aquella Villa e a sua freguezia de 7 leguas e de ser excessivamente velho.

No primeiro domingo de setembro, porem, o Governador dirige-se ao local aonde sabia estar-se a dar a instrucção aos recrutas e interpella o instructor, o Major Joaquim José Rebello, n'estes termos: P. «Que gente é essa?» Resp. São os officiaes inferiores das companhias da Cidade. P. «Então hoje, que é o primeiro domingo de Setembro e que ao toque de caixa esperava o regimento no campo ou n'outro qualquer sitio, venho deparar com uma simples instrucção aos officiaes sub-

alternos; o que houve para se não dar cumprimento às ordens recebidas?» Resp: A causa era todos os officiaes e os officiaes inferiores nada saberem e que em vista do Governador ter dado ordens para que se proseguisse como d'antes, elle Rebello assim o fizera. O Governador deixou o exercicio e dirige-se a vêr um dos picos das immedições da Cidade aonde estavam amigos á sua espera, dando-lhe ordem para se apresentar com a sua ordem no dia seguinte no Castello.

Joaquim José Rebello no dia seguinte á hora indicada apresentou-se ao General que leu a ordem passada em Julho e depois de manifestar a sua contrariedade por vêr official de patente superior dirigir a instrucção, repetiu-lha nas mesmas condições. A informação foi prestada a Francisco Jeronymo para a sua quinta na Maia aonde elle se achava veraneando e elle, lamentando que o Governador insistisse, porque essas ordens vinham contrariar o regimen estabelecido no regimento, diz ao Major que faça convocar para o dia 8 de setembro as tropas no Campo de S. Francisco e em todos os domingos e dias santos que se seguissem pelas 4 horas da tarde; fazendo-se os exercicios conforme fosse ordenando o Governador.

Os officios trocados entre as duas auctoridades militares foram ao Governador Manoel José Coelho Borges, que reconheceu no tom do Commandante dos milicianos a desobediencia e desrespeito para com o Superior hierarchico e mandou-o prender n'esse mesmo dia trez em que Francisco Jeronymo dera as ordens ao Sargento-Mór, pelo Coronel Luiz Bernardo Athayde Estrella o qual se dirigiu ao quartei da Maia em nome do Governador e leva-o para a Cidade. Achava-se alojado então ali havia uma semana o Bispo D. José Pegado d'Azevedo que andava em vizitação pela Ilha. O Governador Cavalcanti era muito censurado pelo procedimento que tomara para com o homem que com mais zelo promovera toda a defesa da Ilha nos annos que tinham decorrido de 1797 a 1801 e a opinião publica seguia a corrente dos innumerados amigos que possuia o Coronel dos Milicianos e que não cessavam de documentar o facto com grande pezar.

Nos documentos reunidos para o processo de Reforma do Coronel de Milicias ha demonstrações de todos os commandantes dos terços das Villas e das companhias que formavam o regimento da Cidade; todos elles sem excepção referiram-se com grandes elogios aos serviços de Jeronymo Pacheco, manifestando sempre o zelo escripturioso que elle sempre mostrára no desempenho do seu cargo.

O Patrão-Mór da Ribeira da Cidade, Manuel de Sousa Simas, no seu attestado referia-se á vigilância da costa citando o facto de ir muito longe ao alto mar com dois botes, a bordo de um hiate prender dois recrutas que iam fugidos ao serviço militar; e o Sargento-Mór de Milicias da Ilha de S. Jorge, que aqui viera por ordem do commandante da Villa da Praia da Ilha Terceira para seguir aqui os trabalhos de fortificação e mobilisação e ser o informador official do Conde de São Lourenço, Capitão General do Archipelago, tece-lhe igualmente subidas referencias alludindo á natureza resistente das obras dos fortins da costa de S. Roque e Livramento, já promptos e armados com peças do castello, mantidas sobre carretas e que para elles tinham sido destinadas.

Alguns tempo durou a analyse e o julgamento do processo na côrte do Rio, mas por fim foi o Coronel das milicias por resolução de 7 de Dezembro de 1811 reformado no posto de brigadeiro sem vencimento mas com as honras e privilegios do cargo, sendo a carta patente assignada a 27 d'abril de 1812 e um anno depois a 21 do mesmo mez era o proprio Governador Cavalcanti d'Albuquerque que lhe entregava o diploma na Secretaria do Governo de Ponta Delgada, no Castello de S. Braz:

Tratou-lhe das reformas e da reabilitação na côrte do Rio de Janeiro Pedro José Caupers, que partira para a Ilha em principios de outubro de 1811 e que estava nas boas graças do soberano e na estima da élite social de Ponta Delgada, pois que não só estivera ligado a ella em relações affectuosas como levára d'aqui alguém na sua companhia e que ia entrar na sua familia, casando com a sua filha. Era um dos grandes morgados de S. Miguel, José Ignacio Machado de Faria

e Maia, que se tomára d'amores por D. Maria José Caupers e que deixara a família e os amigos para acompanhar a namorada.

Eis as primeiras linhas que Caupers escreve ao seu amigo Francisco Jeronymo logo apoz a chegada, a 17 de novembro:

Meu especial amigo e Senhor da minha maior consideração.

Chegamos enfim a esta Corte com a mais feliz viagem pois não excedeu trinta e seis dias no decurso dos quaes não tivemos um só momento de susto ou perigo; é certo que a passagem em paquetes é dispendiosa, pois a minha inportou em 2.400.000 reis, mas a segurança e bom trato merecem tudo; a Senhora D. Maria e filha enjoaram os primeiros dias, findo este incommodo passaram maravilhosamente, eu nem isso tive porque constantemente passo melhor no mar do que em terra; o nosso amavel companheiro José Ignacio portou-se maravilhosamente e chegou muito mais gordo, aqui tem merecido uma geral estimação sendo a principal a de S. A. Real que benignamente o recebeu e tanto elle como a princeza gostaram muito do seu modo, a sua viagem a esta corte mereceu a real approvação assim como os motivos d'ella; o tempo agora irá successivamente mostrando algumas provas que assim o confirmem; tenho o grande prazer de certificar a V. S.<sup>a</sup> a sua reforma com a gradação de Brigadeiro, o que na verdade, sem lhe render serviços, me deu alguma cousa a fazer; a sua publicação se reserva para o dia do baptisado do novo infante filho da Princeza Maria Thereza, agora não posso entrar na nossa pretensão que presentemente é bastante ardua por causa de ser opposto a taes graças o actual Secretario d'Estado, porem apesar de tudo ainda não esmoreci; mas é preciso que V. S.<sup>a</sup> me remetta outros eguaes documentos dos seus serviços porque os que vieram foram juntos ao novo requerimento que foi preciso fazer porque V. S.<sup>a</sup> incluiu no mesmo requerimento a pretensão do fôro e a reforma quando esta caminha por uma repartição e a outra pela dos negocios do Reino; e agora os taes documentos estão captivos na outra Secretaria; tinha dado conta do que por fora se tem passado e deixe-me ter este desvanecimento que só um procurador tão effcaz poderia com 15 dias ultimar um tal negocio; agora findo este grande labyrintho em que tenho estado de vizitas e cumprimentos, passo a tratar de todos os mais requerimentos que n'esta barafunda de mil pretendentes que todos



*Ruínas do Forte de Santo Antonio*

querem agora ser despachados pelo motivo do baptisado. O do amigo e Senhor Gil como o de seu mano o Senhor Jacintho, reservo-os para depois d'esta enxurrada; contudo eu já falei ao Conde dos Galveas sobre os dois officinaes e me deu toda a esperanza ou quasi certeza de que haviam ser deferidos e só lhe achei bastante difficuldade em que se fizessem sem os seus requerimentos irem lá a informar ao corregedor para que não aconteça haver algum filho que possa ter algum direito e se vá fazer esta injustiça, e como os ditos informes quando á Ilha se mande proceder hão de vir bons, creio que podem contar de certo com a mercê

do Rei, tendo só o inconveniente de ser pequena de mais, e no primeiro navio darei cabal conta de mim; isto mesmo lhe poderá comunicar da minha parte-rogando-lhe me desculpem de lhe não escrever agora o que farei para a semana.

Eu vou passando sem novidade na minha saúde, apesar de que este clima n'esta estação de verão é muito ardente principalmente dentro da Cidade, por ser situada em uma baixa a mais sensível, entretanto que em pouca distancia se goza de bello ar e tem lindas sahidas porem n'este ponto, não tem os Senhores de S. Miguel que invejar porque com effeito gozam de um clima maravilhoso e mais que de um incomparavel socego, porem cá e lá más fadas lá, não é pequeno tormento soffrir de trez em trez annos um governador e dois ministros, tudo n'este mundo tem differentes faces; eu porem como agradecido conserva rei eternamente a mais viva saudade de S. Miguel e dos seus amoveis habitantes a quem fiquei tão obrigado não me restando mais alguém de lhe mostrar a minha gratidão senão em tomar todo o interesse não só pelos habitantes mas até mesmo pelos interesses d'essa bella Ilha e isto passa aqui já em brincadeira com forma que não só o Secretario d'Estado da Repartição mas o mesmo Principe me chama Procurador Geral das Ilhas dos Açores e eu me honro muito com este titulo e agrade-me desempenhá-lo; rogo tambem a V. Ex.<sup>a</sup> queira dizer ao Senhor Botelho que com effeito a sua patente já se tinha passado e a este respeito nada há a fazer, quanto ao seu breve fica a apromptura como outros mais, que por Pernambuco tenciono mandá-lhe, queira dar-lhe e a toda a sua amavel familia, mil recados nossos enquanto pelo outro navio o não faço M. P., e ao Snr. José Caetano pode affirmar que já tirei o aviso da dispensa do lapso de tempo para se poder tirar a confirmação da sua patente que com brevidade lhe remetterei e egualmente nos fará lembrados a toda a sua amabilissima familia; de parte de D. Maria e filhas dará V. S.<sup>a</sup> as mais vivas saudades não esquecendo a Ill.<sup>ma</sup> Snr.<sup>a</sup> D. Francisca.

Bem estimavel homem áquem, o conde por ora terá alguma repugnancia á casação de novos empregos militares, mas espero mude de opinião mas é preciso mais tempo; dê-me os seus preceitos para os executar como de

V. S.<sup>a</sup> am.<sup>o</sup> mt.<sup>o</sup> vend.<sup>o</sup>

*Pedro José Caupers*

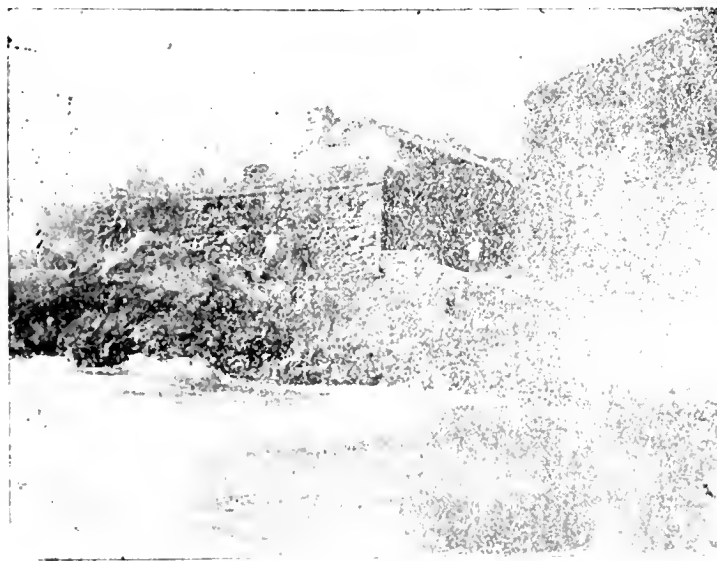
Esta carta pela multipla curiosidade que offerece devia ser transcripta na integra e foi por isso que o fizemos para esclarecimento do leitor. Ella torna conhecido o interesse que tomava Pedro José Caupers pelos negocios de michaelenses e ao mesmo tempo como esses negocios eram encarados na Côte do Rio. Vamos transcrever a carta de 10 de Janeiro de 1812 em que Pedro José Caupers annuncia a Francisco Jeronymo o despacho.

Meu especial amigo e Sr. da minha maior veneração e respeito. Cheio do maior prazer vou dar a V. S.<sup>a</sup> os parabens do seu despacho pois que S. Alteza Real, houve por bem reformar a V. S.<sup>a</sup> no honroso posto de brigadeiro, o que parecendo talvez á primeira vista facil de conseguir contudo, foi preciso toda a minha efficacia e que prevendo os effeitos que aqui haviam causar as cartas do Governador como do General á ordem dos quaes eu já sabia que V. S.<sup>a</sup> tinha sido prezo não me dissuadia um só momento em ultimar este passo que sem duvida V. Ex.<sup>a</sup> de modo algum conseguiria depois da chegada das ditas cartas que com effeito indispuseram o animo do Senhor Conde dos Galveias contra V. S.<sup>a</sup> pois que em ambos era representado como um insubordinado e allivo; porem hoje está já mais modificado pois lhe fiz ver os casos como elles são realmente, e a não me achar eu aqui n'esta occasião prevaleceriam os ditos dos Senhores Governadores e V. S.<sup>a</sup> passaria pelo dissabor de ficar reformado no mesmo posto e com expressões pouco lisongeiras e eis aqui como os Soberanos são enganados quando não tem a seu lado uma pessoa que os informe com imparcialidade e verdade; José



Marianno que aqui se acha e que foi o conductor de toda essa papelada ficou muito desconsolado quando soube que V. S.<sup>a</sup> já estava despachado e lamentou muito segundo me dizem que a sua viagem fosse tão dilatada, porem ainda que chegasse a tempo persuado-me que ainda este seu verdadeiro amigo havia de ter poder de destruir a calunnia e desafrontar o seu amigo porem melhor foi assim; já mandei dizer a V. S.<sup>a</sup> que todos os documentos que acompanhavam o seu requerimento, ficaram captivos com elle na secretaria do Conde dos Galveias e portanto sem que V. S.<sup>a</sup> me remetta outros com novo requerimento, não penso entrar na pretensão do foro e venham todos passados por India e Mina, com os seus competentes reconhecimentos pois não sendo assim lhe não querem aqui dar authenticidade; e esta falta me tem feito um transtorno muito grande para poder conseguir algumas pertenças de que fui encarregado como a do Senhor Gil e de seu mano o Senhor Jacintho pois no desembargo do Paço, esmiuçam estas coisas muito, e, a este respeito eu escrevo a ambos que sem duvida hão de ser deferidos, mas por esta falta com maior demora e se eu tivera examinado já os seus requerimentos os não havia tão pouco legalizados.

Como estou persuadido de que V. S.<sup>a</sup> tomará todo o interesse em tudo que me diz respeito, vou annunciar a V. S.<sup>a</sup> que no mesmo dia em que V. S.<sup>a</sup> foi despachado igualmente o foi o Senhor João Ignacio em Coronel aggregado ao seu mesmo regimento; esta especial graça fóra de toda a ordem regular, lhe foi conferida immediatamente por Sua Alteza Real em attenção a estar justo o casar com



*Ruínas do Forte da Vinha d'Areia*

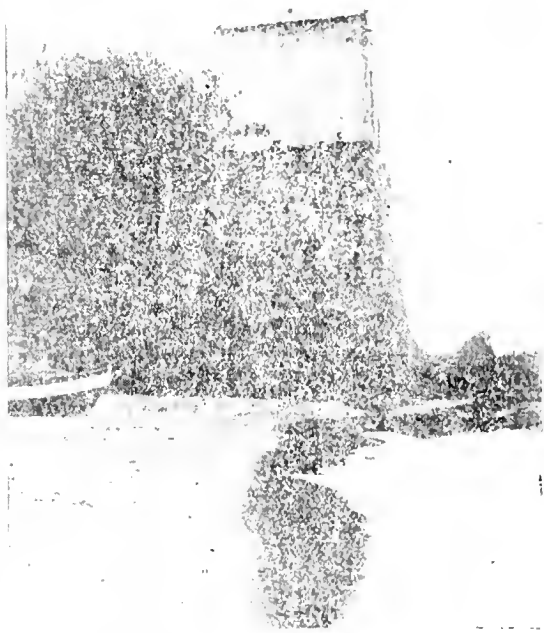
minha filha, o que logo mereceu toda a approvação do mesmo Senhor o qual a nomeou no mesmo dia por Açafata da Princeza S. Esposa com a pensão de 20.000 reis por mez, para os seus alfinetes, dispensando-a do trabalho do serviço visto estar proxima a casar e esta mercê fez aqui mesmo bastante expectação e alguma inveja a muitas ou más pessoas pois foi ella a unica que sahiu n'aquelle dia, e isto mais por verem que vem a gozar de todas as honras e despachos para seu marido sem o menor incommodo de servir e como elle terá o fôro creio e

espero que em lugar d'este, seja nomeado commendador, e o mais que Sua Alteza Real fôr servido: todas as pessoas reaes tem gostado muito d'elle e de todos tem recebido bastantes demonstrações de distincção, talvez que tudo isto a Senhora D. Helena julga devido á sua qualidade; por isso sempre me resta a consolação de que lhe não acontecerão as desgraças que ella lhe queria obviar por vir na minha companhia, enfim não quero lembrar-me já mais de taes offensas, tomei o tempo por testemunha, elle irá mostrando se foi minha filha ou o Senhor José Ignacio o que terá todo o partido d'este casamento, eu tambem fui despachado com uma commenda da ordem de Christo e com a pensão de cinco mil cruzados annuaes e uma sege effectiva da Caza Real para o meu serviço, e eis aqui como o vosso Soberano tem tão distinctamente attendi-lo a este seu creado com quem a Se-

N'hora D. Helena se indignava aparentar-se; eu lhe perdôo tudo; e todo o meu prazer será mostrar-lhe com provas ainda mais evidentes quanto ella e muitas outras pessoas d'essa Ilha injustamente se propuzeram a ultrajar-me, porem tudo isto me esquece quando me lembro dos muitos obsequios que de todos os amáveis e honrados habitantes d'essa bella e linda Ilha, recebi, os quaes ficarão gravados eternamente na minha alma; bôas diligencias tinha feito para ver se conseguia remetter-lhe a sua patente de Brigadeiro já prompta n'este navio mas não é possível porque todos querem ao mesmo tempo as suas promptas; n'essa mesma occasião tenciono mandar-lhe a norma do seu novo fardamento que é o da primeira plana; agora poderá V. S.<sup>a</sup> viver tranquillo no centro da sua amavel familia livre de todas as intrigas e patifarias; eu aqui vou defendendo á ponta da espada o honrado character dos habitantes d'essa Ilha que na presença de S. Alteza por meio de varios contos se tem pretendido denegrir com o fundamento de que se negam a tudo quanto é o bem da causa publica, não querendo concorrer para o concerto e reparo do Porto, querendo que tudo saia da Fazenda Real, quando os habitantes são os que tiram o maior partido e que finalmente são os maiores egoistas, não querendo contemplar mais do que os seus interesses; a isto acudi fazendo ver que com justa razão se negou a esta prestação pois que tendo os habitantes d'essa Ilha offerecido ha immensos annos pagarem voluntariamente dois por cento de todo o grão que se exportava para a factura, reedificação e conservação do porto e caes, este se deixou arruinar totalmente e a voluntaria contribuição ficou, cobrando se conjunctamente com o mais direitos da Alfandega e indo para o sumidouro da Terceira todo o rendimento; tudo isto era ignorado pelo ministro da repartição e por Sua Alteza Real, agora fico trabalhando a ver se consigo que estes dois por cento se recebam separados e sejam applicados para estas obras; se estas coisas se concluzirem como eu espero, creio hão-de ficar satisfeitos; ao menos tenho a satisfação de ter feito mudar o conselho pessimo que se pretendem dar dos habitant se e com especialidade da nobreza e commerciantes d'essa Ilha.

Eu continuo a passar sem maior novidade, na mesma saude apesar de que o verão aqui é ardentissimo; a Senhora D. Maria como escreve dirá de si e de suas filhas; ancioso espero por noticias de V. S.<sup>a</sup> e de toda a sua familia a quem fará por mim as mais affectuosas e sinceras expressões; se V. S.<sup>a</sup> me quizer dirigir alguma carta ou papeis, sejam por Lisboa, entregando tudo a Antonio José de Vasconcellos o qual remetterá tudo ao administrador da minha casa e este o fará para aqui. Sou e serei de V. S.<sup>a</sup> amigo verdadeiro e obrigado. *Pedro José Caupers.*

N'outra carta sem data, mas que se deve ter seguido poucos mezes á antecedente, diz Pedro José Caupers sobre o mesmo assumpto: (transcrevemos o que ultima os assumptos de que temos vindo tratando).



*Porte do Corpo Santo*

...Com todo o disvelo cuidarei no bom exito da pretensão de que ultimamente me encarrega e como o navio ainda chegou há trez dias nada posso por ora dizer-lhe, e quanto ao ultimo requerimento que V. S.<sup>a</sup> me encarrega relativo ao excessivo procedimento que praticou com V. S.<sup>a</sup> o General como o grande Governador, nada por ora tenho feito em primeiro lugar porque sendo V. S.<sup>a</sup> n'essa mesma occasião despachado em Brigadeiro bem claro fica a acceitação em que V. S.<sup>a</sup> está no ministerio, pois não seria despachado se o julgassem como o quize-rão representar; e em segundo lugar, porque a doença do Conde poz termo a todos os negocios, pois ha sete mezes, que a secretaria passou para o Conde d'Aguiar, que de nada se quer incumbir, mais do que do mero expediente, e sem que chegue o D. Domingos a tomar conta da Secretaria da guerra e dos negocios estrangeiros de que o Conde dos Galveias está incumbido, nada se póde ultimar; já mandei dizer a V. S.<sup>a</sup> que era preciso que me mande outros eguaes documentos de todos os seus serviços que juntarei ao primeiro requerimento para Brigadeiro, os quaes ficaram na respectiva secretaria e por esta causa não posso sem elles requerer a sua remuneração; creio que esta minha carta levou algum descaminho.

Creio que n'este mesmo Bergantim "Mãe de Deus" se recolherá a sua caza e Patria o Senhor José Ignacio e minha filha, visto que elle é muito bom e com effeito o ir em direitura e em uma boa e propria estação, me tem quasi resolvido; eu tenciono que elles se recebam antes do Natal, o que se não tem effectuado por causa do luto do Senhor Infante e não ser pratica as creadas e os creados em taes occasiões fazerem estas funcções; aliaz se teria realizado em dia de Nossa Senhora do Carmo, como eu tinha tencionado; Deus os faça felizes; esta separação nos hade ser muito penosa porem esta é a ordem do mundo; eu lembrava requerer para V. S.<sup>a</sup> o habito ou a ordem de Christo ou de S. Bento d'Aviz esta é a propria dos militares, e se conservar mais illeso porem, é preciso que V. S.<sup>a</sup> tenha quarenta annos de serviço e tendo-os, venha certidão e a sua vontade para a escolha é o que hade regular; enfim meu rico amigo conte com a minha vontade na certeza que tenho, muita satisfação em o servir e mostrar-lhe que sou

de V. S.<sup>a</sup> am.<sup>o</sup> obgd.<sup>o</sup> e revt.<sup>o</sup> crd.<sup>o</sup>

*Pedro José Caupers*

Como muito bem dizia Pedro José Caupers, todas as economias eram devoradas pelos desmandos da administração da Capitania Geral d'Angra.

Os descontentamentos sobre a organização conjuncta tinham raiz em muitos outros ramos de serviço publico. O caso da prisão do Coronel Francisco Jeronymo, pelo Governador Cavalcanti não era mais do que um resultado dos attritos levantados entre os homens da governança da Ilha e os administradores que delegavam o Governo d'Angra ou o Governo do Imperio. A propria questão militar estava sendo, durante o governo de Francisco Jeronymo, uma fonte de protestos na classe dos agricultores e se ella vinha ter fim, era devido a esclarecidas e sabias medidas do governador que agora passavam para a classe pobre.

Vejamos como a questão militar se levantára no espirito popular.

Por decreto de 22 d'Abril de 1797 foi formado o batalhão para guarnecer o castello de S. João Baptista, que immediatamente reconheceram ali ser pequeno; e ao decreto succedeu o aviso de 16 d'Agosto de 1799, mandando que o governo interino preparasse um projecto de força adicional que de facto appareceu em 25 d'outubro seguinte. Comprehendia esse plano que foi approved (aviso de 10 de janeiro de 1800) um corpo de 8 companhias e informava a necessidade que havia em creal-o, da forma como se faria, e meios de conservação, fazendo ver ao mesmo tempo a inutilidade que existia nos dois pés de castello existentes na Ilha de S. Miguel e Fayal, que seriam supprimidos e substituidos por algum destacamento do novo corpo. O Conde de S. Lourenço que veio substituir o Conde d'Almada

em 1803 deu execução á nova organização na certeza de que ella vinha resolver duas difficuldades, a despesa reconhecida agora inutil, com os dois pés do castello da Ilha de S. Miguel e Fayal e a conservação da gente do campo na Terceira que trabalhava na agricultura e que era tirada constantemente do antigo systema como ordenanças e milicianos para a montagem das guardas e garantir uma melhoria que era facilitar aos filhos das casas nobres, que serviam na tropa e que permaneciam muito tempo no posto de cadete, serem promovidos com a criação do novo batalhão.

Os alvarás de 14 de janeiro de 1791 e 23 de fevereiro de 1797, limitando as regras do documento de 25 d'agosto, estabeleciam o prazo de seis annos de serviço para os soldados voluntarios e 10 annos para os recrutados, sendo-lhes dadas baixas no fim d'este prazo: ora este prazo era longo e contra elle protestava em geral a população, reconhecendo as auctoridades vantagem em haver a facilidade de conceder baixas para as conveniências dos varios serviços particulares em que se empregavam os individuos. Quando, sob a Capitania do General Francisco Antonio d'Araujo, foi creado um novo batalhão em Angra e os recrutamentos redobram, houve uma explosão de protestos a que se ajuntaram os protestos dos

políticos michaelenses, por verem que essas medidas eram aggravadas com despesas desnecessarias.

Foi este General quem fez transbordar a taça de fel com estas medidas e com outras de grande despesa e de provada inutilidade, como a demolição do Castello de S. Braz e reconstrucção sob novos projectos d'architectura militar, a construcção interna d'estradas militares no in-



*Guarita do forte de S. Roque*

terior da Ilha, das quaes se occupa o official d'engenheiros Borges da Silva, e por fim com a chamada obrigatoria a Angra dos officiaes para a frequentação da aula de tactica militar, quando todos os officiaes pediam que fossem creados officiaes instructores para ministrarem nas localidades as lições da aula de tactica.

Tratava-se agora d'outra guerra. Veremos, quando nos referirmos á emigração, como a America do Sul tinha estado em permanente guerra desde 1762, desde que o Marquez de Pombal recusou entrar para a Liga com a França e com a Hespanha.

E' na America do Sul que os hespanhoes nos atacam em demonstração de resentimento á recusa do Marquez de Pombal, cujo plano era continuar a neutralidade mantida durante a guerra dos 7 annos.

O tratado de St.<sup>o</sup> Ildefonso determinou em 1777 as delimitações dos territorios hespanhoes e portuguezes o de S. Pardo de 11 de Março do anno seguinte confirmou o primeiro, e traçou as condições da vida futura de paz, amizade e commercio entre as duas partes contractantes.

Oito annos eram passados apenas n'este regimen de socego no Brazil que os povos de Minas Geraes foram levantados, por occasião de se effectuarem cobranças d'impostos sobre o ouro, atrazados, por meia duzia de revolucionarios, que queriam o systema politico da America do Norte estabelecido no Brazil.

Depois são os effeitos da guerra com a França. Os Francezes, suspensas as hostilidades com a Inglaterra, ameaçam o Brazil, como se vê pela informação que se segue de D. Rodrigo de Souza Coutinho:

«Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, manda participar a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> lhe ordene e Guarde no maior segredo, que não obstante a bôa Amisade, e união em que está com o Primeiro Consul, a Republica Franceza, e que certamente de sua parte não deseja quebrar, lhe consta por algumas insinuações e tentativas do mesmo Governo junto de hum Official de Marinha que está ao Real Serviço, que o Governo Francez, tem sempre vistas sobre o Brazil, e até propõe de ordenar as suas Embarcações de Guerra destinadas para a India, que de baixo de pretexto de arribadas forçadas, toquem nos Portos do Brazil, e alli façam explorações sobre os lugares em que se podem tentar desembarques, e particularmente de parte do Rio de Janeiro na Ilha Grande, e em Santa Catharina, onde talvez toquem agora duas naus que vão para as Indias Orientaes; o que tudo faz conhecer a Sua Alteza Real a necessidade de recommendar ao Vice-Rey, e principaes Governadores do Brazil que tenham o maior cuidado em tratar as Embarcações de Guerra Francezas que arribarem de baixo de qualquer pretexto aos Portos do Brazil com a maior attenção, mas de fazerem executar a seu respeito com toda a civilidade o que se acha ordenado para evitar o contrabando, e comunicação das Embarcações que tocam por causa de arribada, e que á custa de qualquer despeza examinem todos os seus planos e todas as suas communicações, tendo em vista as Pessoas que com elles tratarem, e todos os conhecimentos que possam querer tomar, uzando a este respeito da maior vigilancia acompanhada dos actos de maior civilidade, em

maneira tal que nada possam indagar sem certeza das notícias que desejam para offender os Dominios da Corôa de Sua Alteza Real particularmente nos portos acima notados, e que se sabe serem os primeiros objectos das suas vistas. V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> fará o maior serviço a Sua Alteza Real executando estas ordens, e uzando do maior rigor, e execução acompanhado de tal civilidade que de modo algum haja compromettimento, o qual Sua Alteza Real deseja evitar, pois não quer, nem outro objecto senão defender, e preservar os seus Dominios, de que talvez se procura preparar a Invasão no seio da mais profunda paz. O que tudo participo a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> por ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, para que assim o execute, guardando esta no maior segredo, e communicando-a assim mesmo ao seu successor.



*Praia grande de S. Roque e o Forte de S. Caetano*

Deus guarde a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup>

Paço de Queluz em 15 de Dezembro de 1802.

*D. Rodrigo de Souza Coutinho*

O estabelecimento da Côrte no Rio de Janeiro e as hostilidades abertas entre a Inglaterra e a França, ainda que parecessem garantir o Brazil contra uma acção, depois de tomada a posse de Cayenna aos Francezes, não a garantem.

D. João está tão Senhor da situação e acha-a tão favoravel á prosperidade dos Dominios Americanos que dirige aos hespanhoes da America a seguinte proclamação: (a)

«Proclamação do Principe de Portugal ás Americas Hespanholas em 11 de Março de 1808.

Hespanhoes Americanos; esta é a vez primeira que o Omnipotente Decretou que viesse junto a Vós um Monarcha da Europa para estabelecer n'estes Estados um vasto Imperio: Sabei que sou o Principe de Portugal, unico Herdeiro dos meus Estados:

Que uns em seculos remotos foram dados, e outros conquistados aos Infieis, á custa do sangue, e da força do valoroso braço Portuguez; sabeis pois, que a violencia a mais indigna me obrigou a deixa-los precipitadamente para não annuir á barbara proposta da Nação Franceza perturbadora do Geral socego, instando-Me que fizesse um consideravel damno aos direitos de um Amigo prendendo os Inglezes, usurpando-lhe seus bens, e Cofres, e entrega-los á França, attentado o mais doloroso, e indigno de se propor a um Monarcha, com sentimentos de Christandade, e ser por Elle executado contra aquelles que na



*Forte da Caloira, visto do poente*

Minha palavra de honra, e amizade viviam nos meus Estados seguros, não só pelas Minhas Reaes promessas, mas porque a neutralidade que com a França tinha ajustado não se achava finalizada; o tyranno porem quebrando todo o direito queria aviltar-Me, e fazer por este modo inimigo da Gran-Bretanha; e marchando com um Exercito pertenden surprehender-Me, e fazer-Me victima do seu barbaro furor, bem como

o são essas Testas Coroadas suas Alliadas, que pouco tempo talvez terão o prazer de empunhar os sceptros; pois no Coração o mais ambicioso, que appareceu no Mundo, já está decretada a sua final existencia.

Que seria de vós, e d'estes meus Estados nas presentes circumstancias se a Divina Misericordia me não livrasse do contagioso mal, que de prezente tem assolado a Europa. Insensivelmente vossos-hieis tocados do mesmo veneno, e Victimias desgraçadas da sua insaciavel tyrannia. O vosso Monarcha, Pae da Princeza minha muito amada, e presada esposa unindo-se á França com um Exercito combinado, entraram nos meus Estados, e com caracter auxiliador, e promessas de Protecção arrogaram a si sem direito algum todo o governo. A Capital, e Praças do Meu Reino, võem com magoa, arvorada a Bandeira Franceza, meus Vassallos fieis pelas horrorosas e injustas contribuições vivem opprimidos, declarando o Tyranno final-

(a) — Documentos ineditos do Archivo do Sr. Dr. Francisco de Mello Manuel Leite Arruda.

mente, que Portugal é por elle conquistado. A Hespanha experimentará com mais crueldade a mesma sorte; pois d'esta maneira costuma a França recompensar os bons serviços dos seus Alliados. E' insensivelmente necessaria na presente circumstancia, a total união dos vossos aos meus Estados, para melhor promover a fortuna dos Americanos em geral, quando voluntaria e amigavelmente queiraes annuir ás Minhas Direcções para vós as mais felizes e vantajosas. Eu não sou Estrangeiro que nascendo da rasteira prole queira apossar-Me dos bens alheios pelo poder da força e com cavillosa fraude: A Rainha Minha presadissima Mãe, Minhas Tias e meus caros Filhos, a Princeza minha estimadissima Esposa, meu sobrinho o Infante d'Hespanha, que desde o Berço tenho educado com Paternal cuidado, todos somos os mais proximos Parentes dos vossos Monarchas, e esta preciosa e Real Familia que privada de todos os bens, de sua Córte e Reino, pela maligna influencia de injustos aggressores, vendo-se na injusta necessidade de deixar seus amantes Vassallos, corta o Oceano, conduzida pela sabia Providencia de um Deus clemente vem agora, e para sempre habitar junto aos vossos lares: Deixei patria e meus Estados para não quebrar o direito das Leis sagradas por isso não intento violentar vos; exponho ás vossas bem ajustadas intenções a Minha justa causa, e de vós exijo um livre donativo feito por geral consentimento, vindo a ser uma justa compensação do que a França Alliada com o vosso Reino, tão indigna, e cavillosamente me usurparam: Elle

por uma acção cobarde, e aviltada fez-se a si, e a seu Reino desgraçado, e concorreu para que Eu, e sua Filha perdessemos aquelle Estado; Acção de hum País a todos estranha, e que causa horror só o pensa-la! Vós só por uma acção a mais generosa e voluntaria que sempre será louvavel, e eterna a sua memoria, deveis conceder-Me os votos, n'isto verá o



*Ameias do Forte da Caloira*

Mundo a vossa piedade para com uma Filha perseguida da tyrannia de um Pae deshumano, e vós sereis felizes e respeitaveis. A Gran-Bretanha será sempre vossa Alliada, o Commercio chegará a um ponto de maior opulencia, tereis tambem como os meus Vassallos os Titulos que criar de novo, occupareis todos os empregos de mistura com elles, e sereis tambem os Grandes da minha Corte: Todas as Americas serão um só Povo, e uma só Nação, que conservando a Alliança do meu constante, e antigo Amigo o Rei da Gran-Bretanha nos faremos temidos, e respeitados, vós tereis em mim um só Monarcha prudente, e um Pae amante, que attenderá ao vosso soccego publico e á vossa fortuna, e só assim virá tempo que arrostando o Tyranno da Europa, e teremos a gloria de triumphar d'elle.

Pensai os damnos, e lamentaveis perdas, e outros funestos e tristes effeitos sem recurso de melhorardes, se projectardes outro plano, que para vós será mais funesto; pois a vossa imprudencia vos conduzirá a uma escravidão irremediavel, quando podeis contar com prazer a vossa gloria, e felicidade que vo-lo assegura a conhecida honra, e palavra de um Monarcha; porem Eu me lisongeio que attendendo vós no estado presente a vossa segurança, e verdadeiros interesses, e augmentos das vossas Terras, e commercio, me fareis possuidor de vossas vontades,

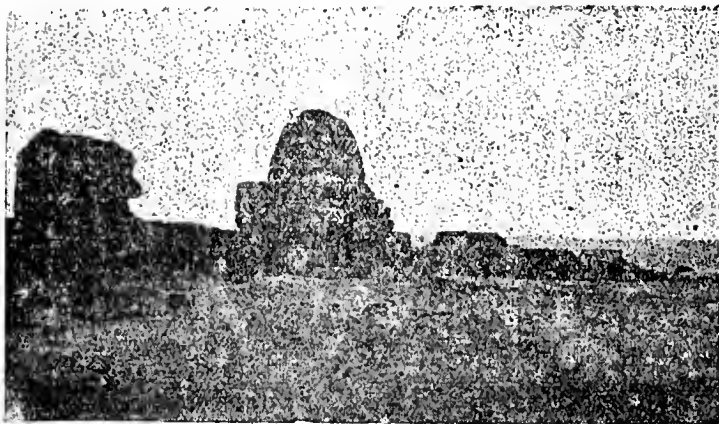


que só por mim serão dirigidas unicamente a melhorar-vos e felicitar-vos, e fazer poderoso o vosso continente, e exaltar o nome Americano na erecção de um novo Imperio».

As ideias de republicanismo estavam dominando no espirito dos hespanhoes, já tendo sido constituído em Buennos Ayres em 25 de Maio do anno anterior uma junta governativa depois d'uma insurreição que depuzera o Vice-Rei Balthazar Fidalgo de Cisneros e o Paraguay e Montevidéu mexiam-se nas mesmas ideias d'independencia. O Governo do Rio teve que mandar tropas para as fronteiras e abandonar as aspirações de D. Carlota Joaquina de reunir n'um só governo o sul da America hespanhola e portugueza; e a guerra entre os republicanos e os fieis ao Governo de Madrid prolongou-se sempre ameaçadora para o territorio portuguez.

Montevidéu em 1814 uniu-se ao mesmo Governo de Buennos Ayres por conveniencias de defeza, mas não puderam impedir que as tropas portuguezas commandadas por Carlos Frederico Lecor, invadissem o paiz e que uma esquadra dirigida pelo Conde de Vianna, entrasse pelo Rio da Prata. A 20 de Janeiro de 1817 estavam os portuguezes em Montevidéu, donde uma deputação da municipalidade entregava as chaves da Cidade e os territorios de Montevidéu e Buennos Ayres eram annexados ao Brazil com o nome de Provincia Cisplatina.

Mas essa dominação e Governo dos portuguezes sobre as populações da velha Colonia hespanhola não extinguiu a acção revolucionaria e é contra essa acção que os açoreanos se vão haver nos mares dos Açores.



*Forte da Ribeira Grande*

Os insurgentes fugidos, dispersos, iam-se reunir ora na America Ingleza ou n'outros pontos da costa do Pacifico e ahi armavam navios, com os quaes vinham para o Atlantico e para a Europa fazer a guerra de corso.

O primeiro accencimento dá-se a 30 de novembro, a 38.º 42' latitude norte e 28.º 52' longitude oeste (meri-

diano de Londres) com a escuna «Nossa Senhora da Piedade e Almas», de que era piloto João Garcia da Rosa, contra uma outra tripulada por americanos por nome «Ant» armada d'uma peça montada a barbeta fazendo fogo para todos os lados.

Essa gente depois de ameaçar a tripulação portugueza de morte e de lhe roubar parte da carga que era de taboado deixou-a com os mantimentos necessarios para dois ou trez dias com alguns dos aparelhos nauticos e deu-lhe a direcção do Fayal. 9 dias depois nas costas de S. Miguel os tripulantes d'um barco que navegava de Villa Franca para a Povoação, o n.º 4, por mestre José dos Santos, assistiram a uma scena de pillagem na altura do Agrião, exercida pelos corsarios da Escuna americana sobre um brigue inglez. Os pobres diabos lá foram apanhados, maltratados e por fim ainda presos pelo Capitão Mór de Villa Franca, Manoel José Botelho d'Arruda Coutinho de Gusmão.

Ayres Pinto de Souza, Capitão General, já a 12 informava das primeiras occorrencias para o Rio e pedia policia Maritima para os mares dos Açores.

Mas os factos succedem-se, a 22 do mesmo mez de Dezembro chegava a S.

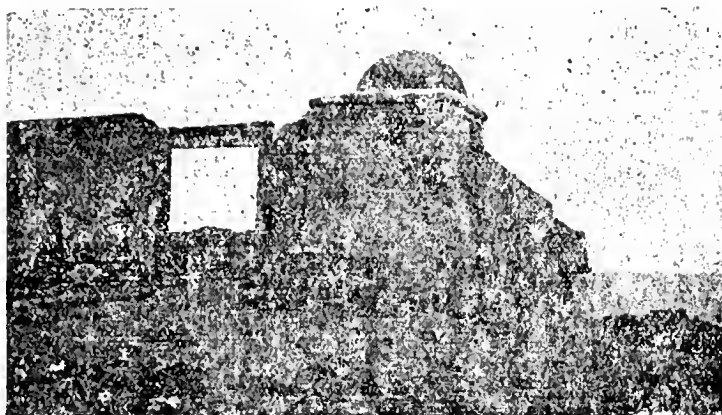


Miguel o hiate «S. José Diligente», contando o commandante Pedro José do Nascimento que na latitude de 33 graus a 30 milhas oeste da Madeira, no dia 15, tinha sido atacado pela escuna insurrecta.

O commandante esclarecia que a peça de pião era de calibre 18, tinha a bordo uns 124 homens de tripulação entre inglezes, americanos, portugueses e hespanhoes tendo cada nacionalidade o seu capitão e contra-mestre de bandeira. Os corsarios levaram do navio portuguez 500 pezos em moeda, cento e tantos mil reis em fazendas e outras mercadorias.

Para as Ilhas de oeste no dia 4 de Dezembro um bergantim pertencente a José Severino de Avellar, negociante, que bordejava na bahia da Horta, d'onde sahira na vespera para galgar a ponta do Sal da Ilha do Pico, foi posto a pique pelos corsarios. Uma galera Americana proveniente de St. Peter's assistia á scena e participou ás auctoridades portuguezas da Horta. Outra galera por nome «Indian Gunn», que chegou dias depois á Capital do Fayal, deu noticia d'outro corsario tripulado por uns 80 homens e armado de 6 peças de nove e 12 de calibre.

Parece que havia de facto mais, de 2 corsarios nos mares dos Açores, porque as informações que dá Francisco José Bello, mestre do navio «Boa Nova», que seguia de St.<sup>a</sup> Maria para a Terceira, com escala por S. Miguel, carregado de louça de barro, a 26 de Dezembro, á vista de Ponta Delgada a 8 ou 9 milhas, foi roubado por um corsario armado, com trez peças de banda de calibre 18, uma de pião a meia nau de 24; e no dia seguinte um hiate portuguez, que entrou no porto de Ponta Delgada, antes de fundear, atira dois tiros sobre o navio corsario.



### SÃO CAETANO

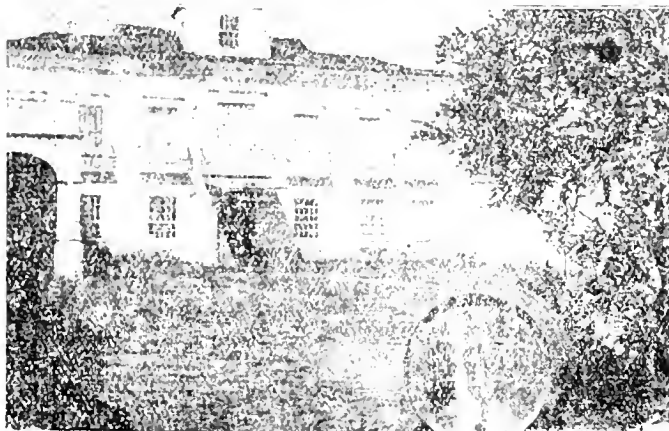
*A' praia de S. Roque*

Havia mais noticias d'esta ordem; a Jacintho Ignacio Rodrigues Silveira e C.<sup>a</sup> uma galeota da sua flotilha ancorára no Funchal a 25 de Dezembro do anno anterior (1816) pilhada de todas as mercadorias á excepção da carga grande da melhor que levava; os negociantes da Madeira, Joaquim Coelho de Meyrelles e sobrinho, participam o facto para S. Miguel a 4 de fevereiro de 1817 e por informação de Joaquim Fernandes Gil, que ficara sem roupa, soubera na Ilha que a tripulação do «Hiate Senhora do Allivio» de Ignacio José de Mello, chegára a bordo d'um cabique tambem do Funchal, tendo abandonado o navio carregado de cereaes á pilhagem dos corsários. De Santa Maria sabia-se que chegára a escuna «Bôa Nova» no dia 17 trazendo a seu bordo hespanhos de dois navios, tripulantes da «Nossa Senhora das Dores», que vinha do Porto Rico para Tarragona, carregado de algodão, pau santo e coiros e da «Flor de Cayo» que navegava de la Guaira para Cadiz carregada de cacau e coiros. Diziam esses hespanhoes que o Corsário armado em escuna era de 100 tripulantes, denominava-se «Congresso» estava armado de 5 peças e tinha por commandante um tal D. José d'Almeida, michaelense, natural de Rabo de Peixe.

Havia mais noticias d'esta ordem; a Jacintho Ignacio Rodrigues Silveira e C.<sup>a</sup> uma galeota da sua flotilha ancorára no Funchal a 25 de Dezembro do anno anterior (1816) pilhada de todas as mercadorias á excepção da carga grande da melhor que levava; os negociantes da Madeira, Joaquim Coelho de Meyrelles e sobrinho, participam o facto para S. Miguel a 4 de fevereiro de 1817 e por informação de Joaquim Fernandes Gil, que ficara sem roupa, soubera na Ilha que a tripulação do «Hiate Senhora do Allivio» de Ignacio José de Mello, chegára a bordo d'um cabique tambem do Funchal, tendo abandonado o navio carregado de cereaes á pilhagem dos corsários. De Santa Maria sabia-se que chegára a escuna «Bôa Nova» no dia 17 trazendo a seu bordo hespanhos de dois navios, tripulantes da «Nossa Senhora das Dores», que vinha do Porto Rico para Tarragona, carregado de algodão, pau santo e coiros e da «Flor de Cayo» que navegava de la Guaira para Cadiz carregada de cacau e coiros. Diziam esses hespanhoes que o Corsário armado em escuna era de 100 tripulantes, denominava-se «Congresso» estava armado de 5 peças e tinha por commandante um tal D. José d'Almeida, michaelense, natural de Rabo de Peixe.

O bloqueio aos portos dos Açores causava seus prejuizos e o Capitão General reforça para o Governo da Regencia de Lisbôa o pedido do envio de navios

de guerra. Os navios do Commercio do Brazil eram mettidos igualmente a pique e a 28 de junho a fragata «Amazona» levava a tripulação dos navios «Grão Pará» e «Carolina» afundados na latitude 33.º norte e 34.º15' long. oeste (de Grew.) A informação do corsario era que tinha 110 homens de tripulação armado em Baltimore com 10 peças de calibre 18. Os navios de guerra para apoiar as baterias das costas das Ilhas tornavam-se indispensaveis: em frente ao forte de Santa Catharina na



*Casa da Arquinha da Snr.<sup>a</sup> D. Helena Machado  
de Faria e Maia Cardoso da Costa*

Graciosa uma escuna carregada de pedra de cal e mercadorias varias foi aprisionada por um corsario e roubada e logo a seguir outro barco que chegava do Pico, carregado de madeira teve o mesmo destino, deixando-o o corsario ao largo, abandonado, salvando-se contudo a tripulação pela rocha do Quitadouro.

O Capitão Militar Severo de Bethencourt da Silva, nada pôde fazer em defeza dos desgraçados com trez peças de ferro de calibre 6, que era a bateria de que dispunha.

Estes factos eram relatados a 23 de Julho, no dia seguinte o Capitão-Mór Antonio Vicente Pimentel de Mesquita, das Flores, queixava-se do mesmo mal, citando as occurrencias do dia 19, em que um corsario bordejando a uma altura inatingivel pelas peças do forte de S. Francisco, aprisionou um barco de passageiros obrigando-os a fornecer água d'umas nascentes retiradas situadas na vertente d'uma montanha debaixo d'uma rocha; tudo a coberto da bateria.

As auctoridades tiveram noticia da sahida de varios outros corsarios do Rio da Prata entre os quaes um armado de 40 peças para cruzar nos Açores e na derrota dos navios do commercio do Brazil; e além d'isso uma esquadra argentina cruzava o oceano e estava infestada de peste. Os Açoreanos já não querem cruzeiros e pedem comboios para acompanhar os navios de Mercadorias. Na Horta o Commercio reunido em assembléa formula a sua representação n'este sentido assentando nos principios de commercio e doutrinas mercantis de José da Silva Lisboa. A reunião fôra organizada pela Firma Sergio Pereira Ribeiro e Filho, a cuja consignação chegára de Bengala sob o commando do 1.º tenente da Marinha Real Manoel Bernardino dos Santos o navio «Marquez d'Angeja» carregado de mercadorias n'um valor superior a 1 milhão de cruzados, dos quaes resultavam para a Fazenda Real em fardos limpos p.<sup>a</sup> cima de 60 contos.



*Casa dos Jacomes Corrêas em S. João*

A ameaça dos corsarios durante mais d'um anno, quando o Capitão General Francisco Antonio d'Araujo tomava posse do Governo da Capitania e dava lugar a um programma de obras em defeza da Ilha Tercceira deixando as outras Ilhas entregues a si como já vimos, inflamava a indignação dos michaelenses e ateou os preparativos revolucionarios para a Independencia do Governo da Ilha e da Ilha de Santa Maria. O cruzeiro dirigido durante todo esse tempo pela fragata «Amazona» e «Escuna Constancia» tinha sido inefficaz e, como tinham representado os Governadores do Fayal e S. Miguel para a Capitania, os fortes das costas não eram o bastante para impedir os actos de pirataria á entrada dos portos,

## CAPITULO II

### O CURSO DA MOEDA

#### Summario

*A moeda, seus valores, negocios e fortificações — Carta de José Ribeiro de Carvalho, sobre a situação financeira — As auctoridades e a opinião publica — Introdução da moeda falsa, procedimentos escandalosos, os roubos de pratas das egrejas, relatorios de Borges Rebello da Silveira, sob a situação financeira — O dinheiro hespanhol admittido ainda nas secretarias do Estado — O Corregedor Bulhões manda aceitar toda a moeda — Acto da Camara e reunião de auctoridades e commerciantes — O edital de 1723 — A opinião publica a favor da repressão da moeda depreciada — São nomeados contrastes e juizes d'offícios — As doutrinas de Rebello Borges e os relatorios da Capitania — Alvará de 8 de janeiro de 1795 — A conversão da moeda e suas difficuldades — Luiz Antonio de Araujo vem a Ponta-delgada fixar o preço da moeda — A economia publica e a finança — Deliberação da Camara satisfazendo ao Corpo Commercial — E' fixado o valor ás moedas mas não é resolvido o problema.*

Mas os erros que se davam na administração publica directamente davam-se indirectamente pela falta d'acção que na vida social exercia essa burocracia d'Angra. Durante meio seculo correu indifferentemente a moeda portugueza ou estrangeira. A hespanhola era de dois typos, serrilhada e não serrilhada, havendo peças de meio tostão, tostão e dois tostões: estas de dois tostões serrilhadas chamavam-se serrilhas e as não serrilhadas chamavam-se quartos e mexicanos; era uma moeda feia e safada que se prestava ao cerceio e á falsificação. Havia pezetas entre as serrilhadas, mas de diferentes valores segundo eram pezetas novas ou pezetas velhas, com columnas valendo 200 reis, sem columnas de 160 reis, velhas ou serrilhadas de 150 reis; semi real ou quarto de pataca columnaria mexicana que valia 200 reis, real corrente em Canarias que valia 61 reis, em Aragão 74 reis em Valença 60 reis; umas tinham uma cruz cunhada, outras monogrammas e abreviaturas com o nome dos Reis, outras columnas.

O dinheiro de cobre portuguez rareava cada vez mais, o corrente era o do Brazil aonde existia moeda especial tendo desaparecido a de 20 reis, 10 reis e 3 reis só se vendo raramente a de 5 que se dava aos mendigos porque nada valia esse preço e não se fazendo trocos senão de dez reis para cima; mas o dinheiro de prata e oiro não corria. O despacho de cada navio surto no porto e que ia ao major do castello para ser visto por elle pagava 640 reis a que chamavam a pataca, seria talvez reminiscencia das patacas d'hespanha cuja circulação foi prohibida pela lei de 9 de fevereiro de 1564, ou talvez fossem as do Brazil conhecidas

tambem pelo nome de sello usadas nas Ilhas antes da lei de 8 de Março de 1694 que prohibiu o curso da moeda fóra do Brazil. Agora ellas tinham entre 800 a 900 reis de valor e eram de calumna, pezos, duros mexicanos chamados de camelo, feias moedas tambem e de má prata; as boas eram logo retiradas da circulação,

O dinheiro portuguez correu sempre mesmo quando pela lei de 19 de Dezembro de 1695 foi prohibido o curso d'elle no Brazil; como a moeda era boa, a troca pela moeda corrente estrangeira na Ilha era de 25 por cento de differença e assim era que uma peça que valia em Lisboa 6.400 reis, tinha 1.600 rs., mais de premio, o que punha a peça a valer 8 mil reis. (a)

O dinheiro das Ilhas estava sendo muito procurado pelos commerciantes porque estes o trocavam por oiro e faziam os seus beneficios no negocio; o proprio cobre, que era cunhado no Brazil, era remetido outra vez para lá, para ser trocado por oiro clandestinamente, contravindo todas as medidas estabelecidas pelas Camaras Municipaes para cessar o trafico.

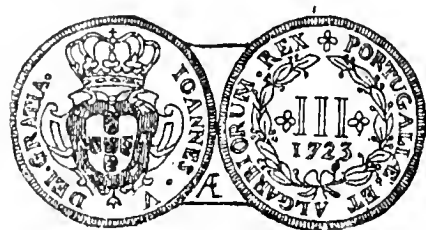
A prata era recolhida igualmente para o negocio e appareceram moedas cunhadas especialmente para burlar o curso com immensa lig.

A gente do tempo, referindo-se ao cahos da moeda e á especulação que se fazia, dizia que era caso para se exclamar como na Escriptura. «Tersa argenti facti sunt. Argentum tuum versum est in tersiam».

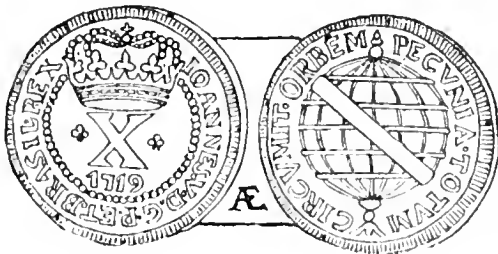
O curso da moeda falsa era tido como sendo lançado pelos Madeirenses para onde os açoreanos exportavam grãos e e como não importavam nada deram lugar a que os madeirenses comesçassem por comprar dinheiro hespanhol para fazer o seu pagamento e acabaram por o fabricar a seu modo para satisfazer assim aos caprichos dos negociantes da moeda que só viam n'ella uma fonte de negocio.

Essa moeda falsificada appareceu pela primeira vez no Fayal em 1770, sendo por isso logo conhecida pelo nome de dinheiro do Fayal que por erro da Junta da Real Fazenda d'Angra não foi tolhido immediatamente como devia ser no giro mas sim tolerado.

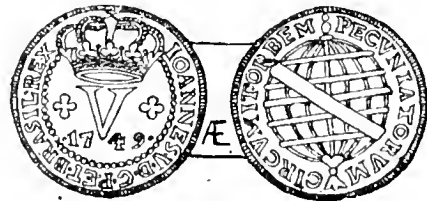
Em 19 de d'agosto de 1750 foram mandados lavar em moeda de cobre na casa da moeda para uso nos archipelagos da Madeira e Açores 30 mil cruzados e a 2 de setembro estavam os desenhos dos abridores Mengin Bernardo Jorge e Amaro Marques promptos, sendo apresentados á approvação do Conselho pelo Provedor, que mostrava os inconvenientes de ser augmentado o valor á moeda ou ser lhe diminuido no peso para os effeitos do intercambio com o estrangeiro; foi em 23 de setembro arrematado o fornecimento de 12 contos de chapa de cobre ao preço de 320 reis o arratel (9.600.000 reis para as moedas de 10 reis. 2.100.000 reis para as moedas de cinco e 300 mil reis para as moedas de trez reis), sendo o desenho preferido o de Bernardo Jorge. O Pro-



*Moedas de 3 reis de cobre no fim do Reinado de D. João V*



*Moedas de 10 reis de cobre do mesmo reinado*



*Moedas de D. João V, de cobre, 3 reis*

(a) - Em Moçambique a mesma peça valia 12 mil.

curador da Fazenda queria o accrescimo de 25 por cento no valor do cobre mas, o Conselho acceitou o parecer do Provedor e Officiaes da Casa da Moeda, e ordem foi dada para se cunhar a moeda (26 de setembro) cujas provas estavam promptas a 9 d'outubro.

Em 29 de Dezembro foi tomada a resolução de cunhar 7.200.000 reis para os Açores applicando-se a inicial A (significava Angra) nome da Capital, como indica-

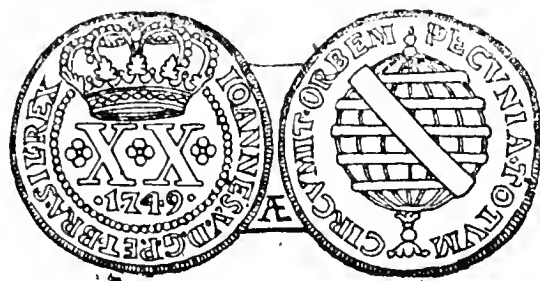


*Moedas de 5 e 3 reis do Reinado de D. João V de 1731 e 1732*

ção de uso das Ilhas, sendo dada a ordem pelo Concelho da Fazenda a 13 de fevereiro de 1751. Parece que nunca existiram moedas marcadas da inicial, segundo diz Aragão (vol. II pag. 104).

O alvará de 19 de julho de 1766 prohibiu o curso de todas as moedas nacionaes e estrangeiras que não tivessem o peso devido.

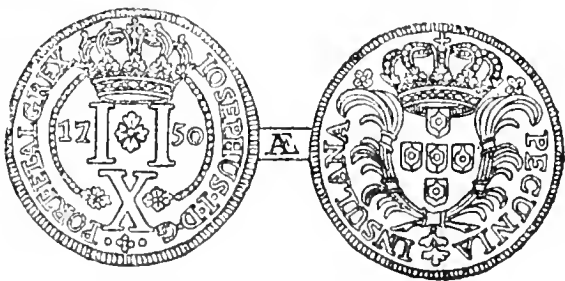
O Rev.º José Ribeiro de Carvalho dizia n'uma carta de Angra para um seu amigo, que depois foi juiz de fóra em Ponta Delgada, o Dr. Antonio Luiz Borges Rebello da Silveira :



*Moedas de 20 reis e n.º cobre ainda do reinado de D. João V*

«Nós aqui estamos n'este palmo de terra em uma tal desordem e na maior consternação; porque girando uma avultada porção de dinheiro falso e por ordem e auctoridade do nosso juiz (era então o Dr. João Manoel Pereira da Costa Silveira) que com prisões obrigava a que o acceitassem. Há quinze dias se levantaram todos e não só se rejeita esta, porem toda a mais

que não é serrilhada ou cobre. Ao principio se julgou que toda ella não excedia a dez mil cruzados, mas agora se vae vendo que não ha outra, pois que o mesmo dinheiro antigo se consumiu para se converter n'esta diabolica moeda de que mando a V. Mercê amostras. Os procedimentos sobre este caso são galantes, mas o povo falla com toda a liberdade e sem respeito faz lista dos socios n'esta negociação. O Snr. General mandou deitar um pregão para que todos denunciasssem perante os tabelliões a porção que tivessem d'este dinheiro mas isto não tem effeito porque os mesmos tabelliões estão inhiibidos para escreverem que o dinheiro se acceitava pelas violencias que a este fim se faziam: porem tudo isto é nada em compensação do que aconteceu no Fayal, aonde ha casas publicas de moeda de latão chumbo, e alguma pouca prata, e aonde quem leva dez mil reis em dinheiro serrilhado traz quarenta d'esta bôa qualidade. Se isto parece a V. Mercê hyperbole, creia meu amigo



*Moeda do principio do reinado de D. José denominada pecunia insular, caracterizada pelos dois ramos de palmas envolvendo as quinas (ha outra igual de 5 rs.)*

que nem sombra é de realidade, e eu, que vejo todas estas desordens, ainda me custa a convencer de que as estou vendo. São infinitos os cunhos e alem d'esses tostões que remetto ainda ha outros mais inferiores.



*Prata*

*Moeda Hespanhola*



*Moeda hespanhola*

Desculpe-me V. Mercê a narração e exercite com os seus preceitos a minha vontade.

Angra, 12 de fevereiro de 1793.»

Os açoreanos chamavam varios nomes a esta moeda, americana, moeda da fabrica nova, e fabricante, e não a recebiam nas trocas, mas as perturbações por ella ocasionadas obrigavam, sendo o dinheiro utilisado no pagamento de ordenados ao pessoal e impunham-se á troca: os soldados em Ponta Delgada apesar de innumeras e repetidas rejeições acabaram por receber esta moeda que lhe era paga pelo Dr. João Manoel Pereira da Costa Silveira, funcionario que presidiu a essa distribuição de pretos e dizia-se correntemente que essas imposições e o uso d'esse dinheiro eram para facilitar os negocios das trocas a um negociante da praça que era tio do juiz.

Dizia-se que nem toda a moeda viera do Fayal, parte d'ella vinha d'alguns paizes do norte e apontava-se um certo estrangeiro que para aqui viera com es-



*Moeda Hespanhola*

cassos meios e que alguns annos depois contava uma fortuna muito superior a duzentos mil cruzados.

O dinheiro era recebido em barricas, segundo corria, barricas que deviam conter pregos recebidos do estrangeiro para pregar caixas de fructa, e elle desde a alfandega até a casa acompanhava as barricas em todo o percurso. E contavam-se mais coisas sobre o assumpto que o esclarecia, como era o naufragio d'um navio que vinha d'Angra com carregamento em parte d'esta sorte, de pregos, a quem certa pessoa mandára bons nadadores ver ao fundo do mar se lhe tiravam o dinheiro das barricas, contando-se que já o dinheiro não estava lá porque o contra-mestre do navio afundára-o de proposito quando desconfiando das barricas embarcadas em Angra com pregos com muitas recommendações, abriu-as e tirou-lhes de dentro o dinheiro que lá estava, fugindo logo que se procedeu ao salvamento sem mesmo esperar pelo pagamento dos seus honorarios.

Os furtos das pratas eram tambem correntes: no decurso de 3 annos (1787-9) tinham sido roubadas: á egreja de S. Francisco 2 lampadas; á da Conceição duas, uma de Santa Barbara, outra da Ermida de Bom Despacho, um calice de prata do



Desterro, um da Ermida de S. João de Deus, outro da Ermida de S. Braz, fóra outros objectos e galletas subtrahidas em varios outros templos.

O juiz de fóra, que tomou posse do cargo em 5 de Dezembro de 1789, o Dr. Antonio Luiz Borges Rebello da Silveira, e que fez um especial estudo da questão que invadia todas as classes da sociedade, dizia que o commercio estava por tal forma equilibrado que não havia excesso de numerario para as trocas usadas na sociedade de todas as ilhas e elle juiz calculava em 10 mil reis por cabeça o



*Moeda Hespanhola*

dinheiro regular para uso do pagamento e que, havendo 250 mil habitantes, deveria a moeda ser no valor de 6 milhões e trezentos mil cruzados; e que elle não reputava o numerario existente em 6 milhões, de mais para prova era que o dinheiro não estava barato e que não havia dinheiro ao juro de 5 por cento.

Estando congestionada a vida crematistica no negocio, o credito era absorvido



*Moeda Hespanhola*

pela acção dos trocos e cambiaes e o Corregedor da Camara, que tomava posse em 15 de Janeiro de 1795, proferiu uma sentença a requerimento de varios commerciantes da praça em que não reconhecia a obrigatoriedade a pessoa alguma

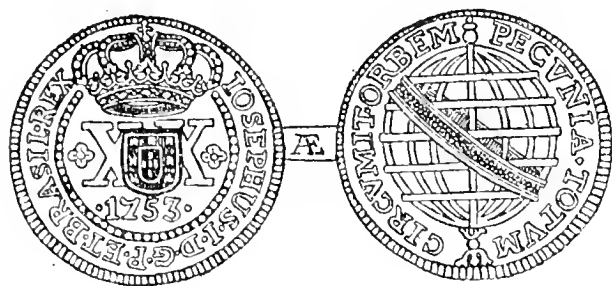


de acceitar o dinheiro hespanhol nem o estrangeiro e que por consequencia nas Ilhas se não podia dizer crime da moeda falsa, nem pronunciar n'elle comprehendidas aquellas pessoas que fabricassem ou cerceassem moeda estrangeira; e de facto essa moral harmonisava-se com a das administrações publicas, casas fiscaes e governo, as quaes continuavam a receber e dispendar a moeda hespanhola, publicando-se mesmo um bando, a toque de caixa, do Governador para se acceitar toda a moeda.

O espirito das auctoridades municipaes de Ponta Delgada era o mesmo que o do Corregedor que representava não só o poder judicial como era a auctoridade civil da Comarca com o Governador. Em 30 de Março de 1783 foi publicado um edital do Corregedor Antonio Philippe de Bulhões da Cunha para ser acceite o dinheiro hespanhol serrilhado e tambem o dinheiro mexicano cortado e cerceado como elle corria então e levada a discussão á Camara no dia seguinte foi, com a presença do referido Corregedor e com a assistencia dos Negociantes da Praça, do administrador dos tabacos e do recebedor da Real Fazenda, deliberado sob proposta do Corregedor o que consti da acta d'esse dia n'estes termos:

"Aos 31 de Março de 1783 n'esta cidade de Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel, nas casas da Camara n'ella se ajuntaram o

Dr. Juiz de Fóra Pte. João Manoel Pereira da Costa Silveira e Vereador primeiro André da Ponte Quental, vereador segundo, José do Canto de Medeiros, o procurador do Conselho Luiz Manoel Raposo da Camara, e sendo tambem presente o Dr. Corregedor Antonio Philippe de Bulhões da Cunha, depois de convocados Simão José Silveira e o Dr. Antonio Francisco de Carvalho, negociantes da Praça, o administrador de tabaco Joaquim Antonio Barradas, Verissimo José Pacheco, recebedor da



*Moeda do Brazil de 20 reis em cobre do reinado de D. José (o escudo de marca ao centro do valor parece ter servido a augmentar esse valor)*

Real Fazenda para haverem de votar sobre o que havia a resolver a respeito da moeda nova, que se achava espalhada em prata supposto que tambem havia alguma moeda cunhada em metal falso: por todos foi assentado que inteiramente se observasse a este respeito o Edital que sobre a presente materia tinha mandado lavrar o dito Dr. Corregedor e este se publicasse, e quando pelo tempo adiante occurresse nova duvida sobre o mesmo Edital se convocariam para novamente votarem sobre o que parecesse mais conveniente e que alem do contendo no dito edital se prohibisse a venda da prata fundida em barras que frequentemente se vendiam n'esta cidade por mãos d'adelos e o mesmo ministro se encarregou de mandar prohibir as ditas barras».

Durante dez annos entre a opinião publica, que combatia o curso da moeda depreciada e os bandos do governador e capitão General, trava-se uma lucta intensa em que o Corregedor Francisco Luciano de Freitas Esmeraldo intervem, promulgando o edital de 31 d'outubro de 1793 cujos termos eram: Porquanto é notoriamente publico que nesta Ilha tem entrado em duvida a acceitação da moeda que deve correr n'ella, já por se achar diminuta e cerceada e já com o receio de falsa, do que resulta grande confusão e prejuizo ao publico, sendo certo que de tempo immemorial correu sempre n'esta mesma Ilha, tudo o que é dinheiro de serrilha, quarto de dois tostões, tostões e meios tostões, dinheiro cortado a que chamam mexicano, sem que se duvidasse o giro d'este dinheiro, até que de proximo por livre arbitrio de pessoas particulares se tem duvidado acceitar algum do dito dinheiro e attendendo ao referido, mando se acceite toda a moeda que for de

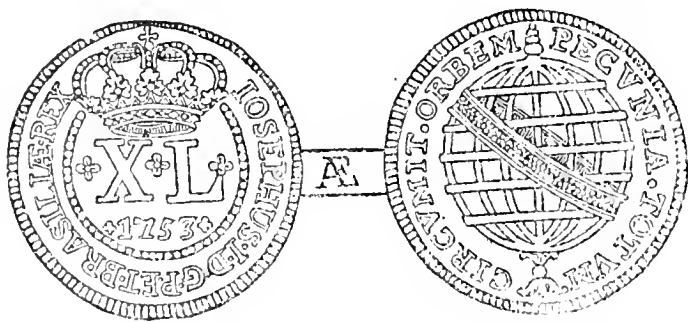
serrilha, quartos de dois tostões, tostões e meios tostões, dinheiro cortado a que chamam mexicano muito antigamente bem conhecido, comtanto que n'elle se perceba o seu cunho, cruz e marca; com pena».

Não teve porem consequencia alguma o edital porque os promotores do movimento repressivo influiram em absoluto na acção das auctoridades e o mesmo corregedor ainda no decorrer do anno cede á pressão das massas já levantadas com essa orientação que representou com energia; e outro Edital é passado revogando o anterior e expressando doutrinas completamente diversas como consta pelo que se segue:

«Sendo-me presente em requerimento das trez corporações do Clero, Nobreza e commercio, os grandes inconvenientes e total ruina a que esta Ilha se vae expôr pelo giro da moeda falsa e a perturbação que tem nascido depois que promulguei o meu pregão a este respeito na data de 31 de outubro do presente anno, porquanto os meus introductores da mesma moeda que a palavra *dinheiro cortado* se entende dos quartos, tostões, e meios tostões falsificados, quando na verdade a referida palavra só se refere ao dinheiro que não é serrilhado que por isso sómente se chama cortado, resultando da referida má intelligencia a perturbação em que se acha esta ilha e a propensão a cahir em uma ruina total em que a querem sepultar os introductores da moeda falsa, e cerceada seguindo-se funesto exemplo do que está succedendo nas outras Ilhas annexas; e por que pelo lugar que occupo me compete tranquillisar o publico e providenciar inteiramente sobre este negocio até S. Magestade determinar o contrario: mando que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, dê ou receba em pagamento outra moeda que não seja a serrilhada de toda a qualidade sendo da que constitue o dinheiro provincial da nossa Ilha e quanto ao dinheiro chamado mexicano sómente fica sendo admissivel os quartos, tostões e meios tostões sem vicio e que não sejam cerceados, cujo valor intrinseco fôr congruente do seu peso e qualidade todo o outro dinheiro que não tiver as referidas qualidades não poderá correr».

Começa uma nova era de rejeições que prejudicavam o commercio. Nicolau Agostinho da Costa e José Joaquim do Valle, mestres approvados de ourivesaria, foram pelo juiz de fóra da Cidade o Dr. Antonio Luiz Borges Rebello da Silveira que dispensava uma grande attenção á questão do regimen monetario, tendo elaborado um relatório e memoria para a resolução do problema, nomeados contrastes e juizes de officio da fiscalisação da moeda: O criterio estava em não ser aprovado dinheiro algum no giro do commercio mais do que aquelle em circulação antes da entrada para o exercicio do cargo do referido juiz logo que não se reconhecesse falsificação.

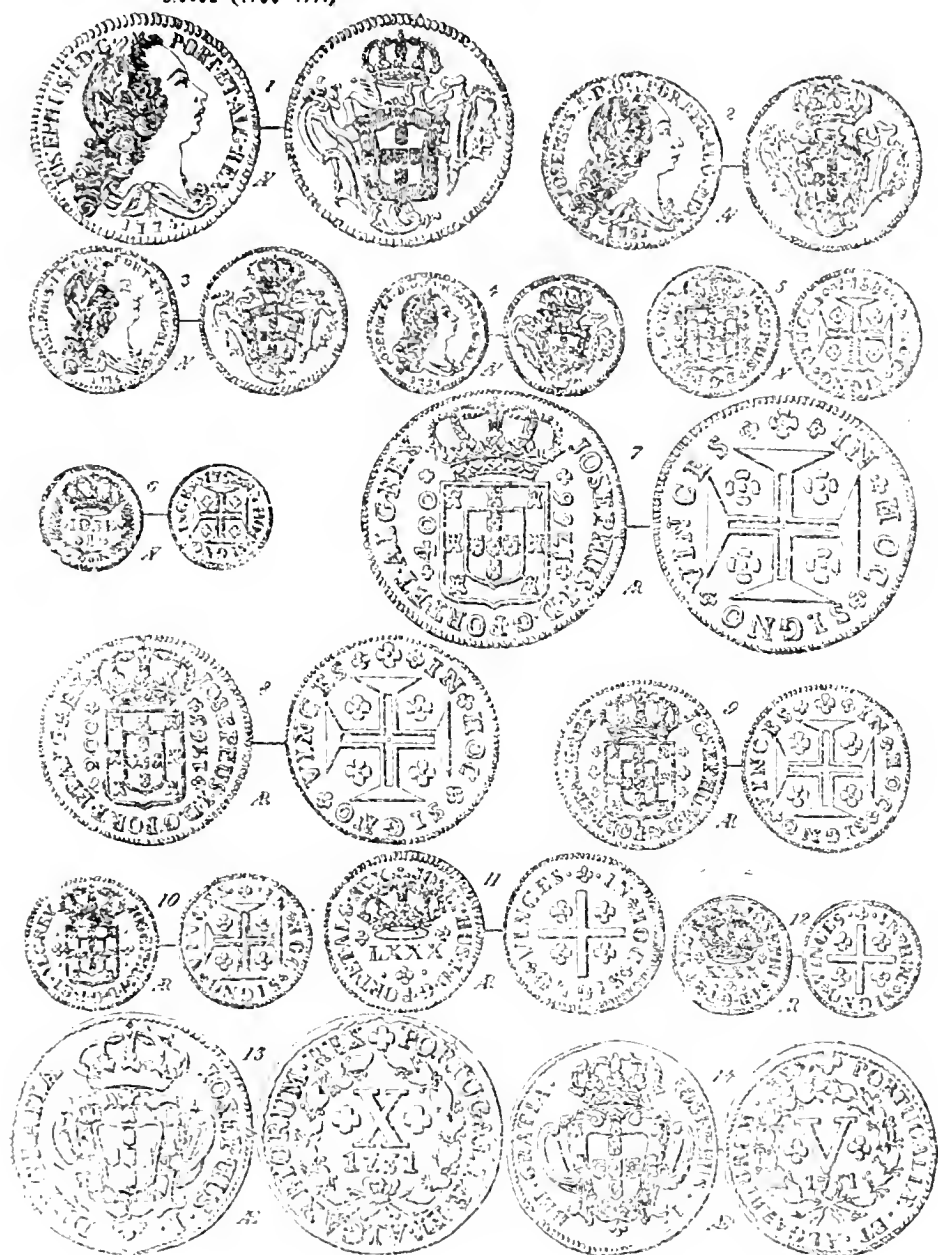
N'esse mesmo anno de 1763 foram elles chamados á alfandega para examinar 600 mil reis entregues por João Locadio Vieira em nome dos arrematantes dos dizimios para pagamento dos contractos á Real Fazenda, Nicolau Maria Rapozo, Antonio Francisco de Carvalho, Simão José Silveira e João José Gomes de Mattos, encontrando na sobredita quantia dinheiro de cobre vermelho com muita pouca parte de prata, sendo rejeitada e substituída por dinheiro de prata serrilhado (declaração dos mesmos de 2 d'agosto de 1794).



*Outra moeda do mesmo reinado, de 40 reis, tambem de curso do Brazil*

A Camara ainda, attendendo aos transtornos que eram accusados diariamente pelas representações que lhe eram dirigidas, quiz intervir junto do Corregedor para modificar a sentença ultima tomada contra as regras das tradições

D. JOSÉ (1750-1777)



*Moedas do Reinado de D. José e D. Maria I.<sup>a</sup>*

sem ser onvida a Camara, mas o Dr. Esmeraldo recusou-se a reconsiderar depois de vivas discussões com os officiaes da Camara

O juiz de fóra no entretanto dirige-se ao secretario d'Estado dos Negocios Ultramarinos, relatando os acontecimentos que se davam, enviando as moedas para demonstração (17 de fevereiro de 1793) escreve com a Camara (16 do mesmo mez e anno) para o Dezembargo do Paço, tendo já tambem dado informação para a

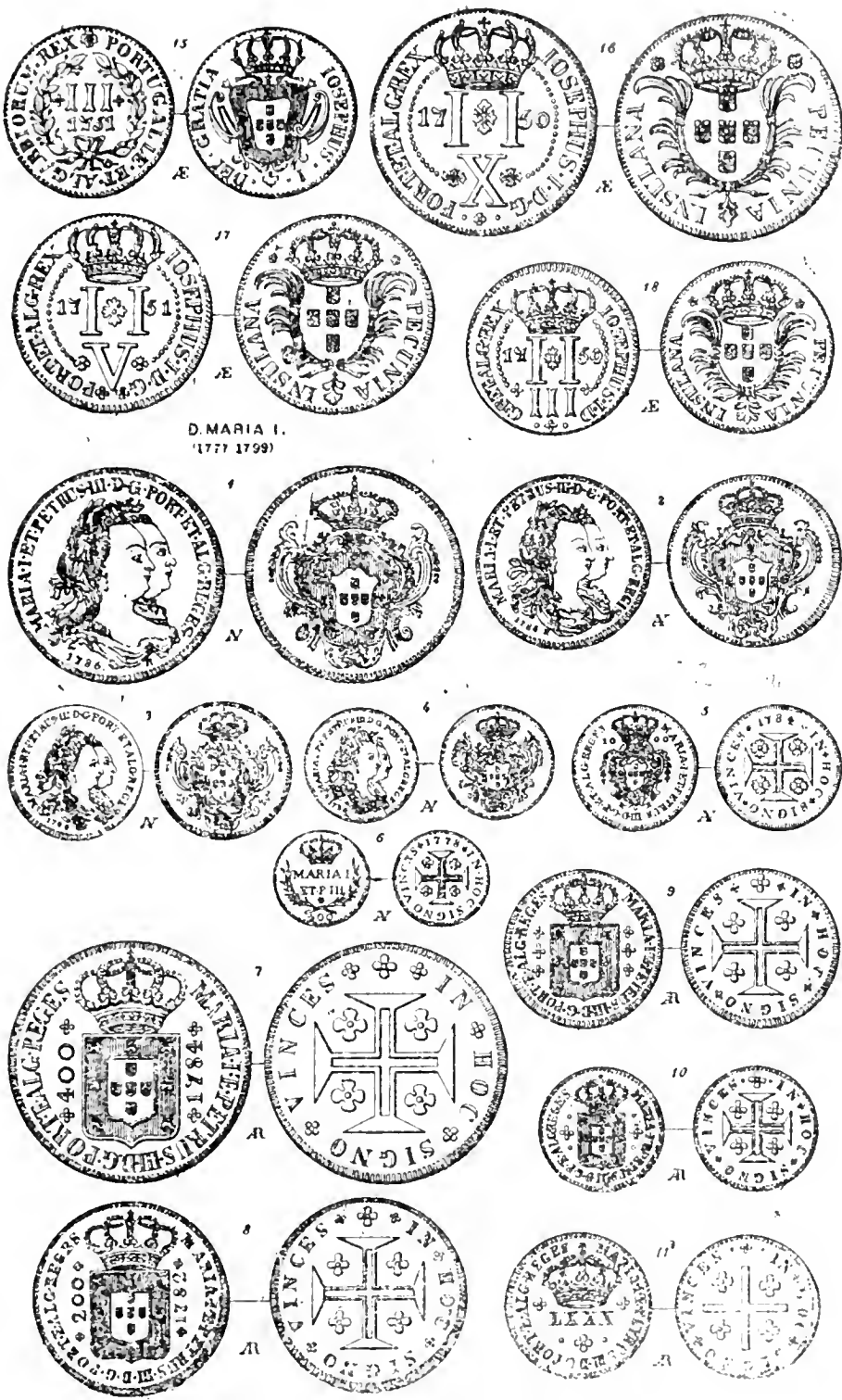
Intendencia Geral da Policia em 11 de Março de 1792 e exposto novamente a questão em 15 de fevereiro de 1793. E querendo por outro lado obstar ao lançamento da moeda falsa que o Corregedor persistia em considerar como moeda estrangeira e por isso não criminosos os que procediam a transações com ella, pronunciou varias pessoas e procedeu a minuciasas investigações para descobrir os criminosos, porem os recursos eram constantemente interpostos para o juizo da correição, sendo-lhes dado provimento e as pessoas que não tinham obtido satisfação por este meio tinham usado de corrupção e suborno obtendo licença de saída das prisões dos carcereiros. O juiz mandou tirar devassa da manifesta contravenção á lei das cadeias de 28 d'Abril de 1681, remetteu o resultado d'ella para o Dezebargo do Paço em 8 de Maio de 1794 mas em 10 de outubro do mesmo anno termina o seu mandato, sendo substituido nas suas funcções pelo Dr. Antonio José Osorio de Pina Leitão.

O integro juiz combateu sempre os cambios, mostrando que os 25 por cento de differença que existia entre a moeda da Ilha e a moeda continental éra uma ficção que em nada podia dar lucros á fazenda real, porquanto a attenção dispensada no negocio da moeda era em prejuizo do fomento adquirido com o desenvolvimento do commercio dos productos agricolas.

A situação economica para uma terra que exportava mais do que importava era má, devida á differença do valor d'essa moeda e o Doutor Rebello Borges acrescentava que era certo o depauperamento que resultava de encargos impostos por todas as secretarias judicias administrativas, religiosas, universitarias, agenciadoras de todo o genero. Eram demandas, graças, breves, derrama, meçadas d'estudantes, pretendentes, procuradores etc; alem d'isso os funcionarios que findavam os seus serviços nos Açores levavam o producto dos seus salarios para o Continente, os grandes proprietarios dispendiam as suas rendas fóra da terra, parte da propriedade estava ligada ás commendas e os impostos não eram de molde a alliviar a situação com os 40 contos só para o rendimento do tabaco e as saboarias, a bulla da cruzada, o subsidio litterario etc. Desde que a exportação dos cereaes para o Terreiro e para Africa se desenvolvera, déra occasião a uma imposição grande de moeda que não voltava a troco de mercadorias inteiramente; o commercio do pastel provocara a mesma importação da moeda, d'ahi o negocio do dinheiro d'onde derivavam os 25 por cento de differença que se dera immediatamente no commercio. Parece que não havendo outra moeda nas Ilhas, dizia o Dr. Rebello Borges, tendo o dinheiro uma natural tendencia para ir d'onde ha mais para onde ha menos, iria de Lisboa para as Ilhas a troco dos generos da sua produção visto que a exportação das Ilhas éra maior do que a sua importação mas isto que poderia acontecer a não terem as Ilhas a divida que éra necessario pagarem á Lisboa diminuiria o lucro que se tira do oiro que vem da America o qual é como um ramo de commercio por causa d'esse valor ou preço de cambio para Lisboa.

\*Mas em Lisboa se considera que chegando 6.400 reis ás Ilhas vindos da America e trocando-se por 8 mil em serrilha o particular que deu a peça cuida que ganhou n'ella 1.600 reis, mas a Ilha ficou com o mesmo dinheiro que são 8 mil reis que já tinha e sem a peça que correu para Lisboa e fazendo este ramo de commercio passar o dinheiro de serrilha de uma mão para outra nada augmentou a riqueza da terra: porem é certo que a pessoa que com 4 mil reis nas Ilhas fez uma encomenda para o Brazil e na volta recebe 8 mil reis, ganhou 100 por 100 e se vier em dinheiro de ouro o seu producto ou ainda em assucar etc., sempre faz girar o mesmo dinheiro da terra de uma para outra mão, sem augmentar o numerario, o assucar se consumirá nas Ilhas, o dinheiro irá correr em Lisboa aonde vão parar os 6.400 reis da encomenda.

"Mas que importa, acrescentava elle segundo o raciocinio de superior economista que elle accumulava á sua sciencia juridica, que um homem ganhe 1.600 reis no troco de uma peça se outro homem os perde? E' porém certo que este



D. MARIA I.  
(1777-1799)

Moedas do reinado de D. Maria I

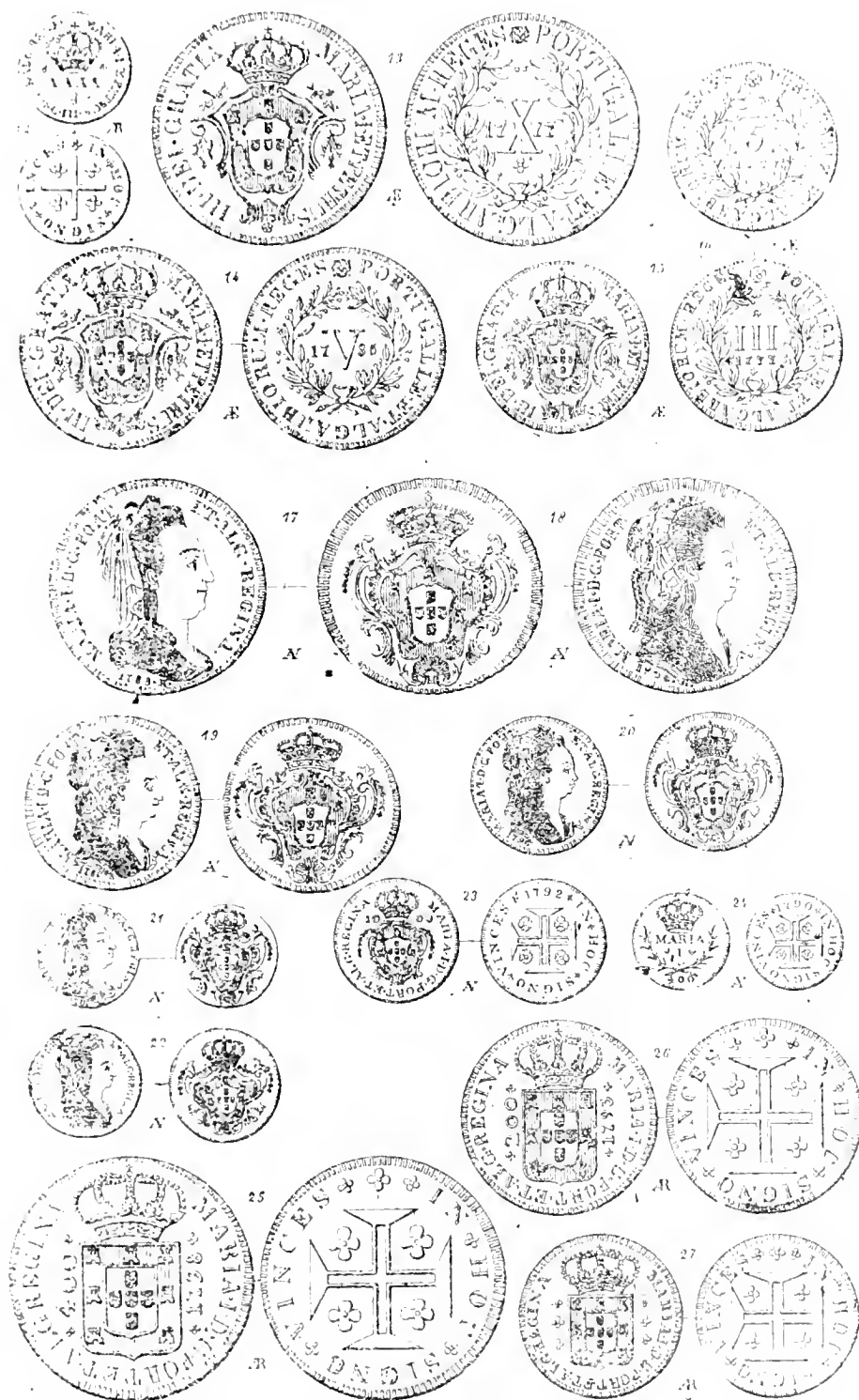
ultimo se não deve reputar prejudicado, pois elle que compra o dinheiro é porque lhe faz conta, alem de que já esta perda, se assim se lhe pode chamar, pode ser considerada como uma contribuição para conter o numerario do paiz que aliás desaparecia succedendo em seu lugar a indigencia: e que importa que um perca, se outro ganha, ficando as Ilhas sem perda alguma?...» E mais adiante elle accrescentava n'uma memoria escripta com o fim d'esclarecer o regimen da moeda nos Açores e os meios de resolver o problema. «Supponhamos que uma lei mandava que o covado de Lisboa fosse de 4 palmos, e o das Ilhas de 3 palmos; quem deixa de ver que são precisos 4 covados das Ilhas para fazer 3 covados de Lisboa... por consequencia todos no comprar e no vender farão conta com os palmos que são, para o dizer assim, o valor intrinseco dos covados sem lhe importar o valor ideal que a lei manda dar ao covado: nas Ilhas comtudo seria medido por aquelle covado, se faria conta aos covados quando os ilheus entre si comprassem e vendessem, mas quando contractassem com outras terras necessariamente deviam calcular sobre o intrinseco e relativo indefectivel das medidas e das moedas».

Como se vê, era uma argumentação poderosa para fazer cessar diferenças no valor da moeda e toda essa argumentação convergia para uma ideia básica que todo o paiz ou terra que desse aos seus metaes mais valor do que elles tinham de facto, empobreceria.

Tambem d'Angra o Relatorio dos Governadores Interinos e do Côrregedor pesára-sebem no espirito do Governo do Regente D. João. O fallecido Capitão General Diniz Gregorio mandára proceder a investigações por intermedio de uma Junta composta d'elementos judiciaes, ecclesiasticos, nobres, plebeus e negociantes que elle convocára á sua residencia em 20 de fevereiro de 1793 e onde foi deliberado conservar os termos de dois seus editaes de janeiro d'esse anno em que mandava fazer a todos os detentores das moedas novamente introduzidas a declaração dos seus valores, impossivel até então de se dar execução por ser impossivel reconhecer-a.

O povo alvoroçado com as arbitrariedades que a cada passo se davam, já na accitação da moeda em troca de mercadorias, já em discussões que se levantavam quanto ao seu valor, conforme o cerceamento que apresentavam, tranquillizou-se com as medidas de conservação das mesmas moedas correntes que as acompanhavam que ainda ao espirito de todos eram as mais acertadas resoluções a tomar sobre a questão.

Mas Diniz Gregorio morrera n'esse anno sem levar mais longe os palliativos aos males sociaes e deixando no mesmo estado a cahotica vida monetaria da Ilha Terceira e das outras dos Açores. Os Governadores Interinos que lhe succederam e o Corregedor da Comarca, que era á data Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, diziam n'uma esclarecida memoria que depois dos editaes do defuncto Governador: «o giro tinha augmentado e propagado com muito mais excesso, abusando-se totalmente da sua justa providencia e tão escandalosamente se estava conhecendo ser a moeda fundida de pouco tempo, areada e em maior numero vidrada na sua materia, tendo apenas alguma tintura de prata e quasi toda ella reduzida a tostões tam inferiores e tam diminutos que cada uma não poderá ter valor intrinseco que exceda a 20 reis e muito particularmente attendido a mistura com que ella apparece fabricada; o que se nos verificou fazendo nós pesar na nossa presença um pouco que fizesse o peso de um marco de 6 oitavos, que sendo prata boa poderia regular 6.400 reis, sendo contados os tostões que fizeram o dito peso se achou em breve pelo numero de tostões 31.300 reis e em outro que egualmente fizemos pesar se acharam 32.000 reis. D'aqui se vê o excessivo damno com que estas provas se estão prejudicando mutuamente sendo o que d'este geral prejuizo tiram lucro aquelles que fabricam ou introduzem semelhante moeda que até para a sua infima e diminuta construcção, é de presumir vão consumindo toda a moeda de serrilha e toda a outra que se achava de barra que apanharam e apanham ás mãos. Com esta infima moeda de cujo uso se não pode dispensar



*Moedas do reinado de D. Maria I*



a necessidade publica pela sua generalidade e falta de outra que se não descobrisse, se compram por excessivos preços todos os generos que tratam de exportar-se para onde os possam reduzir o dinheiro hespanhol ou melhor moeda, ainda n'estas ilhas se diz venderem-se aquellas por menos preço do que elles compram se se pagam em serrillia; negocio este exercido pelos agentes para melhorarem de sorte, comtudo a má fé com que talvez se olham sobre semelhante assumpto de moeda, faz sem outro indicio algum suspeitar que aquelles o fazem para continuarem a augmentar o numero de uma moeda tão prejudicial e escandalosa. Em taes circumstancias os que vivem innocentes padecem dois vexames, nada pequenos, primeiro é comprarem por dez o que vale trez ou quatro, custando ao seu suor e trabalho os preços porque o compraram; e o segundo e o maior é o não acharem o que lhe é necessario porque os viveres cada vez mais vão desaparecendo, as lojas dos commerciantes vão-se fechando por não terem estes já quasi nada de fazendas para o necessario uso d'estes habitantes a quem certificam de que mais não mandaram vir coisa de consideração, necessidade ou utilidade á terra para a vendem por uma tal moeda que de mais de não poder nutrir-lhes o seu commercio os desanima pelo certo empate que elles devem recear mais hoje mais amanhã».

O Governador da Regencia não podia deixar d'agir como de facto agiu com o alvará de 8 de Janeiro do anno seguinte que se não trouxe a cura radical vinha sanear o ambiente e dar-lhe os primeiros e positivos remedios efficazes.

O Governo da Regencia de D. João não attendeu ás demonstrações economicas do sabio juiz de fôra de Ponta Delgada, mas reconheceu as mais advertencias financeiras que acompanharam as supplicas, as representações e as reivindicações dos povos e dos empregados publicos dos Açores, porque por alvará de 8 de Janeiro de 1795 foi regulado o systema monetario.

Por elle ficou sustado o curso das moedas estrangeiras que já não tinham nem peso nem cunho nem toque, e a fim de não perturbar o commercio era determinada a prohibição do giro de toda a moeda estrangeira de prata, oiro e cobre, e sómente tolerado o negocio como qualquer genero a contento das partes pelo preço estabelecido pelos negociantes.

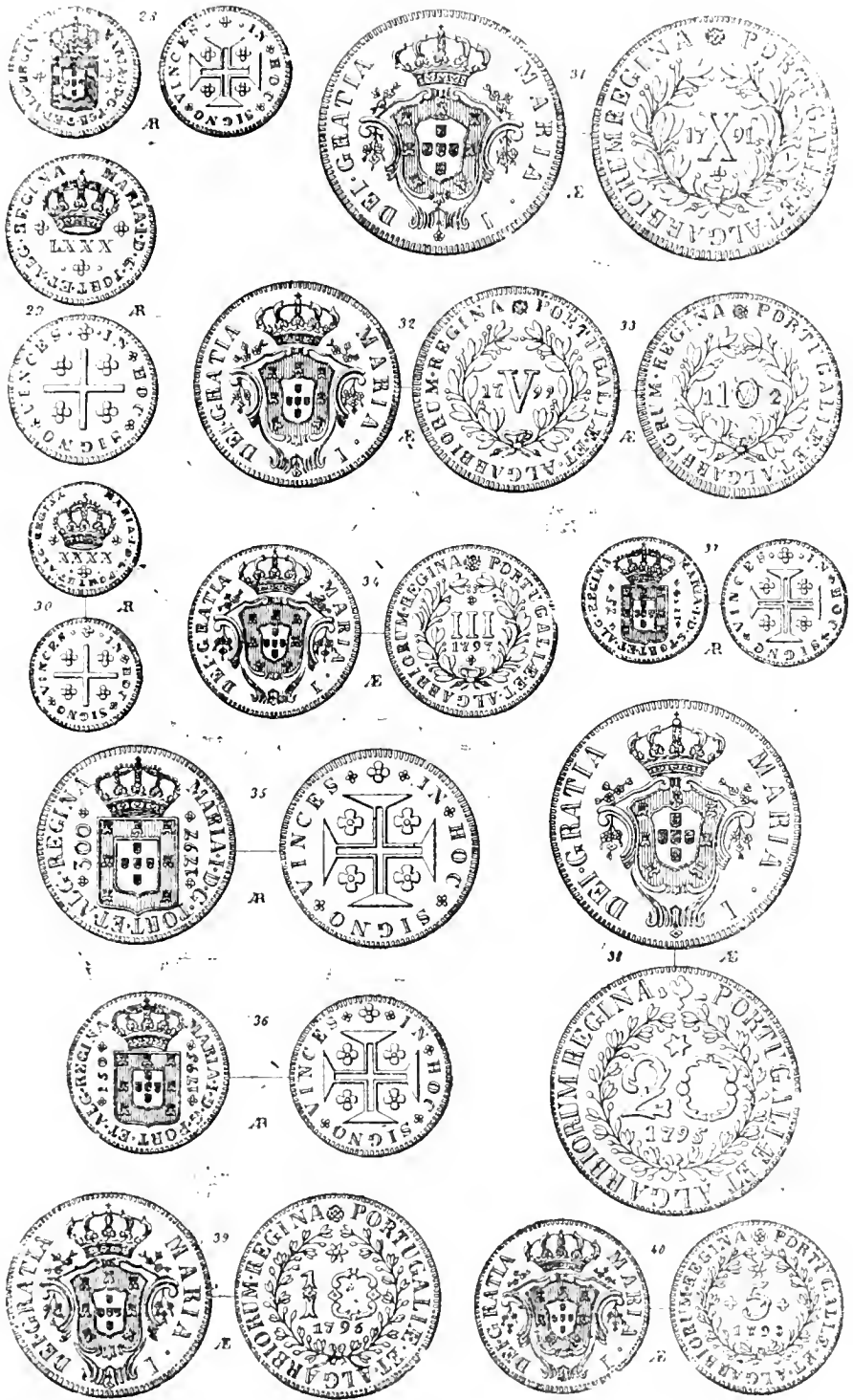
Para as transacções commerciaes seria cunhada moeda especial e parte d'ella acompanhava já a expedição do Alvará para as auctoridades fazendarias dos Açores, ficando para posterior remessa a outra parte e para supprir momentaneamente a falta do que estava por colher foram emittidos bilhetes e expedidos tambem com 24 mil reis de valor, 12 mil reis, 9.600 reis, 7.200 reis, 4.800 reis e mais algumas outros de menos valor «destinados, dizia o alvará, a facilitar a permutação da moeda e o giro natural do commercio».

As moedas correntes estrangeiras logo que não fossem falsificadas, nem cercadas, poderiam ser trocadas na Junta da Real Fazenda por igual valôr.

Foi mandado aos Corregedores proceder a devassas para se reconhecer a procedencia da moeda falsa, cunhada, ao que parecia, nas Ilhas; mas não se sabia bem onde, e ordem de confiscação era dada com perda total para os detentores e a do valor inferior, devido ao peso menor, logo que o toque fosse bom, foi recolhida e trocada, não como moeda nem como valor pelo metal e toque que lhe correspondia, porem com perda superior a oitenta por cento, por ser uma moeda que de facto não existia, nem fôra auctorizada nem approvada pelo Governo, mas para o fim de serem attenuadas essas perdas mandava o alvará assentar as pessoas que fizessem os trocos do dinheiro, registando-se a sua morada e occupações, valor dos trocos, valor ficticio porque corria a moeda, valor intinseco d'ella e importancia em que o outorgante ficava lesado, sendo-lhe contra isso dado cautelas de garantia, para serem guardadas até que fosse pelo Governo conhecida a importancia das indemnisações a prestar e realisada a operação financeira.

Essas trocas das importancias pelas cautelas eram feitas na Capital dos Açores, no decurso d'um mez e quem as poderia executar eram os proprietarios ou seus herdeiros habilitados, não sendo permittido em penhoras nem em trespases,

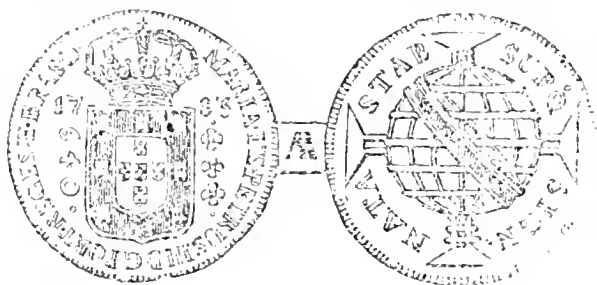




Moedas do reinado de D. Maria I

nem por cessões, e depois d'esse prazo os funcionarios encarregados d'essas trocas iriam percorrer as outras ilhas, não se demorando mais d'um mez e procedendo a todas as diligencias necessarias para realizar a operação do recolhimento ou especiaes commissões de que fossem investidos.

Logo que foi recebido e conhecido o alvará de 8 de Janeiro de 1795 em Angra, o Corregedor convocou o corpo do Commercio d'Angra e deu conhecimento aos habitantes por edital da resolução da Conferencia tida com elles em harmonia com as doutrinas do Alvará para a fixação do valor das moedas suspensas: «O Doutor Luiz de Moura Furtado, Professo na Ordem de Christo, do Dezembargo de Sua Magestade Fidelissima, seu Dezembargador da Relação e casa do Porto e Juiz Executor, Commissario do Regio Alvará de 8 de Janeiro do corrente anno por S. Magestade Fidelissima que Deus Guarde etc. Faço saber a todos os habitantes d'esta Ilha e Moradores d'esta Cidade d'Angra, Villa da Praia a ella adjacente que em observancia do sobredito alvará, mandei convocar á minha presença no dia 29 do corrente os Homens do Negocio d'esta Praça que compõem o actual

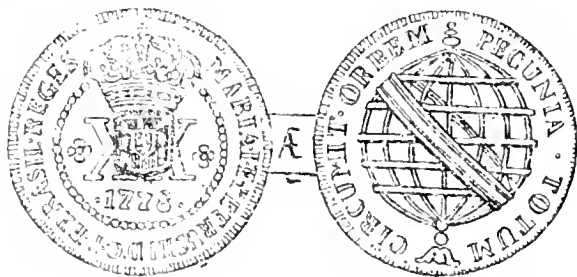


*Patacas de D. Maria I.<sup>a</sup> eguaes ás do reinado de D. José valendo 640 reis*

mesmo Negocio lhe estabelecer: Pelo que foi pelos sobreditos Homens de Negocio estabelecido e fixado o preço de 200 rejs por cada pezeta serrilhada, 200 reis por cada pezeta não serrilhada cortada de cunho: 100 reis por cada meia pezeta serrilhada: os mesmos 100 reis por cada meia pezeta cortada de cunho: 50 reis por cada quarto de pezeta serrilhada; e os mesmos 50 reis por cada quarto de pezeta cortada de cunho: sendo todo este dinheiro de prata sem cerecio; que sendo qualquer da referida moeda cerceada se poderia negociar e receber pelo seu

peso á razão de 100 reis a oitava, 800 reis a onça e 6.400 reis o marco com o cambio de 15 por cento que corresponde a 125 por cada oitava: 1.000 reis cada onça e 8.000 reis cada marco de prata pura, sendo esta a unica moeda de cunho hesmanhol que sómente corria n'esta Ilha e que devia ser admittida á dita negociação, como genero e a convenção das Partes e nenhuma outra por se achar quasi toda falsificada de cujos preços assim estabelecidos assignaram os sobreditos

homens de Negocio termo na minha presença que fica junto aos outros d'esta Correição. E para que venha a noticia de todos e para cada qual negociar como genero o dito dinheiro estrangeiro pelos mencionados preços acima declarados invariaveis e fixos, mandei passar o presente Edital por mim assignado, que depois d'apregoadado á voz do porteiro, será affixado no Pelourinho d'esta Cidade. Dado e



*Moedas de 40 reis carimbadas para terem curso no Brazil*

passado n'esta Cidade d'Angra, aos 30 do mez de Maio de 1795. Eu Manoel Bernardes de Abreu e Lima, Escrivão da Correição o escrevi (ass.) Luiz de Moura Furtado.

Em maio d'esse anno estava já em execução em Ponta Delgada a arrecadação da moeda; e na sessão de 30 de Maio da Camara, na presença do novo juiz de fôra presidindo a ella, Antonio José Osorio de Pina Leitão, a fim de ser aberta a pauta que continha a lista dos vereadores eleitos para servirem os cargos no anno que ia decorrer, foi ao mesmo tempo deliberado mandarem-se moldar meia duzia de escrevaninhas de prata do dinheiro retirado do uso e que se achavam nos cofres do thesouro municipal.

Em 31 de Dezembro era entregue toda a prata para a obra ao ourives Nicolau Agostinho da Costa, 31 mareos e 25 oitavos no valor de 500 mil reis.

A conversão da moeda estrangeira não era obra facil e nem todos os detentores estariam na orientação de a transformar em barra em que perdiam no valor.

Em trez de fevereiro de 1798 a Camara ainda delibera transformar o cascalho e o mexicano em barra e em outubro de 1800 a moeda mandada cunhar para correr nos Açôres ainda era recusada em Ponta Delgada. Esse esclarecido economista e historiador que foi Luiz Antonio d'Araujo em Angra, vindo em missão da Real Junta da Fazenda, para activar os trabalhos da conversão da moeda, viu-se recusado no troco da moeda portugueza que trazia e representou á Camara accusando a transgressão da lei de 8 Janeiro de 1795 aggravada com a pouca acceitação da moeda hespanhola e mostra pela seguinte exposição quanto se estava lesando a Fazenda Real. «A moeda provincial, dizia elle, (Representação á Camara de 7 de Janeiro de 1801) que S. A. Real manda ser aceita pelo valor de 300 reis, pesa duas oitavas e nove grãos e por tanto tem o valor intrinseco de 225 reis aos quaes ajuntando 33 1/3 por 100 faz completamente os 300 reis.

A pezeta que francamente acceitam pelo valor de 200 reis, peza uma oitava e quatro grãos e meio e por tanto o seu valor real são 150 reis; logo para ter o valor porque é acceita tambem, se lhe imagina adicionado o valor de 33 1/3 por cento.

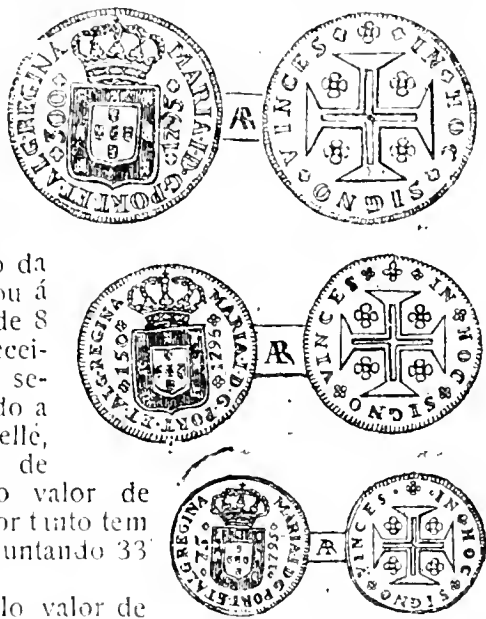
A moeda provincial que S. A. Real mandou acceitar pelo valor de 150 reis, pesa uma oitava e um quarto, cujo valor intrinseco é 125 e portanto só com o acrescimo de 20 por cento completa os 155 reis que a lei lhe determina.

A meia pezeta pesa oitava e um quarto, cujo valor intrinseco é 75 reis, e por tanto o seu valor nominal provem do acrescimo de 33 1/3.

Mesmo a pataca não depende de outro acrescimo senão do de 33 1/3 por cento para valer 1.000 reis, pois que ella pesa sete oitavas e meia, e por tanto o seu valor intrinseco são 750 reis.

Luiz Antonio d'Araujo ajuntava uma certidão d'estes pesos e valores passada pelo ourives Nicolau Agostinho da Costa e dava os preços da moeda hespanhola estabelecidos por Praça convocada em Lisboa em 29 de Maio de 1795 pelo juiz executor Commissario do Alvará Regio citado e acceite nas mesmas condições na Real Junta da Fazenda d'Angra.

Não deixa de ser igualmente digno das providencias de Vossa Senhoria o obstar aos menos decorosos procedimentos sobre a acceitação de ouro de cunho por-



*Moedas para os Açôres de 300, 150 e 75 reis em prata cunhadas depois do alvará de 8 de Junho de 1795 que mandou suspender o curso da moeda estrangeira*

tuguez, chegando a ser negociado o valor d'elle na razão do cambio estabelecido de 25 por cento com a capital do Reino ou de 33 1/3 sobre o valor intrinseco d'elle que é a mesma relação que ha nas moedas de que estas são multiplices. São factos constantes o haver quem recuse o receber n'esta Ilha pelo valor de 8 mil reis a moeda que em todo o Reino corre por 6.400 reis; escuso de renovar as ideias do quanto este procedimento é illegitimo e reprehensivel; e portanto como para esta decisão não precisa o illustrissimo Senado convocar o commercio, dignar-se-ha por certo ordena-lo positivamente.

O haver pessoas menos instruidas que balançam sobre a natureza e legitimi-dade do cambio de uma e outra moeda existente entre estas Ilhas dos Açores e o Continente Luzitano me fáz accrescentar a prova do seu estabelecimento como tam-bem o tocar ainda que de passagem a precisão que a Ilha tem de abrir porta á importação do ouro e prata: Não escrevo para os illuminados presidente e Mem-bros d'este Senado, mas sim para os que como elles não tem lição de His-toria e de Economia Política».

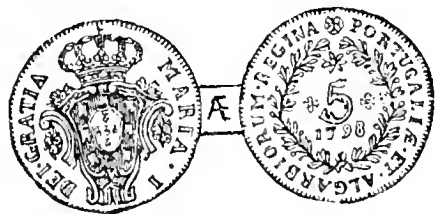
E' evidente que na Ilha havia uma forte corrente d'opinião em favor da abolição dos 25 por cento da differen-ça do valor da moeda, como já dera a entender o Dr. Luiz Rebello Borges n'uma das suas memorias e Luiz Antonio de Araujo, querendo justificar tambem fez as suas considerações á Camara base-ando a sua argumentação nestes principios.

1.º—Nenhum Estado pode fazer van-tagens no commercio sem conter um re-presentante fixo do valor de todas as cousas, auctorisado pelo legitimo soberano.

2.º—Tanto mais se obstar á exporta-ção d'este representante, tanto mais se verão obrigados os Povos d'esse paiz a fomentar a Agricultura e artes para obterem a im-portação do que não é produzivel no seu ter-ritorio.

Para augmentar a moeda, dizia elle, era preciso que as minas augmentassem de pro-dução e que os povos augmentassem as suas riquezas pelo augmento dos productos do tra-balho annual permutando-os contra o metal e accrescentava: «e uma vez que as circumstan-cias de pacificação tornarem menos dispendio-sas as exportações á concorrência de similhan-tes generos nos portos da sua importação fará reduzi-los ao menor valor possivel e receiosos os proprietarios de exportal-as por sua conta esperarão que Ilhas venham buscar; mas qual será o meio de convidar os espe-culadores a que assim o pratiquem? não pode ser senão o elevado preço dos ge-neros importados ou estes sejam metallicos e permanentes ou consumiveis: tanto mais fôr a precisão de qualquer d'elles, tanto maior quantidade dos exportaveis se dará em troca por menos quantidade d'aquelles: Logo precisamente para haver riqueza precisava-se facilitar a maior importação possivel dos metaes preciosos.

Não deve esquecer que esta Ilha necessita annualmente para pagamento de cinco diversas rendas em Lisboa 25 contos; para remetter para a Terceira pelas sobras das rendas 18 contos; para diversos proprietarios residentes na Ilha Tercei-



*Moedas de cobre cunhagens de 1795,  
6, 7 e 9*

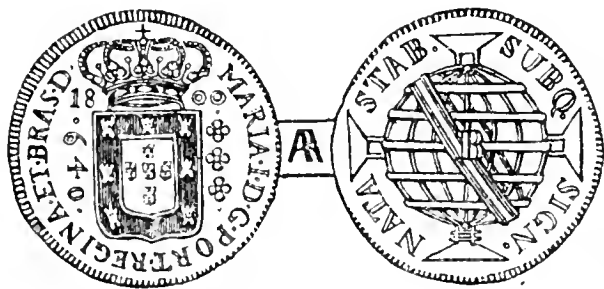
ra e Fayal 9 contos, o que tudo faz a importancia de 52 contos e que, visto que as patacas tem n'aquellas Ilhas maior valor nominal, ellas sahirão precisamente d'aqui para irem saldar a algum d'estes balancos: sendo bem digno de notar que este cabedal não é já mais revestido, nem directo, nem indirectamente, e por um calculo bem facil, se acha que para a producção do grau que deve pagar esta renda são precisos 168 moios de terra, mui proxinamente e por tanto este terreno não coopera para o augmento da ilha».

Em resumo, entre a classe dos commerciantes, a classe dos productores agricolas e a classe da governança havia debate entre as varias questões que prendiam o regimen financeiro ao systema Economico, sem que o alvará de 8 de Janeiro de 1795 resolvesse o problema. Ficava, era certo, estabelecida a ramificação e nacionalisação da moeda, o que simplificava muito o curso e alem d'isso o golpe estava dado para extinguir tanto o cerceamento como a falsificação que causava enormes prejuizos economicos e financeiros. A vinda de Luiz Antonio d'Araujo a Ponta Delgada, fôra de beneficos effeitos e a Camara escutando a sua representação como convinha a um homem da sua alta envergadura moral e civica e os seus conselhos, em harmonia com a sua orientação accordou nas seguintes medidas a estabelecer que foram apregoadas á voz do porteiro nos lugares publicos e affixadas nos locaes do costume para chegar ao conhecimento das populações:

«Vista a Representação que a esta Camara fêz Luiz Antonio de Araujo, registada no Livro 7 do Registo a fol. 22 em que se queixou por algumas pessoas d'esta Ilha lhe não aceitarem a moeda de prata que Sua Magestade por alvará de 8 de Janeiro de 1795, mandou correr n'estas Ilhas como moeda Provincial, declararam que todo e qualqer morador d'esta Ilha que recusar a dita moeda Provincial ou tiver duvida acceita-la pelo respectivo valor, porque Sua Magestade a mandou correr, deve ser castigado com as penas impostas pela ordenação de Li-

vro 4.º § 22 aos que recusam acceitar moeda mandada cunhar pelos Senhores Reis de Portugal.

E tomando em consideração os outros artigos que fazem o objecto da mesma representação quaes são a utilidade ou antes a necessidade que ha-de correr n'esta Ilha as peças de 6.400 reis de ouro lavradas com o cunho dos mesmos Senhores Reis e de girarem tambem as patacas estrangeiras de Prata, tendo um preço fixo e invariavel depois de



*Moedas Brasileiras de duas patacas*

convocados os negociantes da Prata d'esta Ilha para que usando da permissão do sobredito alvará estabelecerem e fixarem o preço porque deviam de ser negociadas, e depois de assignarem termo no Livro do Registo da Camara n.º 7 a fol. 27 pelo qual lhe estabeleceram o preço de mil reis, por cada pataca estrangeira de prata em attenção aos solidos motivos que se acham ponderados na dita representação e no dito termo: Declararam que de hoje em diante cada pataca haja de ser acceita e dispendida no referido valor de mil reis: E quanto ás peças d'ouro de 6.400 reis, declararam que sendo moeda mandada cunhar pelos nos-ros Legitimos Soberanos e introduzidas n'esta Ilha por permissão da lei de 20 de Março de 1763 a nenhum vassallo dos que n'ella habitam de qualqer qualidade que seja é licito regenta-la quando se lhe der em pagamento devendo ser acceita e dispendida com o vantajoso equivalente de quarenta pezetas ou de oito patacas, segundo o preço porque se acham taxadas podendo reputar-se por criminosa a recusação d'esta moeda e por sordida a negociação que d'ella se intentar fazer d'outra forma. E ordenam que tanto a moeda provincial de prata como as patacas estrangeiras, co-

mo finalmente as peças de 6.400 reis, sejam aceites nos referidos valores no cofre d'esta Camara e no deposito geral d'onde sahiram n'este mesmo valor:

E outro sim se passará de recada ao Meritissimo Doutor Juiz dos Orfãos e da Alfandega d'esta Cidade para que n'estes cofres se faça a entrada e sahida das referidas moedas pelo sobredito valor que é a mesma em que são aceites no cofre da Real Fazenda na Capital d'Angra devendo igualmente passar-se deprecada aos Meretissimos Doutores, Juizes de Fóra e ordinarios e orfãos de todas as villas d'esta Ilha para que de commun accordão com as respectivas Camaras das ditas Villas convirem n'esta deliberação tão necessaria a todos os moradores d'esta Ilha fazendo-a publicar aos seus respectivos Povos para não poderem alegar ignorancia sobre estas providencias em que tanto interessa a causa publica e o bem commun dos nossos Povos. E mandam que o escrivão d'esta Camara tire traslado d'este Accordão que depois de apregoado á voz do porteiro nos lugares publicos será affixado no lugar costumeado para chegar á noticia de todos. E esta Camara dará conta de todo o referido ao Príncipe Regente Nosso Senhor pela sua Secretaria de Estado dos Negocios Ultramarinos, esperando que seja conforme ao seu real agrado: E tambem ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde General Regedor e Pte. da Real Junta da Fazenda d'este Estado (ass.) José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1.º vereador, Luiz José Velho de Mello (segundo) Luiz Coutinho da Camara Carreiro (3.º) Agostinho Pacheco de Mello, procurador do Concelho e juiz de fóra pte. Estevão da Rocha de Moraes Sarmiento.

Os Commerçiantes presentes convocados no dia 10, por carta de officio dirigido á Corporação do Commercio e que estavam presentes e partilharam tambem das responsabilidades da deliberação eram:

Antonio Furtado de Mendonça, Antonio José de Vasconcellos, Caetano José de Mesquita, Philippe Antonio Brum Botelho, Francisco José Gomes de Mattos, Francisco Caetano de Carvalho, Francisco Peixoto de Bettencourt, Guilherme Brandier, João José Gomes de Mattos, João de Medeiros Borges d'Amorim, João Leocadio Vieira, João Borges Alvares Cabral, José Carlos Scholtz, Jorge Heuson, Joaquim da Costa Barradas, José da Silva Loureiro, Manoel José da Silva Pontes, Nicolau Maria Raposo de Amaral, Simão José Silveira, Thomaz Hickling e todos elles reconheceram como consta do termo assignado, «a necessidade que havia de facilitar a importação da moeda n'esta Ilha tão necessaria para o giro do seu commercio e para os pagamentos que se vão fazer annualmente nos Cofres Regios da Capital d'Angra e aos proprietarios que possuem bens n'esta Ilha e residem fóra d'ella; por cujo motivo e pela falta que ha havido da importação das pezetas, dentro de pouco tempo se viria a sentir uma falta total da moeda, se esta se não promovesse em tempo e se não remediasse facilitando-se a importação das patacas, pondo em pratica bem como se havia posto na Capital de Angra a permissão do dito alvará, estabeleciam e fixavam o preço de mil reis por cada pataca que é o preço que se acha estabelecido e fixado a cinco pezetas que equivalem a uma pataca e o mesmo dera este grau, livremente na Capital d'Angra e na Ilha do Fayal e que por este preço se obrigavam a aceitar-os e dispender-os sem repugnancia alguma; e para constar assignaram este termo etc.»

A reforma fazia-se mas attendia-se ás conveniencias das praças commerciaes e ao valor das moedas cujos direitos tinham sido adquiridos por 2 seculos de tradição.

## CAPITULO III

### A EMIGRAÇÃO

#### Summario

*A emigração para o Brazil no seculo XVII — A Ilha de Santa Catharina — Novas correntes de emigração — Condições feitas aos colonos — Editas nos Açores — Agricultura e pesca da baleia — Effeitos prejudiciaes causados no progresso de S. Miguel — A reforma social impunha-se — A guerra suspende temporariamente a emigração mas não a extingue — Os planos de viação e de fomento de José Miguel de Brito — Novas correntes de emigração — Depauperamento demographico de S. Miguel e Santa Maria — Defeitos na politica agraria — Pouco progresso economico*

O mal estar que provocára a corrupção do regimen monetario dera-se tambem com o excesso da emigração. A emigração, que respondia a uma necessidade de colonisação da nossa Colonia do Brazil, tornára-se uma causa de depauperamento para o desenvolvimento das industrias e das artes. O descontentamento era geral e a propria agricultura se via privada dos melhores dos seus braços.

A emigração para o Brazil datava de longa data. De Portugal sahia-se para Minas Geraes, para as explorações das minas auríferas de Ouro Preto (1697) e de Sabará (1690) cuja acção de varios paulistas emprehendedores, tinham tornado prosperas, regularmente; dos Açores, terra d'agricultores, d'essa gente laboriosa que transformára um sólo inundado de pedra pomes e de pedra queimada arrefecida, em boa terra lavrada produzindo 20 e 30 sementes de cereaes, dos Açores hia-se agora para o arroteamento e para a agricultura brasileira do sul, de Santa Catharina e da Cananea. A Ilha de Santa Catharina, chamada durante muito tempo Ilha dos Patos, estivera abandonada depois que um corsario inglez anniquilára a Colonia de Francisco Dias Velho, dada por D. João IV, com o territorio continental fronteiro, e até que em 1692, João Felix Antunes, com 260 açoreanos, foi fundar a povoação, achiando logo forma de assegurar as melhores relações com os colonos de Laguna.

Não era a primeira vez que colonos açoreanos pisavam o sólo do Brazil; para o Grão Pará em 1676 seguiu o primeiro comboio da Ilha do Fayal, levando cinquenta casaes, Jorge Goulart Pimentel, Capitão-Mór na Horta e Governador da Ilha do Pico, despachou os primeiros cinquenta casaes ao Governador do Maranhão, Pedro Cesar, que os mandou alojar pelos moradores do Pará, até que fosse indicado local para a habitação, e na primavera do anno seguinte, sae na Charrua Nossa Senhora da Penha de França e S. Francisco Xavier, propriedade de Francisco Ribeiro da Costa da Ilha Terceira, a segunda leva de colonos para o mesmo porto. Esses colonos que comprehendiam 50 homens, 47 mulheres e 126 pessoas de familia, tinham uma ajuda de custo de 8 mil reis para cada casal e levavam na sua companhia por vontade do Governador o Padre Carlos d'Andrade.

E é conhecida a ordem de nove d'outubro de 1648 pela qual o Conde de Cantanhede, védor da Fazenda, manda ao almoxarife da Ilha de Santa Maria que entregue aos Officiaes da Camara o rendimento da Commenda de Nossa Senhora da Assumpção de dois annos, para ajustar com casaes de marienses, para embarcarem para o Maranhão, expedição que fôra decretada por Sua Magestade (19 de setembro. (1)

(1) — Registo da Alfandega de Ponta Delgada, fol. 503 Livro IV., ap. Archivo dos Açores, vol. I pag. 185.

A Capitania de Santa Catharina estava situada entre os parallelos 26 e 30 graus ao sul do Equador e os meridianos 38 e 40 a oeste de Lisboa, limitada ao norte pelo curso do Rio Jahi, confinando com a Capitania de S. Paulo, ao sul pelo rio Mampituba, confinando com a Capitania do Rio Grande de S. Pedro e a oeste tinha os extremos na Serra Geral, que n'aquellas paragens corria norte-sul. No tempo em que os primeiros colonos açorianos se estabeleceram, a Ilha de Santa Catharina pertencia á Capitania de Santo Amaro. Estava o Brazil ainda pouco colonisado e sobretudo essa região do sul, apesar de ter sido a mais frequentada no principio, depois da descoberta.

Martim Affonso de Sousa foi quem em 1531 estabeleceu a primeira colonia com gente que trouxe de Lisboa n'uma armada que sahiu do Tejo em 3 de Dezembro de 1530, para esse fim e resguardar as Costas e policiar os mares de piratas. A costa acabava de ser dividida em 9 capitunias e a de S. Vicente era destinada a Martin Affonso. Quando este abordou primeiro á Cananea, encontra alli um degredado que ficára desde 1520, por nome Francisco de Chaves (bacharel) que lhe deu esbarramentos e ajudou a formar a bandeira que primeiro sahiu para o interior em exploração com 80 homens, sob o commando de Pero Lobo. Já por lá tinham passado Pedro Alvares Cabral nas duas expedições, Sebastião Cabot, João Dias de Salis e Fernão Magalhães. A capitania de Martin Affonso comprehendia cem leguas d'extensão começando a 12 ao norte do Cabo Frio e acabando a 12 ao sul da Cananea; d'aqui para baixo começava a Capitania do irmão Pero Lopes de Souza, que o acompanhára na expedição extendendo-se pela costa 40 léguas e terminando na terra alta de Sant'Anna e envolvendo a ilha de Santa Catharina.

O primeiro estabelecimento de povoadores que se fez na Capitania de Santo Amaro precedeu de muitos annos a colonisação do sul da Cananea e da Santa Catharina, mas a sua situação privilegiada e um excellente abrigo que offerecia a costa, dava lugar a que os navios hespanhoes que iam para o Rio da Prata e para o Pacifico passassem alli e algumas pessoas foram ficando, como aconteceu com a passagem da esquadra commandada por Diogo Valdez e só em 1651 é que um habitante, natural de S. Vicente, alli se estabeleceu com dois filhos, um casal de brancos e filhos, 2 frades e 500 indios domesticados que alli fundaram a primeira ermida e habitações.

Francisco Dias Velho e os seus companheiros viveram na Ilha por algum tempo, até que uns piratas holandezes desembarcaram na Ilha e massacraram-no roubando a Colonia que se estabeleceu em Laguna. Era uma vingança, pois que algum tempo antes parte da tripulação do pirata que vinha n'outro navio de Lima, carregado com prata, fôra pelos habitantes de Santa Catharina roubada, quando estes na praia dos Canavienses tinham-na descarregado para concertar o navio. Abandonada a Ilha n'essa epocha apenas residiram n'ella alguns indios até 1700, estabelecendo-se então Salvador de Souza e Manoel Manso d'Avellar com gente sua; e a terra passa para a posse da Corôa em 1709, por vender a Capitania um descendente de Pedro Lopes de Souza, D. Luiz Alvaro de Castro e Souza, Marquez de Cascaes, (alvará de 22 d'outubro de 1709 e escriptura de 19 de setembro de 1711).

Até este anno desde que se foi estabelecer na Ilha, governou-a Salvador de Souza, a quem o Governador e Capitão General de S. Paulo conferiu o posto de Capitão Mór de Ordenanças e em 1712 succedeu-lhe Manoel Manso, que depois tambem teve o cargo de Sargento-Mór, concedido pelo Capitão General de S. Paulo. Era então o agglomerado povoado por cento e meio de brancos e alguns indios e pretos libertos, que se tinham estabelecido para a beira mar.

Em 26 de março de 1726, esse agglomerado aonde se estabelecera Velho Monteiro, teve o fôro de Villa, com o nome de Desterro.

Desde então os officiaes foram commandando na Ilha, por designação sempre



dos Capitães Generaes de S. Paulo, até que o Conde de Sarzedas, D. Antonio Luiz de Tavora, que tomára posse da Capitania a 19 d'agosto de 1732, mandou para a Ilha o Capitão Antonio de Oliveira Bastos, com trepa de linha de Santos que alli permaneceu até ser creada a capitania e dada a posse ao Governador (7 de Março de 1739) o Brigadeiro José da Silva Paes. E' então que se fortifica a Ilha de Inható Merin a Ponta Grossa, a de Ratoes e a Barra ao sul, edificando-se uma Matriz no Desterro e edificio do Governo.

Seriam os ilheus mais arrogantes, para domar a situação n'uma localidade mal famada, desprotegida pela sua situação chorographica, rodeada de mar e sendo, segundo corria, desde a restauração da monarchia, assaz cobiçada pelos Hespanhoes? A sua natureza insular inspiraria mais confiança ao governo, ou para falar com mais certeza, ao espirito do absolutissimo monarcha? O que é facto é que a colonisação para Santa Catharina ia ser feita pelos michaelenses.

O brasileiro diplomata em meiado do seculo Alexandre Gusmão tenta, indo buscar uma velha contenda diplomatica existente desde o reinado D. João II, e sobre a qual se apoiavam os dois monarchas, hespanhol e portuguez, para a divisão do territorio americano, resolver as delimitações territoriaes no sul do Brazil sobre os velhos tratados de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494 e de Saragossa de 22 d'Abril de 1529 em que tinham sido divididas as espheras de colonisação e os tratados recentes de Lisboa de 7 de Maio de 1681 e de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715 pelos quaes ficára Portugal com a colonia e praça do Sacramento e de facto pelo tratado de 13 de janeiro de 1750, fez-se lettra morla de todos estes tratados, aonde havia tolerancias, como eram as Philippinas e motivos de discussões, como eram as margens norte do Rio da Prata, e ficou convenciona a delimitação natural proposta, indo-se buscar as montanhas e os rios para divisoria de territorio, abolindo por completo os velhos tratados.

Se o Rio de Janeiro, no principio do seculo, tivera estado ás turras com os francezes, como os Paulistas estiveram sob a dominação hollandeza, agora com o rompimento de relações entre Hespanha e Portugal quando, apenas 12 annos se tivera passado sobre o tratado das delimitações do territorio do Rio da Prata, rompem os hespanhoes hostilidades, entrando na propria fortaleza do Sacramento, pondo de discórdia, fundada havia 82 annos, pelo Bravo Governador do Rio de Janeiro, Manoel Lobo. Os portuguezes entravam no Perú e no Paraguay, aonde se fortificavam, mas os hespanhoes occuparam Santa Catharina, que lhes servia de base d'operações e n'ella se mantiveram até 1778, quando em 11 de Março foi assignada a paz americana entre os dois paizes e o tratado de St.<sup>o</sup> Ildefonso em que a Colonia do Sacramento voltava ao dominio hespanhol.

Por occasião de Alexandre de Gusmão se dedicar á Colonisação do sul do Brazil, os açoreanos interessaram-se por ella e pediram a transferencia de alguns casaes em 1747. Isso deu lugar á provisão regia d'esse anno pela qual, ouvido o Conselho Ultramarino em 26 de Junho, ficou assente que as levas de colonos açoreanos, poderiam attingir 4 mil casaes.

As condições em que iam os colonos, que poderiam tambem ser estrangeiros, logo que não fossem subditos de soberanos que possuíssem colonias na America, eram as seguintes:

O Brigadeiro José da Silva Paes, assistido pelo Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, deveria ter a farinha necessaria para o consumo d'esta gente durante um anno, e facultar a pesca no decurso do mez, para os aprovisionamentos de peixe fresco e salgado para as rações dos dias de jejum; a base das rações, sendo 3 quartos da medida local da farinha por mez a cada individuo maior de 14 annos e um arratel de peixe ou carne por dia, para os menores de 14 annos, até 7, a metade, e para os menores de 7 até 3 um terço, não se dando aos infantes menores de trez annos.

O Brigadeiro era recommendado dispensar a melhor assistencia ás colo-

nias, estando provido de dinheiro requerido para o pagamento de 2 mil reis a cada colono, com as ajudas de custo de quatro centos reis a cada um e mais mil reis por cada filho que tivessem, de fazer a distribuição dos utensilios de trabalho, armas, animaes e sementes, a saber: a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martello, um facão, duas facas, duas thezouras, duas verrumas, uma serra com uma lima, travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma egua.

O Brigadeiro, mal chegavam os colonos, dava-lhes agasalho nos sitios mais proprios e em terras não dadas por sesmarias, concedendo a cada casal um quarto de legua em quadro para principiar a sua cultura, isento de direitos ou de salarios pela sesmaria e quando houvesse familia com a qual se poderia cultivar mais terra, estava auctorisado para a pedir ao Governador do Districto que lha concederia.

Provisoriamente estavam installadas as casas para receber os recémchegados que á manciça que o tempo lhes permitisse, iriam armando as choupanas e taipas nos lugares mais vizinhos e fazendo assim a morada para outros como já lhes tinha sido posta a elles.

O territorio a colonisar era o da Ilha e o fronteiro sobre o Continente, entre o Rio e S. Francisco do Sul até ao serro de S. Miguel, pelo sertão correspondente ao Districto em agrupamentos de 60 casaes, deixando-se meia legua em quadro ou forma mais conveniente para assento de Logradouro publico, uma outra para praça publica de quinhentos palmos de face, edificando-se a igreja a um lado e traçando-se a rua ou ruas com largura não inferior a 40 palmos, aonde se irão construindo as casas com espaço entre si e para traz para quinties. Uma companhia d'Ordenanças composta por todos os moradores deveria ser immediatamente levantada e o Brigadeiro designava os officiaes, logo que não iam já nomear os capitães do reino. Tambem era elle que tinha a seu cargo a designação do juiz na forma da Ordenação do Reino e do Ouvidor em qualquer povoação do Districto, separando a administração da justiça no caso de estar distante de mais e não offerecer as conveniencias necessarias, da Ouvidoria de Pernaguá; a erecção da igreja impunha-se logo e para ella o Brigadeiro recebia, acompanhando a leva em cada navio, o necessario para o exercicio do culto e ao Bispo de S. Paulo iam informações correspondentes da Mesa da Consciencia para a creação em cada lugar de um vigario que teria no primeiro anno sustento e commodos agues a qualquer colono e sessenta mil reis de congrua e a igreja tinha dez mil reis para a fabrica e guizamentos, ambas as quantias pagas pela Repartição dos dizimos do Districto; e afim de não faltarem sacerdotes para as Vigararias a Meza da Consciencia avisava os bispos d'Angra e do Funchal que elles acompanhassem os casaes das Ilhas, e mandava dar-lhes á sua chegada ao Brazil dez mil reis d'ajuda de custo. Os sacerdotes não deviam ser deslocados do Districto, tinham um quarto de legua em quadro para passal da Igreja. Dois missionarios eram pedidos ao Provincial da Companhia de Jesus.

Todas as despezas sahiriam da Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro e na Alfandega da mesma cidade e na de Santos ficava aberto um livro de registo de todas as fazendas destinadas ao local da Colonisação entre os rios de S. Francisco e S. Pedro, passando por ellas guias, os Provedores, ou os juizes, sem o que não eram permittidas descargas; e da provedoria sahiria para Lisboa todos os annos um relatorio sobre esse movimento, representado em valor e quantidade; e quando acabado o contracto que existia com a Camara de S. Paulo em que estavam incluídos os dizimos dos districtos do sul, se fazia ramo á porta d'elle, pertencendo o rendimento á Provedoria do Rio de Janeiro, pagando ella d'elle as congruas dos vigarios, igreja e missionarios do Districto.

Fis as condições em que emigravam os habitantes dos Açores e Madeira e eis as regalias que tinham na nova colonia, muitas das quaes foram acrescidas de

melhoramentos concedidos á maneira que os lugares se expandiam. A provisão de 9 de novembro do mesmo anno determinou que aos filhos dos casaes que casassem dentro d'um anno lles fossem concedidas as mesmas vantagens que os paes tinham; (1) outra provisão de 19 de Maio de 1753 estabeleceu que todos os colonos fossem curados das suas doenças á custa da fazenda real, até fim do terceiro anno da sua chegada e depois sem limite de tempo (16 d'outubro 1754); e outra provisão de 30 de Dezembro do mesmo anno mandava o juiz ordinario com o escrivão da Camara de marcar as Sesmarias concedidas aos Colonos cujo título passado por estes e assignado pelo governador sem pagamento algum d'emolumento ficaria registado na Camara com o non e dos Povoadores.

Estas condições e regalias foram affixadas em editaes nos Açores para a propaganda produzir bem os seus effeitos pelas freguezias rurais de todas as Ilhas e a fim de se observar nos navios a boa ordem foi vendido o contracto estabelecido pelo preço n'elle estipulado a um arrematante, que seria o director de todos os transportes, Feliciano Velho Oldemborgue e Francisco de Souza Fagundes (4 mil casaes) a 32 mil reis cada casal posto em Santa Catharina.

Pertencia n'esse momento Alexandre de Gusmão ao Conselho Ultramarino e era elle que elaborava todos estes editaes, provisões, contractos e regimentos, segundo a esclarecida opinião do Senher Varnhagen na sua Historia do Brazil (tom. II pag. 153 e seguintes).

O primeiro Comboio chegou das Ilhas nos principios do anno de 1748 trazendo 461 pessoas: o segundo em Março de 1749 com 600 individuos; o terceiro com 1066 em dezembro do mesmo anno; o quarto em 20 de Janeiro de 1750 e o quinto e ultimo em fins de 1753 trazendo 500 pessoas.

Em meio do seculo, Santa Catharina tornava-se um paraizo devido á acção dos laboriosos colonos açoreanos e a uma boa administração. A industria da pesca da baleia, trazida dos mares dos Açores, rendia 48 contos á Fazenda Real; era uma d'essas organizações que deu celebridade a Ignacio Pedro Quintella, o mercador da rua Nova, como era conhecido em Lisboa, contractador de varios contractos reaes e Pte. da Junta do Commercio, Fabricas e Navegação. Os productos das pescas eram arrematados em praça, por quem mais dêsse e o rendimento lançado nos livros dos direitos reaes; eram os juizes pedaneos dos lugares ou os juizes ordinarios das Villas quem participava para a Alfandega das Cidades; logo que tinham conhecimento da apanha dos cetaceos, e o Juiz da Alfandega mandava os Officiaes do juizo aos portos aonde elles eram trazidos para pôr os toucinhos e as outras partes aproveitadas da pesca em praça; porem por alvará de 15 de fevereiro de 1764, foi dado a Ignacio Pedro Quintella e C.<sup>a</sup> por arrematação, por espaço de 12 annos, o rendimento da pesca nos mares dos Açores e Brazil, cujos termos e condições ordenados por carta de 11 de março de 1765 para Ponta Delgada, foram mandadas, como era costume, affixar á porta da Alfandega pelo Juiz, João Tavar s Basto, a 12 de junho d'esse anno.

O desenvolvimento que tomára a pesca no regimen do contracto em duas arrematações nós temol-o nas informações que nos veem de Santa Catharina, quanto á arrematação para 1789-1801, ao sobrinho Joaquim Pedro Quintella, herdeiro da casa.

A empresa em 1790 a 1793 tinha recebido rendimento do producto da pesca de 253 a 254 baleias e nos quatro annos que vão de 1793 a 1796 de 750 animaes que tinham produzido 11.250 pipas d'azeite de 200 medidas cada (a medida no Brazil correspondia á canada) que ao preço de 160 reis por medida representavam 300 contos, ou fossem 90 contos por anno; e não era só em Santa Catharina que estavam estabelecidas armações da pesca, havia na Bahia, Rio de Janeiro, Ilha de S. Sebastião e Bartioga; e em Santa Catharina eram 6 as armações, a da Piedade ou a Grande situada á entrada da Bahia do norte da Ilha, a da Itapacarve ao nor-

(1) — Esta provisão foi alterada pela lei de 4 d'Abril de 1752, de 1 anno para cinco annos por se terem dado casamentos muito precoces, de que resultaram inconvenientes matrimoniaes.

te do Rio Tajahi, a da Gerapuba ao sul da Embau, a da Imbituba ao sul d'esta, a de Lagoinha na costa oriental da Ilha e outra na Ilha da Graça na barra do rio S. Francisco.

A emigração de Portugal, suspensa em 1720, dera grande expansão á obra da colonisação no decurso do seculo anterior, e voltára no Reinado de D. José e no reinado de D. João VI, a ser uma proveitosa missão para o Pará e Maranhão ao norte colonisados pelo systema dos casaes. A colonisação do Brazil sendo uma preocupação do Governo de Lisboa e depois do governo do Brazil era egualmente um receio, quando a emigração das provincias portuguezas d'um momento para o outro augmentava desproporcionalmente a importancia da localidade. Então o governo estudava entraves e punha-as em execução para impedir a sahida de gente de Portugal para a Colonia do Brazil.

Em 1732 o Conselho Ultramarinho dirigia a D. João V, uma Consulta expressa em parte n'estes termos :

... "ainda que por uma lei se quiz dar providencias a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o effeito d'ella, e passam para aquelle estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem ou occultamente, negociando este transporte com os mandantes dos navios e seus officiaes, assim nos da guerra como nos mercantes, ou com fraudes que se fazem á lei, procurando passaportes com pretextos e carregações falsas. Por este modo se despovoará o Reino, e em poucos annos virá a ter o Brazil tantos vassallos brancos como tem o mesmo Reino».

(Citado no "O Brazil" por Augusto de Carvalho pag. 62).

E é vasta a legislação n'este genero, começando pela Carta Regia de 3 de setembro de 1667 e continuando com a de 28 de Abril de 1674, 14 de fevereiro e 21 de Março de 1694, decretos de 26 de novembro de 1709 e 19 de fevereiro de 1711, provisões de 28 de Março e 12 d'agosto de 1709 e 24 de março de 1713 e 24 de fevereiro de 1744.

A lei de 1720 prohibia expressamente a toda e qualquer pessoa emigrar para o Brazil á excepção dos empregados publicos em officios quer ecclesiasticos quer seculares, sem que previamente tivessem demonstrado que aquelle era o seu verdadeiro interesse e necessidade imperiosa allegando boas explorações ou negocios e sem ter passaporte para o fazer tirado em Lisboa pelo Secretario d'Estado, no Porto pelo Chanceller e em Vianna pelo Governador das Armas. As multas e as penas da contravenção da Lei eram enormes, tendo os individuos embarcados sem passaporte 3 annos de degredo para Africa ou cem mil reis de multa e seis mezes de cadeia; e os capitães dos navios quatro centos mil reis de multas.

As pesquisas eram feitas tanto nos portos brasileiros como nos portos portuguezes.

Essa emigração do seculo XVII foi estabelecendo na Bahia, em Pernambuco e Rio de Janeiro ricos engenhos d'assucar, introduziu o café no Pará, Rio de Janeiro e Espírito Santo (depois); e acclimando os animaes, introduzindo e propagando a cultura de arvores e plantas diversas, explorando mais tudo pelo Matto Grosso e Guyaz as minas d'oiro tornaram o Brazil a mais rica colonia portugueza.

Nos Açores havia já muito a emigração livre, como se déra em Portugal e essa emigração occasionava os mesmos prejuizos que se deram pelo paiz todo e sobretudo na Provincia do Minho aonde os braços faltavam para os trabalhos agricolas.

A emigração considerada uma fuga aos misteres productores, aos exercicios servis e aos empregos agricolas e alem d'isso um desfalque de povoações causando a impossibilidade do transporte dos casaes de colonos, foi pelo alvará de 4 de julho de 1758 prohibida nas mesmas condições porque fôra pela lei de 1720 quando em 1773 n'uma reunião do Municipio de Ponta Delgada de 23 de janeiro com a presença do juiz de fôra e Procuradores do Concelho Pedro Borba Alardo Corrêa de Casal, José Francisco d'Andrade Albuquerque Bethencourt, José Leite

Chaves e Mello, João Soares Ferreira d'Albergaria, Francisco do Rego Bettencourt e Faria resolvem satisfazer a vontade popular e assignam uma representação para a Côrte expondo as difficuldades de vida que soffriam as populações muito augmentadas e necessitando expandir-se e pedindo para o restabelecimento da economia publica a iniciação do restabelecimento da corrente emigratoria de 1747 para Santa Catharina e Matto Grosso. Diziam os povos michaelenses que a area da terra improductiva, devido ao receio dos vulcões e das altitudes, era enorme; que a producção cerealifera de 9 mil moios de trigo e de 18 mil de milho, depois d'abatidos os consumos diversos que tinham e que eram obrigatorios, não excedia 15 alqueires de mantimento por pessoa annual n'uma população de 60 mil almas.

Pelas ruas das villas e pelas estradas viam-se muitos mendigos e ociosos e se muitas terras eram cultivadas sem que d'ellas, pelas condições em que se achavam, se tirasse o proveito devido, o que era motivo d'elogio á população activa, havia dividas por pagar, faziam-se ladroeiras sem conta, estando as prisões cheias.

A reforma social estava pois no impedimento da sahida da gente para o Brazil, o que representava uma inepcia aos olhos do governo de Pombal cuja legislação trabalhava por facilitar e vigorar nos proprios locais e com os recursos da terra a actividade industrial tão intensa como a agricola, concedendo ou fornecendo os elementos necessarios para o progresso local; e alem de desagrados, a corrente emigradora tinha difficuldade em se restabelecer devido á guerra entre os hespanhoes e portuguezes no Brazil. A neutralidade que Pombal entendeu dever guardar na guerra dos Sete Annos e que fôra rompida pela vinda dos embaixadores Torrero e O'Dunne em 1762 a Lisbôa, nunca teve uma acção positiva na Europa, continuando o habil Ministro de D. José a promover a sua politica de fomento interno, não deixando de proceder aos alistamentos, fortificações, instruções e mobilisações necessarias para pôr em pé de guerra o exercito portuguez; mas no Brazil D. Pedro de Cavallos, vice-rei e Capitão General da Provincia de Buenos Ayres, promovia a guerra a todo o transe contra os portuguezes rechassando-os das posições que estes tinham tomado e occupava o mesmo territorio de Santa Catharina por onde a emigração das Ilhas tinha lugar, a qual só era abandonada, como já vimos, pelo tratado de Santo Ildefonso. Pombal, apesar da guerra, não só conseguiu desenvolver o commercio entre a Colonia e a Metropole creando a Companhia de Grão Pará e do Maranhão, a companhia de Pernambuco e Parahiba, e estabelecer a livre sahida dos portos aos navios abolindo o comboio, como instituiu principios na vida dos fazendeiros que lhes asseguravam, um futuro prospero ás suas filhas prohibindo-as de frequentarem os Conventos de Portugal; favoreceu os indios, os escravos e os mulatos, estimulou os brazileiros, deu-lhes cargos elevados e de responsabilidade e, como fez no Reino, animou a agricultura e a sciencia protegendo toda a sua acção e pondo limites ao poder da Inquisição.

Ainda o governo de D. Maria I.<sup>a</sup> manteve a mesma reserva anti-emigratoria os ministros, que eram todos da escola do Marquez de Pombal, empregavam os seus esforços para continuar a acção social e politica do reinado de D. José; e depois veio a guerra do Rossilhão, que poz em alvoroço os mares dos Açôres; em 1799 porem são requisitados por duas vezes (avisos de 7 de Maio e 2 d'agosto) 20 casaes e é o Governador Interino do Fayal e Pico, José Telles Machado, que em 8 de junho do mesmo anno remette a primeira leva de 106 pessoas destinadas a S. Vicente; e então parece dar começo a corrente emigratoria que seria interrompida com a guerra contra o Imperio francez de Bonaparte e tão intensa depois d'ella a ponto de influir por uma forma veliemente no movimento geral da Ilha, quer economico, quer financeiro, quer industrial, quer agricola.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho insistia com o Conde d'Almada para a expedição de colonos sem distincção de mister (off. de 26 de novembro e 30 de Dezembro de 1799) e nos comboios que chegaram á Bahia em junho de 1800 vieram

Tratava-se de abrir uma estrada para Montes Claros e cultivar tractos de terrenos que seriam distribuidos por sesmarias nas condições da carta regia do anno anterior de 12 de julho e José de Sá Bettencourt era o Director d'essa colonia e d'essa obra que recebia instruções do Governador D. Fernando J. de Portugal para as espalhar, antes que os colonos tivessem as sesmarias, pelas casas dos lavradores. 14 leguas iam assim ser rompidas pelo matto até Cattingas e no fim de novembro do anno, 4 leguas tinham sido abertas, dispendendo-se um conto e cem mil reis, e offerecendo aos naturaes as mesmas vantagens que tinham os colonos, isto era, sesmarias e escravos para serem pagos com o producto das lavouras e mais soccorros, ainda mais depressa e mais economicamente seria aberta a estrada.

Os Colonos para a Cananea iam soffrer com a ruptura de novas hostilidades com a França a mesma interrupção que tinha soffrido a emigração com a guerra com a Hespanha.

O Governo do Rio de Janeiro com a Côrte lá estabelecida desde 1808 pensava em restabelecer a emigração e mandar vir colonos dos Açores como de Portugal e o ex-governador de Santa Catharina, Paulo José Miguel de Brito, era um dos homens publicos que mais insistia para que viessem esses colonos afim de auxiliarem as reformas da Ilha e regiões das costas proximas.

Os planos de José Miguel de Brito eram sobretudo reunir por uma estrada a Villa do Desterro á das Lages na Capitania de S. Paulo, distante umas 24 leguas, com todo o territorio situado ao sul do rio Uruguay e de um dos seus braços denominado rio Correntes até á entrada do primeiro rio em terras hespanholas extendendo a confinação sul com a do Rio Grande de S. Pedro desde a costa do mar ás Missões situadas nas margens orientaes do Uruguay. As Lages estavam ligadas por estradas a São Paulo e Rio Grande e offereciam, como já houvera occasião de se constatar, grandes vantagens commerciaes a Santa Catharina, offerecendo aos territorios abertos por estradas a facilidade da exportação das mercadorias.

A situação de Santa Catharina era privilegiada, servindo d'escala a toda a navegação que vinha da Europa para o Rio da Prata e Oceano Pacifico e a grande parte que se dirigia d'um e d'outro Continente para a Asia, situada ao poente e costas d'Africa; por isso a estrada entre o Desterro e as Lages fôra começada em 1787 pelo Governador Luiz de Vasconcellos e Souza com o Governador Interino da Capitania de Santa Catharina José Pereira Pinto, dando assim continuação aos trabalhos do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Estado de S. Paulo e do Governador da Capitania, o Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral, interrompido pela Guerra contra os Hespanhoes e a posse da Ilha.

Foi o alferes Antonio José da Costa quem abriu picada pelo Sertão fôra duas vezes no anno citado, seguindo-se em Dezembro a exploração de João de Bettencourt Pereira Machado (alferes tambem) que passou para o occidente da Serra Geral, mas fazendo um percurso de cerca de 17 1/2 leguas. A factura da Estrada foi arrematada pelo primeiro com Antonio Marques Arzão pela quantia de 24 mil cruzados principiando as obras em 14 de novembro de 1788 e terminando em 6 de Dezembro de 1790 até ao lugar chamado Castello Melhor situado ao poente da Serra Geral, extremo da Capitania, n'uma extensão de 16 leguas e 560 braças medidas desde a guarda de Maruhi 3 leguas para o oeste do estreito que separa a Ilha do Continente. No referido lugar do Castello Melhor até ás Lages, terreno formando um vasto campo com pequenos capões do matto, havia fazendas e estancias de gado com habitações estando já aberto um caminho.

A estrada não prosperou por se não ter povoado a região convenientemente e por ter sido sujeita no transito aos ataques dos indigenas bugres e em 1800 começou a arruinar-se tornando-se intransitavel. José Miguel de Brito insistia pela reabertura da estrada, havendo o cuidado de passar e cultivar os lados e estabelecendo arraiaes e freguezias em lugares convenientes á maneira que a estrada se

fosse abrindo; a Fazenda Real deveria ser estranha a essa empresa que seria entregue a uma Companhia de agricultura e melhoramento da Capitania de Santa Catharina, formada por acções no Capital de 170 mil cruzados e com existencia de vinte annos.

Para a população da região atravessada pela Estrada os açoreanos estavam indicados como os que desde 1811 tinham vindo depois da fixação da residencia da Côrte no Brazil e tão bons resultados tinham tirado nas Capitánias de S. Paulo, Minas Geraes, Goiazes e Matto Grosso, colonisando regiões, cultivando terras, abrindo estradas que ligaram Moios a Espirito Santo e Bahia, Goiazes com o Pará etc., formando villas e mesmo Cidades, creando companhias d'exploração agricola e mineira.

A Ilha desde o principio do seculo estava decadente quanto á iniciativa pesqueira e aos rendimentos publicos. O importante contracto que era o da arrematação da pesca da baleia tinha sido feito em condições que prejudicava a administração da Ilha, pois que a Junta da Fazenda da Bahia, que tinha rendimentos seus e que ainda entrava com numerario para o Erario Real, recebia 20 contos; a Junta do Rio de Janeiro, que estava nas mesmas condições, os mesmos 20 contos; a Junta de S. Paulo recebia 4, isto, era o mesmo que Santa Catharina, que precisava de rendimentos para o seu desenvolvimento e deixava os seus funcionarios publicos mezes sem receber os seus ordenados, os parochos sem as suas congruas e mesmo os habitantes é que aboletavam os soldados, que passavam para o Rio Grande, a quem forneciam farinhas e outros alimentos.

A Fazenda Real, que succedeu a Quintella, em breve começou a faltar com o custeamento preciso para as armações e pagamentos da pesca, chegando a ficar os pescadores sem esse pagamento durante trez annos. Os homens fugiam, as auctoridades mandavam-nos prender e depois obrigavam-nos a trabalhar, mas elles, não sendo pagos pelos administradores, fugiam outra vez. Em 1813 a pesca tinha sido reduzida a 34 baleias (dando 510 pipas de 200 medidas) que a 260 reis a medida renderam 20 contos e quatro centos mil reis. Havia para o serviço 25 a 30 lanchas apenas.

O Governador Paulo José Miguel de Brito no seu programma para melhorar a administração da Ilha dizia que vira n'uma conta corrente de um anno do contracto para a arrematação dos dizimos concluido com Joaquim Antonio Alves (succesor de Quintella que o fizera por 15.200.000 reis por triennio) em que as receitas eram de cerca de 19 contos e duzentos, quando o contracto tivera sido de 25 contos e duzentos durante os 3 annos.

Ora sendo a administração feita pela Junta da Fazenda sem restricções nem onus, guardando-se o azeite que ficava fóra do avaliado exclusivamente para consumo do paiz nos depositos da Capitania para alli serem comprados para negocio ou exportação, ou então posta a arrematação por 12 contos de reis, obteria o Estado com as arrematações dos dizimos e das pescas cerca de 32 contos de reis por anno.

Em 1810, quando Miguel de Brito pugnava pelas reformas, a Ilha produzia coiros, peixe, vinhos e aguardentes, generos comestiveis e cereaes no valor de 400 mil cruzados, exportando 190 mil (1) e consumindo 214. A receita da Fazenda Real arrecadada na Provedoria era de 35.183.634 reis e a despesa de 32.036.941 (anno de 1810) entrando n'estas verbas 24 contos provenientes dos Cofres do Estado, que eram mandados dar pelo Governo do Rio de Janeiro para manutenção do pessoal da guarnição militar.

E' em 1817 que o aviso de 11 de Março n.º 63, ao qual se segue o de 29 de Maio do anno seguinte outro n.º 129, vem annunciar o restabelecimento da corrente emigratoria e em agosto d'este anno seguem 216 pessoas de S. Miguel (da Terceira foram 52) assim repartidas pelas freguezias:

---

(1) — Esta exportação na Europa valia 5 vezes mais.

|                     |     |
|---------------------|-----|
| Cidade .....        | 31  |
| Ramalho.....        | 14  |
| Fajã.....           | 16  |
| Rosto de Cão .....  | 37  |
| Relva.....          | 40  |
| Arrifes.....        | 14  |
| Ginetes.....        | 2   |
| Feteiras.. ..       | 29  |
| Candelaria .....    | 10  |
| Calhetas .....      | 6   |
| Ribeira Grande..... | 12  |
| Lagôa .....         | 5   |
| Fenaes da Luz.....  | 4   |
| Total.....          | 220 |

Era o «Bergantim Mãe de Deus», proprietarios Nicolau Maria Raposo e Antonio José de Vasconcellos e C.<sup>o</sup>, que os levou para o Rio de Janeiro, mas as Charruas da Corôa (uma d'essas charruas era a Princeza Real) é que iam levar os colonos e para não esfriar essa corrente, que o governo de D. João VI queria agora manter regular, seria estabelecida (pelo contracto do Rio de Janeiro datado de 15 de Março de 1813 e assignado por Paulo Torse Vianna e José Joaquim da Silva Freitas, uma carreira annual para exportação de colonos. Em novembro de 1812 sahia d'Angra a 2.<sup>a</sup> leva d'emigrantes voluntarios (147 individuos d'ambos os sexos) e uma terceira de S. Miguel de 183 (42 casaes) com a seguinte proveniencia:

|                     |    |
|---------------------|----|
| Cidade .....        | 26 |
| Ramalho.....        | 5  |
| Fajã.....           | 15 |
| Rosto de Cão .....  | 34 |
| Relva.....          | 36 |
| Arrifes .....       | 14 |
| Ginetes .....       | 20 |
| Candelaria .....    | 10 |
| Calhetas .....      | 13 |
| Ribeira Grande..... | 12 |
| Lagôa .....         | 4  |
| Fenaes da Luz.....  | 4  |

São interessantes as condições do Contracto estabelecido entre o Governo e a Companhia de S. Miguel; em 1812, logo na primeira expedição que partiu, houve discussão sobre as condições das passagens entre o Governador e os armadores; o governador queria um abatimento de preço nas passagens, mas, como a companhia não accceitasse, propõe o augmento das passagens nas creanças de 12 annos para baixo com a condição de ser diminuidos nas que tivessem mais d'essa idade e que ficou accceito assim como a gratuidade ás creanças de mama: em fim, Ayres Pinto de Souza, participando a 16 de julho ao Conde d'Aguiar a conclusão do contracto em que ficava a protecção e auxilio a todo o emigrante como obrigação das auctoridades, punha termo a todas as duvidas. Conducção no «Bergantim Mãe dos homens», proprietarios Nicolau Maria Raposo e Antonio José de Vasconcellos e mais commerciantes:

1.<sup>o</sup>.—Conducção uma vez por anno de novembro em deante, até decisão em contrario.



mil reis por cada um e pelos mais, menos o deposito, 30 mil reis em dinheiro corrente no Rio de Janeiro, metade 15 dias depois de o receber e metade d'ahi a seis mezes.

4.º—Para os proprietarios segurarem o melhor frete, a expedição annual seria de cem pessoas (por viagem) com a condição de ser gente honrada e de lavoura; não sendo assim, ficava a Intendencia sem responsabilidade no frete que seria pago pelos proprietarios.

A emigração é tão intensa, diz o engenheiro Borges da Silva, que quasi metade do augmento que se dá em 13 annos, desde 1800 a 1813 —10:236 almas, ou 797 almas por anno, desaparecera no recenseamento, 6.828 emigrantes ou seja em media por anno 527 pessoas.

Os lugares d'onde sahiram esses emigrante foram durante os 13 annos:

*Emigração em 13 annos :*

|                    |     |                      |     |
|--------------------|-----|----------------------|-----|
| Cidade .....       | 602 | Ponta Garça .....    | 218 |
| Rosto de Cão ..... | 201 | Santo Antonio ... .. | 170 |
| Villa Franca ..... | 929 | Nordeste .....       | 145 |
| Agua de Pau .....  | 618 | Achadinha .....      | 124 |
| Maia .....         | 952 | Lagôa .....          | 69  |
| Feteiras ... ..    | 403 | Mosteiros .....      | 61  |
| Fayal .....        | 372 | Capellas .....       | 55  |
| Achada .....       | 338 | Ginetes .....        | 52  |
| Relva .....        | 230 | Porto Formoso .....  | 41  |
| Nordestinho .....  | 20  | Fajã .....           | 10  |

N. B.—Na Povoação houve augmento de 520 almas. Em Rabo de Peixe 580, nos Fenaes da Luz 203 e nos Mosteiros 61.

As investigações demographicas do Engenheiro Borges da Silva deram mais os seguintes resultados:

Relação da população com as differentes classes da Sociedade :

*INDIVIDUOS*

|   | 1800 | 1813 | Diferença |      |
|---|------|------|-----------|------|
| Corpo Ecclesiastico, comprehendendo secular, regular, religiosos e recolhidas | 818  | 841  | mais      | 23   |
| Corpo Civil .....   | 203  | 157  | menos     | 48   |
| Lavradores .....  | 1734 | 1341 | "         | 393  |
| Negociantes e morgados e pessoas que vivem do rendimento proprio .....        | 372  | 325  | "         | 47   |
| Artistas ... ..   | 2165 | 1637 | "         | 528  |
| Homens do mar e praticos da costa...  | 710  | 953  | mais      | 253  |
| Trabalhadores .....   | 9955 | 8763 | menos     | 1128 |
| Mendigos e vadios .....   | 161  | 218  | mais      | 57   |

A população em 1800 era de 57.161 almas; em 1813 era de 62.353 assim distribuida :

| EDADES             | BRANCOS          |                |               |                  |                |               | Mulatos e Pretos |      | Somma Total |
|--------------------|------------------|----------------|---------------|------------------|----------------|---------------|------------------|------|-------------|
|                    | Homens Solteiros | Homens Casados | Homens Viúvos | Mulher Solteiras | Mulher Casadas | Mulher Viúvas | Hom              | Mul. |             |
| De 0 a 10 annos    | 7692             | "              | "             | 7656             | "              | "             | 9                | 14   | 15.371      |
| " 10 a 17 "        | 3241             | 111            | "             | 3296             | 248            | "             | 50               | 5    | 6.951       |
| " 17 a 20 "        | 1763             | 169            | 2             | 1667             | 168            | 60            | 15               | 20   | 3.750       |
| " 20 a 30 "        | 2000             | 1755           | 14            | 3023             | 2215           | 74            | 50               | 45   | 9.176       |
| " 30 a 40 "        | 766              | 2603           | 65            | 1362             | 2742           | 493           | 37               | 21   | 7.789       |
| " 40 a 50 "        | 507              | 2646           | 163           | 4134             | 2463           | 461           | 124              | 27   | 7.415       |
| " 50 a 60 "        | 381              | 1784           | 216           | 872              | 1687           | 607           | 22               | 17   | 5.586       |
| " 60 a 70 "        | 334              | 1180           | 312           | 628              | 849            | 764           | 6                | 16   | 4.089       |
| " 70 a 80 "        | 110              | 419            | 172           | 230              | 292            | 488           | 3                | 4    | 1.718       |
| " 80 a 90 "        | 37               | 86             | 65            | 49               | 122            | 126           | 1                | 3    | 489         |
| " 90 a 100 "       | "                | 2              | 3             | 4                | 2              | 8             | -                | -    | 19          |
| Somma das parcelas | 16.771           | 10.755         | 1.012         | 19.921           | 10.788         | 2.717         | 217              | 172  | 62.353      |
| Somma das Classes  | 28.538           |                |               | 33.426           |                |               | 389              |      | 62.353      |

Em Santa Maria a população em 1706 era de 1671 indivíduos do sexo masculino e 2.152 do sexo feminino; em 1814 era de 1862 e 2085 respectivamente, sendo por edades d'individuos de ambos os sexos.

|                            |     |
|----------------------------|-----|
| Até dez annos d'idade..... | 800 |
| de 10 a 20.....            | 802 |
| de 20 a 30.....            | 490 |
| de 30 a 40.....            | 502 |
| de 40 a 50.....            | 455 |
| de 50 a 60.....            | 416 |
| de 60 a 70.....            | 248 |
| de 70 a 80.....            | 118 |
| de 80 a 90.....            | 24  |
| de 90 a 100.....           | 1   |

3.946 indivíduos

O desfalque da freguezia Matriz na Ilha é flagrante; diz Borges da Silva que a população, que era em 1774 de 2142 almas, aumentando na progressão devida entre 70 e 80, em 39 annos deveria ter augmentado de 2730 indivíduos ou ficado com 4872 pelo menos, quando de facto ella em 1814 só possuía 1630 almas.

Em decadas o seu accrescimento fica por este quadro demonstrado :

|           |            |
|-----------|------------|
| 1774..... | 2142 almas |
| 1784..... | 1966 almas |
| 1794..... | 1628 almas |
| 1804..... | 1569 almas |
| 1814..... | 1630 almas |

A acção do Marquez de Pombal podia ter sido benéfica se os governos tivessem recebido da sua administração a inspiração devida. Todos os males sociais teriam melhorado com a diffusão das indústrias; mas mesmo com o estabelecimento da liberdade do commercio, que auxiliou a expansão da exportação dos cereaes, e com o alvará de 11 d'Abril de 1815, que dava alçada aos carregadores para estabelecerem os aforamentos da lei de 18 de Setembro de 1811, que creava os aforamentos dos terrenos baldios e dos domínios incultos dos morgados se podia ter

occupado muita actividade agricola, mas a concessão de terrenos no Brazil, apesar de todas as aventuras por que os colonos iam passar, tentava sempre os Michaelenses, logo que podiam embarcar.

Os povos clamavam e os administradores publicos e governantes dirigiam as suas representações ao governo do Rio e de Lisboa, mas como não eram sanados os males, o descontentamento augmentava.

Não havendo a preocupação da utilização de actividades e empregos de energias n'um programma de politica social de produção, não existindo um forte senso economico perseverante, que lembrasse o poupamento, que preconisasse o estabelecimento das varias industrias de consumo, que tinha sido a base da organização economica do programma politico de Pombal; as populações encontravam lenitivo aos seus males enumerando os defeitos da engrenagem das Ilhas ás auctoridades impotentes tolhidas na sua acção já pela falta de vontade dos governos da Capital de Lisboa, já pelas dificuldades que existiam no mecanismo administrativo; e repetindo esses defeitos, sem agirem em commum, dispendendo sacrificio em beneficios a arrecadar de futuro. As auctoridades, não recorrendo às forças vivas dos povos, contentavam em esperar pelas ordens do governo, aggravando com as esperas a situação de tudo. A unidade, a solução de continuidade, a satisfação e o gozo da execução da obra premeditada, concebida e amadurecida no espirito dos ilheus eram expostas á vontade d'estranhos cujo interesse era apenas a vaidade ligada ao governo de trabalhos e medidas tão longinquoas como desconhecidas para elles.

A terra estava retalhada e na posse de poucos proprietarios, muitos dos quaes despendiam os seus importantes rendimentos fóra das Ilhas e outra grande parte estava encorporada como bens de mão morta nos bens das Ordens Religiosas. A emigração do capital dificultava a acção dos trocos e tolhia a marcha da complicação das riquezas, constantemente acompanhadas pela emigração que os aggravava retirando ás localidades braços que eram outros tantos productores de trabalho e de riqueza.

O alvará de 11 d'abril de 1815 dava aos corregedores a alçada para estabelecerem contractos de aforamentos dos incultos e baldios, mas os ilheus queriam tambem que lhes fosse concedida a isenção dos dizimos como estavam isemptos os cultivadores de pannos pelo alvará de 12 do mesmo mez e anno. A fim de facilitar as construcções queriam os povos que fosse concedido igualmente alçada ao Corregedor para junto ás estradas aforar 100 varas de terreno ampliando ao mesmo tempo a provisão de 22 de dezembro de 1767 facultando o engrandecimento das Vilas e aldeias; queixando-se de que as propriedades estavam vinculadas pertencentes a proprietarios que exigiam exaggeradas sommas por ellas pondo entraves. A imposição de uma canada por almude cobrada aos vendedores d'aguardente da terra queriam mais os povos outra canada que fosse applicada á venda de aguardente de importação para dar rendimento aos Municipios e para animar as industrias da pesca e da salga, isemptas as propinas do sal, e estabelecer a livre exportação sem direitos d'estes generos.

O estabelecimento do porto franco (alvará de 26 d'outubro de 1810) com caes livres para trasbordo de mercadorias, de que se esperava muito para o futuro commercial entre o Brazil e os portos da Europa e Mediterraneo offerecendo aqui vantagens nos trasbordos quer de mercadorias coloniaes quer de mercadorias europeias, não tendo o alcance que se esperava com a conclusão da paz e a liberdade dos mares e commercio restabelecidos, já com as garantias entregues pelos mouros da costa d'Africa já com o reatamento das boas relações europeias, caducou n'uma reforma aduaneira unificadora (26 de Maio de 1812).

Comtudo, se o movimento maritimo do porto em 1803 era de 137 navios e em 1813 de 254; se os impostos alfandegarios cobrados tinham passado de 11.653.218 reis em 1805 para 38.210.786 em 1812, se a exportação de milho em 1802 era de 1250 moios e de 1807 a 1816 era de 6 mil moios, se a importação do estrangeiro

em 1802 era de 170 contos, em 1812 era de 633 contos (1) e se o commercio d'importação de Portugal e Ilhas era em 1802 de 70 contos e em 1812 de 155 contos; esta actividade commercial, que representava incontestavelmente um progresso na civilisação da Ilha de S. Miguel, não satisfazia ás aspirações e aos interesses da grande massa.

E o que se dava com a emigração e com o regimen da moeda repetia-se com o regimen vinicolo.

## CAPITULO IV

### O COMMERCIO DOS VINHOS

#### Summario

*O commercio dos vinhos prejudica os agricultores—O regimen vinicolo—Como se cobrava a imposição—Livre cambio e protecçionismo—A capitania protege as ilhas do Fayal e Pico e o commercio—Os protecçionistas michaelenses são os promotores do Movimento de 1 de Março.*

O commercio dos vinhos das Ilhas contrariava os interesses dos agricultores. O Commercio fôra protegido duas vezes pela Capitania Geral; já no fim do seculo, em 1794, demonstrára o Procurador do Concelho, Pedro Barbosa da Silva, que a importação dos vinhos desequilibrava a balança do commercio em desfavor dos michaelenses, alem de proporcionar a desmoralisação e fazer emigrar o capital. A importação annual (1793-94) do vinho das Ilhas fôra de 1555 pipas e 44 barris e a facilidade estabelecida no commercio dava lugar a que o cultivo da vinha fosse posto de parte pelos agricultores.

A provisão de 15 de Março de 1802 suspendeu a liberdade de commercio e de novo voltou a sociedade michaelense a gosar das garantias economicas e moraes que pretendia; diminuiu a embriaguez e a convivencia nas tabernas, augmentou-se o cultivo dos vinhedos e evitou-se a sahida do capital, o que era o problema urgente a resolver da politica do momento. Porém o Alvará de 25 d'outubro de 1810 tornou livre outra vez essa importação e em breve os proprietarios agricolas se queixaram da falta d'extracção dos seus productos, parte provocada pela acção dos commerciantes de Ponta Delgada, parte devida aos arrematantes da imposição.

A imposição ou imposto sobre a produção dos vinhos existia regulamentada pela Provisão de 3 de junho de 1565, tivera sido retirada dos rendimentos da Camara e destinada ás obras de fortificação do Castello de S. Braz; mas os administradores Municipaes requereram a sua restituição ao Município, allegando necessidade de rendimentos para obras d'utilidade publica.

No anno de 1522, alvará de 30 de Dezembro, foi levantada a imposição sobre os vinhos na cidade de Lisboa que D. Manoel estabelecera para fim de arrecadar dinheiros para construcções publicas; foi o regimento d'esse alvará, que por determinação de 1554 do Dr. Francisco Tibão, do Dezembargo do Paço, Ouvidor, Feitor dos Crimes e Juiz e Contador da Casa da Apozentadoria e Imposições, ficou a cargo dos feitores e escrivães da casa da Apozentadoria e Imposições para irem fiscalisar as vendas dos vinhos ás tabernas, exigindo o pagamento de dez cruzados a quem encontrasse qualquer tentativa de sonegação de direitos á fazenda real.

(1) Ha a attender aqui ao augmento que soffreu o preço dos generos e dos objectos durante este espaço de tempo.

E por certidão de 16 de fevereiro de 1563 é dada ordem para que sejam pagas de cada almude 2 canadas, 1 pela imposição velha e 1 pela nova.

A partir de Janeiro de 1564, por regimento de 8 de janeiro, todos os vinhos comprados para exportação pagavam siza na casa da Siza dos Vinhos e não nas vendas, dando somente os compradores ao comprarem penhor ou fiança obrigando-se dentro de 2 mezes a prestar a certidão da Casa da Siza assignada pelo Almojarife e officies de n'ella terem pago a referida siza e carregado para fóra sob pena de a pagarem integralmente. Como, afim de se subtrahir ao pagamento da siza, muita gente levava os vinhos a Setubal e Sezimbra, foi por este regimento prohibido a exportação dos vinhos por qualquer porto dos arredores que não fosse Lisboa; e aos vinhos vendidos em Lisboa em quintas e casas particulares trazidos por almocreves prohibiu-se o carregamento sem declaração escripta e juramento que eram registadas ás portas da Cidade e impoz penas egualmente para aquelles que fossem apanhados por caminho ou atalhos fóra da Estrada que os conduziria a Lisboa.

Os barqueiros, que carregavam para os navios e naus as pipas e vazilhas sem estarem marcadas com o rotulo do despachio e do pagamento da siza, incorriam egualmente em penas.

Os Contadores da Fazenda nas comarcas eram notificados para procederem nas villas á facilitação da compra de vinhos para exportação, mediante a certidão do Almojarife.

Por se estar vendendo o vinho ás canadas e aos copos nos estabelecimentos sem exposição do ramo e sem licença, o Almojarife da Imposição José Rodrigues Leal expoz ao Conselho da Fazenda o prejuizo que d'ahi advinha para a Fazenda Publica e por alvará regio de 23 de Dezembro de 1715 foi estabelecido que não fosse vendido mais vinho n'estas condições sem os vendeiros estarem atebnados publicamente e com ramo exposto sob pena do perdimento do vinho que tivessem em casa e no armazem e dois mezes de prisão e perdimento de licença para o futuro de tornar a vender vinho na Cidade.

A venda de 1 pipa ou mais em pé com a obrigação *usada* de o vendedor e comprador o participarem á Mesa, era permittida, e as casas de pasto não estavam comprehendidas nos termos d'este alvará.

As denuncias eram remuneradas com um terço da importancia, e a composição das partes, quando incerteza ou duração de pleitos com o contractador, só era permittida com o consentimento do Conselho da Fazenda.

E este contractador tambem não poderia para o futuro fazer qualquer avença com os Mercadores e para as causas a mover teria assistencia o Procurador da Fazenda, parte que fosse nos juizos inferiores da casa dos direitos reaes, e da sentença do Almojarife era dada appellação e agravo para o juiz da Contadoria da Fazenda da Cidade e seu termo e para o Conselho da Fazenda aonde privativamente tinha lugar a ultima decisão da causa.

Durante o seculo XVIII a cobrança dos direitos sobre o vinho fazia-se pelo alvará de 1641, alvará de 4 de setembro de 1657, decreto de 12 d'outubro de 1657 e resolução de 11 de fevereiro de 1658.

Pela consulta de 6 de fevereiro de 1765 foi pedida pela Camara de Lisboa a extracção do uso das taxas não só para evitar á gente miseravel a violencia das condemnações (sic) como para estabelecer com a liberdáde da venda augmentar o concurso dos generos e a sua barateza conservando-se o aferimento das medidas e pipas. A 9 de fevereiro do mesmo anno era resolvida por S. Magestade a solicitação da Camara e a 21 era expedido o aivará estabelecendo o regimen livre.

Estavam então sendo adoptadas tigelas, garrafas, pucaros e varios outros recipientes nas medidas dos tanoeiros, o que tornava impossivel a aferição e havia a difficuldade de os obrigar ao uso das medidas que tinham aferição, porque elles acobertavam-se com a sentença da Ouvidaria da Contadoria da Fazenda permit-

tindo o uso dos potes, meios potes, garrafas e tigelas para a venda do vinho aos taberneiros do termo de Lisboa.

Foi então que por consulta de 17 d'Abril foi solicitada a intervenção da Lei e por alvará de 11 de junho foi em harmonia com o parecer do Senado (de Lisboa) revogada a permissão do uso das referidas medidas para os líquidos; e posto o regimento nos termos dos citados alvarás do século XVII.

D'estas leis citadas foi feito um resumo que por decisão do Senado de 17 de junho de 1765 foi mandado imprimir e mandado distribuir pelos Tribunaes afim de esclarecer o modo d'arrecadação dos direitos do vinho.

Pela lei de 41 o donativo imposto pelo povo e pago por elle proprio não podia ser convertido em proveito dos lavradores pela não observancia da Imposição; e a determinação do alvará de 4 de setembro de 1657 mandando cobrar 7 reis em cada canada estaria em vigor; as sentenças contrarias ao decreto de 12 d'outubro de 1657 mandando prohibir a venda do vinho na casa do lavrador, as sentenças contrarias á resolução de 11 de fevereiro de 1658 mandando observar o referido decreto; tudo isso foi mandado annular, como se nunca tivesse existido, pelo alvará de 11 de junho de 1765 que restabeleceu o alvará de 41, sendo revogados os de 57 e a resolução de 11 de fevereiro de 1658.

O alvará de 4 de setembro de 1657 dizia que restabelecia a lei de 41 a fim de obter fundos para a guerra e mandava pagar aos taberneiros e lavradores sete reis d'imposição por cada canada, salvo para os lavradores quando vendessem aos taberneiros.

Por determinação Regia foi mandada a Camara em 12 d'outubro de 1657 prohibir as vendas de carne e vinho nas casas do lavrador por haver prejuizo na arrecadação do real d'agua e a consulta do Senado a 24 d'outubro não foi attendida, havendo ordem regia de 11 de fevereiro de 1658 para manter a determinação feita, elevando contudo o senado, se o entendesse, as referidas imposições estabelecidas.

A imposição constava do pagamento de uma canada de vinho por cada almude na venda a retalho ou fosse a duodecima parte do vinho atavernado; e para attenuar a contribuição o almude fôra dividido em 13 canadas pequenas para o uso das tabernas.

A imposição era dada a arrematantes e o modo da arrecadação da renda era de remotos tempos feita da seguinte maneira:

Os proprietarios faziam um manifesto dos vinhos que tinham para venda, apresentando amostras ao juiz almotacé para este verificar o seu estado para consumo publico e mandar passar pelo escrivão um alvará de licença de venda aos taberneiros.

As licenças eram apresentadas aos arrematantes da Imposição pelos proprietarios com declaração dos nomes dos taberneiros encarregados de vender os seus vinhos e preços porque deveriam vender; os carregadores dos vinhos, que tinham por nome carreiros do Concelho para as tabernas, eram homens que trabalhavam debaixo de juramento, levando os vinhos em barris de medida exacta das adégas para as tabernas e entregando aos proprietarios escriptos assignados pelos taberneiros e com menção das quantidades que precisavam para o provimento dos seus estabelecimentos; e terminada a venda, os arrematantes recebiam dos proprietarios, mediante os referidos escriptos a cobrança da Imposição e entregavam-lhes o valor dos vinhos com o desconto das commissões aos taberneiros e carros aos carregadores.

Aos vellos costumes, em 1778 (8 de janeiro), se viera, por accordo entre os proprietarios agricolas e a Camara, a uma modificação dos regulamentos d'esta cobrança no interesse das duas partes interessadas e em defeza das exageradas commissões que exigiam os taberneiros, pondo-se a vigorar o regimen seguido nas outras Ilhas aonde se pagava a comissão pela vendagem aos taberneiros com dez por cento, ao passo que em S. Miguel elles tinham 20, recebendo 2 canadas por al-

mude. Depois os vinhos dos proprietários sem estarem afiançados ficavam sujeitos às prevaricações dos vendedores que os falsificavam e tinham ultimamente dado em fugir para fóra da terra levando os dinheiros das vendas e da Imposição; roubos que muito prejudicavam a Corporação administrativa e a classe dos cultivadores de vinhedos.

Submettendo pois as modificações a introduzir ao regimen vinicolo debaixo d'estes trez principios: -1.º não lesar os interesses publicos; 2.º afiançar o valor dos vinhos aos proprietários e isental-os de calotes e roubos dos taberneiros; 3.º augmentar e segurar as rendas municipaes; concluiu pois a Camara com os proprietários dos vinhos uma convenção pela qual se compromettia a Camara a fazer arrematar a renda da imposição por pessoa abonada afiançando-lhe o valor dos vinhos e encarregando-se do pagamento das comissões aos taberneiros, conservando, como era costume, dentro da Cidade pelo menos 40 tabernas e recebendo d'ellas trez canadas de vinho pelo almude pela imposição e pagamento aos taberneiros, passando as duas da comissão para as rendas do Concelho como offerta dos lavradores em recompensa das garantias que a Camara lhes proporcionava com o estabelecimento do novo regimen.

Durante 37 annos foi mantido este regimen vinicolo com plena satisfação para todos, sendo a renda arrematada sempre por pessoas abonadas, podendo satisfazer a todas as condições do compromisso tanto por si como pelas suas finanças; mas quanta vigilancia para se não dar infracções á lei! Em 21 de junho de 1797 foi accordado pela Camara mandar notificar aos almotacéis para redobrem de vigilancia na almotaçaria e atabernação dos vinhos e em dezembro d'esse anno a Camara toma a administração da renda da Imposição porque as queixas dos lavradores contra os arrematantes repetiam-se e a administração da Cobrança foi entregue a Manoel José Soares, que varias vezes servira de thezoureiro, arbitrando-lhe pelo trabalho 450 mil reis.

Tambem para garantir o consumidor uma decisão da Camara e uma ordem regia tinham sido postas em vigor no regimen vinicolo. A decisão da Camara datava de 3 de fevereiro de 1798 e foi para prohibir a elevação do preço dos generos e bebidas aos taberneiros sob pena de 8 dias de prisão e 6 mil reis de condemnação e ficando inhabeis para vender; a ordem foi promulgada a 22 de Dezembro de 1800 mandando o Conde d'Almada que se impedisse a exportação dos vinhos das Ilhas sem que as vasilhas estivessem marcadas com a proveniencia, pois que era frequente estabelecer a confusão e vinhos maus misturavam-se com vinhos bons; e a 30 de maio do anno seguinte é remetido um officio á Alfandega para que todas as pipas tragam a proveniencia bem visivelmente marcada no vasilhame.

A Camara regulava a venda e a importação com escrupuloso zelo, garantindo os interesses dos lavradores michaelenses e do consumidor por equal: na sessão camararia de 27 de julho de 1808 despacharam-se trez requerimentos, 1 de Jaintlio Ignacio Silveira, 1 de José de Mello e 1 de José Jacintho de Viveiros em que se concedeu o poderem dar entrada na Alfandega da Cidade certas porções de pipas de vinho com a prohibição de não as desencaminharem nem venderem sem que primeiro fossem vendidos todos os vinhos dos lavradores da terra, communicando-se a pena do perdimento não só do valor do que desencaminhassem mas do mais pertencente ao numero facultado, applicado tudo para as despesas do concelho; e para se acautelar esta providencia se incumbem ao administrador da Imposição o tomar conta do numero de pipas concedidas só na sua entrada.

N'essa mesma sessão prohibira.n a entrada dos vinhos e na de 16 de novembro seguinte foi de novo reforçada a prohibição sendo a mercadoria apanhada em armazens, tabernas, ou fosse onde fosse, multada com o valor dos vinhos vendidos, o Senhorio d'elle, e o taverneiro em 6 mil reis de multa destinada á despeza do Concelho e denunciante; condemnações que podiam ser exe-

cutadas ou pelo almotacé ou na propria camara na forma da Provisão de 15 de Março de 1802.

Outra deliberação respeitante a regulamentação da venda do vinho é a de 17 de Dezembro de 1803 sobre o requerimento de João Jacintho do Melio, Manoel José da Silveira e João Teixeira Maciel, a quem foi permittida a venda nos seus armazens dos vinhos que possuíam das Ilhas deixando ás tavernas o vinho dos lavradores da terra; e a 4 de novembro de 1800 lê-se nos accordãos municipaes d'esse anno que o Consul Britanico recebe deferimento a um requerimento para importar 50 pipas de vinho da Ilha de S. Jorge.

Em 5 de junho de 1802 as tavernas ficavam dependentes da approvação do Administrador da Imposição e só com a approvação d'este: poderia ser levantada, excepto nos armazens aonde se achava vinho; e á venda publica só por ordem do Administrador poderiam ser expostos vinhos; e demorando-se elles sem serem expostos, parte d'isso deveria ser dada aos almotacés para examinarem as causas e darem providencias. Tambem n'essa sessão foi deliberado participar ao Administrador que puzesse os vinhos que ainda restavam dos lavradores do termo preferindo-os a todo e qualquer vinho de fóra, o que o administrador já deveria ter feito em harmonia com as condições do seu contracto e postura respectiva e pedindo ao Almotacé para zelar a prompta e inviolavel observancia do accordão.

Tambem n'este anno logo depois do edital apregoado e affixado afim d'annunciar a necessidade da marca no vasilhame importado (30 de Maio de 1801) foram annunciadas (edital de 30 d'agosto) as penas a que estavam sujeitas as pessoas que pretendessem importar vinhos sem licença da Camara ou ludibrial-a requerendo um certo numero e recebendo muito menos quantidade, o que era de 6 mil reis por pipa que faltasse no requerimento.

Cinco annos decorridos apoz o alvará de 25 de outubro de 1810 começaram porem os lavradores a sentir os males da liberdade do commercio restabelecida com o alvará, accusando em aggravante do mal os arrematantes da imposição de se atrazarem na tiragem dos vinhos das adegas para os distribuirem pelas tavernas da Cidade; ao mesmo tempo a Camara ficára sem uma das canadas por almude da Imposição pois que a doutrina estabelecida pelo Juiz de Fóra *João Bernardo Rebello Borges*, e seguida, tinha sido a restituição d'uma das canadas estabelecidas no compromisso com titulo d'indemnisação aos interesses dos cultivadores de vinhos. No entretanto, enquanto a Camara de 1815 recorria ao Capitão General como regedor das Justças paraeste ser arbitro nas deliberações tomadas ouvindo as razões d'ordem economica dependentes d'elle do regimen da livre importação dos vinhos das Ilhas, a anar chã estabeleceu-se no compromisso exigindo os tiverneiros mais de trez e quatro canadas pela renda de cada almude.

Quando o General Araujo veio a S. Miguel, a Camara entregou-lhe uma representação sobre o assumpto em que mostrava que as rendas importando em menos de 9 mil cruzados não chegavam para as despesas de dez mil e que para se repararem os aqueductos, para se pagarem aos empregados e para a criação dos expostos, por provimento do Corregedor João José da Veiga, fóra contrahido um emprestimo de oito mil cruzados: já os vinhedos iam diminuindo de cultura porque os proprietarios se lançavam n'outras explorações agricolas; e os homens publicos accusavam um deficit de mais de 250 contos na balança do commercio das Ilhas durante 12 annos; sendo a exportação de cereaes, fazendas, productos e animaes para ellas de 34 contos e a importancia em vinhos de 275 contos.

Dois homens que iam tomar parte no movimento para a separação governativa da Capitania Geral d'Angra, o Doutor Mathews d'Andrane Albuquerque-Bettencourt e Francisco Affonso da Costa Chaves e Mello, vieram para a Imprensa com folhetos expondo a questão em defeza da Camara e em defeza dos agri-



cultores, ambos provando que a liberdade do commercio só era admissivel nas condições em que existia a liberdade do commercio para os cereaes quando demonstrado que os mercados locais e o consumo publico estavam assegurados.

## III

## A separação e o governo independente

## CAPITULO I

## As razões de um novo Governo

## Summario

*Os folhetos Terceirenses contra a Constituição Provincial em trez grupos d'Illhas—O que dizia José de Sequeira sobre os interesses do grupo occidental — As accusações do Rev.<sup>o</sup> Medeiros Mantua e sua investigação historica à vida social—A memoria geographica estatistica e historica de Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira.*

E não era só sobre a questão agricola que se publicavam folhetos elucidando a administração Publica sobre a situação politica e sobre as vantagens e inconvenientes da administração publica no regimen d'independencia para os trez grupos d'ilhas no Archipelago appareceram varios outros escriptos. Todos queriam contribuir para a consolidação do novo estado de coisas. Uns, terceirenses, defendendo o regimen da Capitania e atacando os governos instituidos na Horta e em Ponta Delgada circularam na sessão das Côrtes de 8 de novembro de 1821 contestados pelos deputados Michaelenses e Fayalenses.

Os folhetos terceirenses traziam argumentos que eram demolidos completamente pelo deputado fayalense Felisberto José de Sequeira na «Refutação a elles feita em forma de dialogo» (Imprensa Alcobia 1821).

Diziam os angrenses que não havia vantagem que resultasse aos povos de S. Miguel e Santa Maria e aos das quatro illhas reunidas no grupo do Fayal a occidente: respondia José de Sequeira que bastava olhar para as distancias a que as Illhas estavam umas das outras, as difficuldades que d'ahi resultavam para as communicações sobretudo no inverno quando os mares estavam revoltos e citava factos interessantes tales como o do Estio anterior (1820) estarem as Illhas do Fayal e Pico dois mezes sem terem noticias d'Angra, e de muitos annos terem sahido navios da Magdalena e da Horta para Lisboa, carregarem lá e voltarem para as Illhas sem que outro qualquer navio tivesse sahido para Angra; nunca na sede da Capitania Geral se tivera estabelecido uma carreira diaria e regular e os barcos abertos e cobertos que existiam a frete, quando o vento lhes era favoravel para outro rumo, levavam carregamentos para outras Illhas deixando as cargas da viagem de volta para outra occasião propicia, obrigando os commerciantes e as pessoas interessadas do Fayal e Pico, se tinham pressa nas mercadorias, a fretar barcos, que lhes custavam 20 e 30 mil reis e os transtornos que os atrazos occasionavam.

Os angrenses diziam que as separações dos dois grupos do Archipelago custariam á Fazenda Real 16 contos de reis a mais; respondia José de Sequeira que, se o orçamento para a pretendida Junta Governativa que os terceirenses reclama-

vam para Angra e destinado ao governo geral do Archipelago estava calculado em oito centos, quanto pretendiam os terceirenses que deveriam ser os honorários dos funcionarios para o Governo parcial da Ilha? Os mesmos oito contos com mais oito contos para cada outro governo parcial de cada grupo?!...

Os terceirenses accrescentavam nos seus argumentos que em breve não seriam trez os governos das Ilhas mas sim nove porque com o mesmo direito qualquer Ilha reclamava um governo autonomo; respondia José de Sequeira que a muitas villas tinham sido concedidos foros e privilegios de Cidade e que essas graças não tinham prejudicado as outras villas que continuaram sob a designação de Villas que a egualdade dos direitos só existe com egualdade de proporções e circumstancias da vida, e uma população de 600 almas não estava nos casos de receber os mesmos titulos e regalias de 50 ou 60 mil almas formando a população de duas Ilhas.

Diziam tambem os terceirenses que a Centralisação do Governo seria aniquilavel para mal da administração publica, ao que José de Sequeira respondia que cada provincia brasileira tinha o seu governo provincial e nem por isso essa centralisação regional prejudicava o Governo Central do Rio de Janeiro.

Os terceirenses tinham como certo que a desligação administrativa entre as ilhas do Archipelago traria um desmembramento d'intesses entre ellas e em caso de necessidade d'auxilio, portanto uma falta de responsabilidade que tornaria qualquer acção não uma obrigação mas uma arbitrariedade, ao que o deputado pelo Fayal e Pico respondia que os grandes e vastos canaes que separam as Ilhas nunca tornariam faceis quaesquer soccorros immediatos a prestarem-se mutuamente mas que um accordo previo pos suggestão do Governo da Metropole tudo remediar.

Os terceirenses tinham o desligamento politico das Ilhas como uma causa de desunião nos momentos de perturbações sociaes occasionadas por correntes d'opinião divergentes, e citavam a questão partidaria por causa das pretensões de D. Antonio Prior do Crato na successão do throno de Portugal por morte do Cardeal D. Henrique, em que a administração autonoma das Ilhas deu lugar a varias manifestações differentes em sentimento, não tendo todos prestado, como deviam, o seu concurso á causa do Prior; ao que Sequeira respondia que mais fortes, para a decisão da lucta, eram as esquadras de França e de Inglaterra e que contra essas, enquanto a gente da Terceira fugira toda das costas para o interior a guardar-se das balas das peças dos navios inimigos, o Governador Souza, quando Pereira fôra por ordem de D. Pedro de Toledo da Terceira intimar a rendição do Fayal, deu-lhe sangrenta batalha apesar de arriscar a sua vida, que de facto depois perdeu, sendo-lhe decepadas as mãos.

Os terceirenses diziam que era tão absurdo querer alterar a sé'e do Governo para o Porto quando no porto fôra acclamado o novo systema Constitucional Politico 21 dias antes de Lisboa, como era alterar a constituição administrativa das Ilhas por S. Miguel e Fayal terem adherido anteriormente á Terceira, a esse mesmo Regimen, ao que Sequeira respondia que ninguem poderia affirmar ser a mesma coisa pedirem as Ilhas uma Junta Governativa sujeita á séde do Governo em Portugal ou solicitar a transferencia da Capital do Reino para uma Capital da Provincia.

Diziam que as difficuldades de comunicação que hoje existiam eram as mesmas que sempre tinham existido; ao que respondia Sequeira que os abusos d'um mau governo tinham dado a conhecer as neecessidades da implantação d'um novo regimen aos continentaes e que o mesmo acontecera nas Ilhas aonde os povos com o mesmo direito pretendiam a emancipação politica.

Diziam os terceirenses que estabelecer na Capitania dos Açores trez Juntas Governativas, quando todas as outras Capitánias só tinham uma, era uma aberração politica que arrastava para a democracia; ao que Sequeira retorquia que, se ha cinquenta annos tinha sido creada uma Capitania Geral em Angra, isso só de-

monstrava que tinha havido um erro politico n'essa organização, que não estava nas condições das outras que estendiam a jurisdição a todo o territorio administrado por terra e não por mar com facilidade regularidade e certeza de communicações.

Diziam os terceirenses que o Fayal mais commercial e S. Miguel mais abundante em riquezas proprias completavam com a Terceira, que não tinha esses privilegios uma forte unidade; ao que respondia Sequeira que as riquezas não eram mais do que o resultado da actividade industrial e que os terceirenses a promoveriam em vez de pedir a eleição de delegados para representar as Ilhas consumindo em Angra os seus ordenados; o que seria mais honesto.

Nenhuma Ilha offercia, a garantia diziam os terceirenses, que offercia a Terceira e sobretudo Angra com o seu Castello de S. João Baptista inexpugnavel; ao que respondia Sequeira que lhe não constava que tivesse sido jamais roubada a Fazenda nas outras Ilhas que deveria ser remetida para o sorvedoiro d'Angra mas parte em risco atravez de todos os perigos no mar, assim como as quantias expeditas só muito brevemente tinham deposito nos cofres d'Angra, sendo necessaria a sua remessa para os competentes lugares, locais e repartições e que apenas servia a fortaleza para os interesses pessoas dos terceirenses.

Diziam os terceirenses que as Ilhas eram importantes e que mais seriam quando fossem reformados os abusos existentes na administração publica, ao que respondia Sequeira que era essa a razão mais forte para serem ouvidas as queixas dos Ilheus em cujas 4 principaes Ilhas havia 120 mil habitantes.

Diziam os terceirenses que logo que fossem estabelecidas as Juntas e arrecadados os rendimentos publicos não faltaria obras em que empregar os dinheiros; ao que respondia Sequeira que o exemplo p'Angra não servia seguido com os mesmos farizaicos zelos e que ao Governo de Lisboa estava indicado o contrato da administração Geral do paiz.

Diziam os terceirenses que, constituidas as Ilhas em trez Juntas Governativas, seria a unica Província que não se constituia Constitucionalmente conservando a divisão das comarcas ao que Sequeira respondia que não havendo eleição indirecta para a eleição de deputados mas sim directa, como tivera sido decidido pelo Soberano Congresso, em nada podia alterar o mecanismo politico, e se por acaso fossem as eleições conservadas indirectas não havia contradicção alguma em fazer-se o que se fizera igualmente nas eleições passadas que tinham sido approvadas e que era as eleições das comarcas serem feitas nas proprias Ilhas e as dos deputados na Ilha aonde estava installada a Junta Governativa.

Estas argumentações publicadas com o folheto de João Bento de Medeiros Mantua deitavam luz a jorro sobre as conveniencias da conservação da nova constituição, e se estas eram bem demonstrativas em argumentação, uma memoria geographica, politica e historica do outro deputado fayalense Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira punha, historiando as riquezas da Ilha na producção, consumo exportação, o problema completamente a claro para as discussões nas Côrtes.

Medeiros Mantua expunha no seu folheto os motivos porque a Ilha de S. Miguel com Santa Maria se separavam da Capitania.

Consistiam em summa estes motivos em que a Ilha de San Miguel e de todas as dos Açores a mais oriental, e proxima a Portugal, e de porto a porto d'esta da Ilha Terceira perto de quarenta leguas, e nenhum Commercio nem relação com ella tem, de sorte que para qualquer despacho era preciso fretar um Navio, e ter n'ella correspondentes, que o não requeriam senão á força de muito dinheiro por maior que fosse a sua justiça, e devesse ser facil a sua expedição, ao mesmo tempo que além de não haver no Reino este inconveniente todas as semanas tinham embarcações para Lisbôa e muitas vezes duas e trez juntamente e não as tendo em direitura para a Capital, as tinham para o Porto e Figueira, d'onde pelo Correio em pouco chegavam a Lisbôa quaesquer pendencias.

Que depois da criação do Batalhão de Artilheria em Angra se abria em S. Miguel um recrutamento perpetuo para elle a fim de sacar dinheiro, de sorte que recrutando-se pela primeira vez duzentos homens immediatamente se foram dando baixas aos 20 e aos 30 que a cem mil reis cada uma as compravam aos moradores de Angra; e para encher as faltas d'estes se recrutavam outros tantos, e assim ia correndo um processo infinito até que, queixando-se as Camaras ao Ministerio de Portugal, expediu um aviso para que da Ilha de S. Miguel se não fizesse recrutamento para Angra, o que sendo observado por alguns annos, ultimamente foi pizado aos pés, remettendo-se de uma só vez duzentos para trezentos homens.

Que não satisfeitos os Gencraes com os exercicios e guardas, que aos Domingos faziam os Milicianos e com os officiaes que com pretexto de os disciplinar de tempos a tempos mandavam e que sómente tinham por fim sacar-lhes dinheiro, ultimamente mandaram que em diversos pontos da ilha mettessem Guardas, cem Milicianos por dia, que entrando pelas dez horas da manhã e sahindo ás mesmas do dia seguinte, e assistindo elles a duas e trez leguas distantes, vinha a Ilha a perder diariamente duzentos braços que faziam tanta falta na Agricultura que e perdiam os tremoços e milhos da serra por se não terem podido colher antes das aguas dos Outonos.

Que as auctoridades Civis, e Militares, e as mesmas Camaras com medo de serem suspensas, ou prezas como por muitas vezes acontecera, não governavam por outras Leis senão as despoticas ordens das Auctoridades de Angra, de forma que por mais contrarias que ellas fossem ás mesmas Leis e representações que se fizessem d'esta contradicção, bem longe de serem os Representantes attendidos foram reprehendidos, e até prazos.

Que os moradores de Angra por suas indecorosas reptilidades, e vergonhosas condescendencias de tal sorte costumavam attrahir a si as Auctoridades, que não só vendiam a troco de dinheiro e presentes a justiça, mas até as injustiças e as violencias de maneira que querendo um fazer prender ou perder outro, não precisava mais do que mandar-lhes dinheiro, e promptamente tudo se fazia.

Que alem dos prejuizos que os moradores de Angra costumavam causar ás rendas publicas, fazendo com que n'aquella Cidade por diminutos preços se arrematassem as das outras Ilhas todas as vezes que havia quem para isto comprasse alem das proteções que igualmente por dinheiro deram sempre a todos aquelles que eram comprehendidos em roubos da Fazenda de sorte que por aquelle meio estavam seguros de que haviam ser absolvidos de todos, e quaesquer, que commettessem e restituídos aos mesmos Cargos em que tinham prevaricado; sómente da Ilha de S. Miguel desde 1816 até 1820 consumira a Cidade de Angra quatrocentos e setenta contos de reis que em moeda se lhe expedira pela Alfandega e na mesma Ilha de S. Miguel com o pretexto de um imaginado ataque fizera gastar cento e dezaseis contos em Fortificações que só serviram de arruinar as boas que havia, as quaes duas addições com quatorze contos de saldos e gratificações do Engenheiro andavam por seiscentos contos de reis no decurso de cinco annos.

Por estes principios que pouco mais ou menos o Governo Interino da Ilha de S. Miguel representou á Regencia do Reino e que ella participou ao Soberano Congresso se tomou uma resolução em virtude da qual a mesma Regencia expediu uma Portaria que dava por desmembrada na ordem politica a Ilha de S. Miguel das Auctoridades da Ilha Terceira e lhe fez remetter pela Fragata «Perola», como bem se deduz do Officio do seu Commandante ao Ministro da Marinha, que vem transcripto no «Diario da Regencia», do primeiro de Junho Numero 130, e tornando-se a mover questões sobre aquella mesma separação, na Sessão de 24, de julho novamente se tomou uma igual Resolução, que foi reconhecida na sessão de 1 de Setembro em que se tratava das attribuições dos Governos d'aquella Ilha de forma que a favor da mencionada separação não há menos de trez Resoluções do Soberano Congresso que parecem destruir qualquer discussão sobre este ponto

Entretanto figurando que nenhuma resolução do Soberano Congresso tivesse havido e que de novo propunha aquella separação, e adoptando o principio d'onde sempre tem partido o mesmo soberano Congresso em casos d'esta natureza e que consiste na conciliação da prosperidade particular com o bem do Estado e tendo a Ilha de S. Miguel rompido todos os perigos e dado todos os passos a favor da causa commum, parece que nenhuma parte de Portugal está em melhores circumstancias de gozar do beneficio proprio d'aquelle principio.

Por quanto sendo a Ilha de S. Miguel, como fica notado, a mais oriental e proxima de Portugal e exportando todos os annos para elle acima de 16 mil moios de fava, feijão, trigo e milho, que lhe proporcionam a mais frequente correspondencia e não tendo nenhuma absolutamente com a Ilha Terceira e fazendo ella uma Comarca com a Ilha de Santa Maria e tendo respectivo Corregedor quatro Juizes de Fôra e seis Camaras e um Governador Militar com um conto de reis de gratificação alem do soldo de sua Patente e outros proes e um presidio de duzentos homens divididos em quatro Companhias e boas Fortificações nos poucos lugares em que ellas lhe são precisas e não se podendo n'estas circumstancias imaginar a mais leve dependencia da Ilha Terceira, parece que para os habitantes da Ilha de S. Miguel não pode haver um effeito de reforma mais feliz do que a sua immediata sujeição ás Auctoridades de Portugal.

Tendo tambem de rendas publicas de cento e trinta até cento e sessenta contos um anno por outro, e sendo-lhe facilimo passar as sobras d'esta renda immediatamente a Portugal, ou pelos seus effeitos ou em moeda ou em letras por Inglaterra para onde annualmente exporta de oitenta a cem mil caixas de laranja e limão parece igualmente que nada pode ser mais vantajoso ao mesmo estado do que aquella immediata sujeição e responsabilidade a Portugal de sorte que em nenhuma das partes que o compõem se concilia melhor aquelle principio da felicidade particular com o bem do Estado.

E se o Soberano Congresso sómente por aquelle principio elevou a Provincias independentes nos Estados do Brazil as que antes eram subalternas e sujeitas ás Capitánias geraes, uma vez que ellas tinham com que sustentassem as despezas de seus estabelecimentos, ainda que fossem pequenas as suas sobras, como aconteceu com a Provincia das Alagoas de que se não apontou mais de dois contos de reis de sobras, como se pôde dizer que a pretensão da Ilha de S. Miguel é contra o systema Constitucional e contra o Decreto da Creação das Juntas Provisorias e um delirio em politica, como lhe chamam os Senhores Deputados de Angra.

Elles, convencidos da Justiça das queixas e clamores dos habitantes da Ilha de S. Miguel, affectam que estes males procediam dos vicios intrinsecos do Governo, e não da circumstancia d'elle se achar na Ilha Terceira, e que ella era a que mais soffria e gemia, collocada no centro dos abusos, e opprimida mais immediatamente pelos agentes do mesmo Governo, e que estabelecendo-se um conveniente governo que tome interesse real na prosperidade de toda a Provincia, elles se obrigam a que cessem por uma vez aquellas justas queixas que até agora se soffriam.

Prescindindo da insignificancia e basofia da fiança e passando a informar o Soberano Congresso da verdade, primeiro que tudo é preciso notar o character dos moradores de Angra, e desenvolvido este, fazer vêr que alem de não ser crível que oito Capitães Generaes, que desde 1706 tem havido nos Açores e ás mais Auctoridades fossem todos em igual gráu tão máus que fizessem tantas violencias quantas ficam simplesmente tocadas; o vicio não é realmente das Auctoridades mas sim dos habitantes de Angra em quem se acha radicado.

Aquellas pessoas que constituem a nobreza de Angra são tão soberbas, que tendo por indecoroso á Jerarquia, a que a sua imaginação os eleva, o trabalho e arranjo dos fundos que compõem os seus vinculos, costumaram sempre arrendalos aos moradores da Ilha que por pobres e preguiçosos nunca lhes fizeram os amanhos precisos, nem tão pouco pagaram as rendas convencionadas, de sorte que acceitam o que lhes podem dar, e nada mais exigem por não acharem de que

se paguem e d'aquí logo apoz a pobreza dos Senhorios ou pelo menos a falta do que elles precisam para sustentar as suas fumaças.

Não aconteceu assim mais com os primeiros proprietarios da Ilha de S. Miguel e seus descendentes até hoje, que sendo todos felizmente oriundos de Portugal e estabelecendo-se n'aquella Ilha com feitores capazes e inteligentes e grande numero de escravos Mouros, de que então pelas guerras d'Africa abundava em Portugal, elles por si mesmo dirigiam e inspecionavam as suas Lavouras, vivendo no centro d'ellas em que ainda se conservam e seus Casaes e posto que estes bens se fossem vinculando e ajuntando muitos Morgados a um só, d'onde procede a grande quantidade de casas de 20 e 30 mil cruzados de renda e estes Administradores se recolhessem ao depois a Villas e á Cidade, nunca desistiram do systema dos seus antepassados, sustentando sempre Lavouras em parte dos seus fundos, conservando a honra dos seus maiores e trazendo as suas casas fartas de sorte que é tido por desarranjado aquelle que não tem Lavoura.

Como d'esta forma viviam sempre fartos e em abundancia de dinheiro pela exportação dos seus vinhos para Inglaterra e Russia, a que ao depois succedeu a da Laranja; pela exportação dos seus pannos de linho e vinagres, a que reduziam os vinhos inferiores, para os portos do Brazil, e pela exportação da sua fava e feijão para Portugal e dos seus trigos para a Ilha da Madeira e Praça de Mazagões e mofavam da applicação que da sua nobreza faziam os de Angra, d'aquí nasceu o implacavel odio, que estes sempre tiveram contra aquelles e que cozião consigo mesmos, arrebrandando de pesar pelo não poderem desenvolver. Offereceu-se-lhes esta occasião em 1766, em que o Marquez de Pombal para estabelecer e pôr a ultima mão ao despotismo, a que já se havia dado principio contra o que em uma das Cortes do Senhor D. João IV se tinha determinado, mandou para General das Ilhas dos Açores D. Antão de Almada com um Regimento do Porto para aterrar os povos, passando logo a pôr em acção as suas reptibilidades e condescendencias; e posto que com aquelle General e D. Diniz Gregorio, que lhe succedeu, por aquelles meios não conseguissem tudo o que desejavam, vieram com-tudo a obtê-lo desde 1799, em que foi para o Governo o Conde de Almada, e seus successores e as mais Auctoridades, que ao depois se criaram.

Insinuando-se por esta forma com os Generaes, suas mulheres e familias, o primeiro passo que deram foi dizer mal dos filhos da Ilha de S. Miguel tanto a estas pessoas como a qualquer outra que ia de fóra ou ella tivesse, ou não alguma jurisdicção ou influencia com as Auctoridades e de tal sorte os persuadião do que lhes diziam, que de então por diante não só a primeira ordem do dia era uma descompostura aos habitantes de S. Miguel tanto tambem dispostos d'esta forma eram faceis a toda e qualquer suggestão que se lhes quizesse fazer e promptos a qualquer mal para que se lhes offerecesse occasião de maneira que não contentes com o que faziam, até recommendações deixavam a seus successores, muito principalmente se contra elles se tinha recorrido e obtido algum provimento, como aconteceu nos tempos em que elles quizeram fazer correr o papel moeda insulario e prohibir a exportação dos milhos para Lisboa.

Ao mesmo tempo que por este modo os habitantes de Angra conseguiram a satisfação do seu odio; obtiveram tambem os interesses que tiravam das difficuldades dos Despachos e promptidão para qualquer violencia de sorte que por mais justa que fosse uma pretensão não havia obstaculo que se lhe não puzesse e por mais violenta que fosse outra, nenhuma difficuldade havia uma vez que fosse ordem para que se não poupasse dinheiro de maneira que qualquer Auctoridade que chegasse á ilha de S. Miguel ou pessoa que n'ella se estabelecesse e se propuzesse a fazer o que quizesse não precisava mais do que tomar correspondencia com uma pessoa de Angra, e por dinheiro e presentes tinha as Auctoridades da sua mão e fazia o que queria.

Eis aquí porque eu estabeleci acima que os vicios não eram intrinsecos ao Governo mas sim aos moradores de Angra, que tendo as Auctoridades da sua mão

nada soffriam d'ellas, nem tão pouco se queixaram já mais senão de Francisco Antonio de Araujo, não porque elle fosse peor que os outros, mas sim porque distribuia as vantagens por alguns dos Officiaes e pessoas que levára de Vianna que é d'onde procedeu o odio que os Angrenses lhe mostraram ainda depois de morto.

Dizem mais que, pondo um Decreto do Soberano Congresso em regra a forma porque se hão de erigir as Juntas Governativas que se substituem ás Capitánias Geraes do Ultramar para conservar a unidade antiga por um vínculo novo, podem os Membros da Ilha de S. Miguel e das mais dos Açores unir-se na Terceira e formar uma unica junta que dê as providencias de que cada uma precisa, muito principalmente sendo poucos recursos dependentes da Capital, uma vez que o Governo Municipal e interior da Ilha deve ter todos os poderes precisos para resolver o que exigir uma prompta expedição e não se devendo reputar longe em uma distancia, que se vence em vinte quatro horas e que é a mesmo em que estiveram ha cincoenta annos.

Porem havendo a Ilha de S. Miguel vivido independente de Angra, e immediatamente sujeita a Portugal por espaço de trezentos e vinte e dois annos, que decorrem desde 1444 em que foi descoberta até 1765 em que se creou o Governo Geral, e sendo este o que lhe substituiu as calamidades e desgraças que tem soffrido á prosperidade em que antes vivêra, utilisando-se a si e interessando a Portugal em tudo o que cabia nas suas possibilidades, e estando distante de Angra perto de quarenta leguas, e não podendo jamais recorrer a ella sem que de proposito frete um Navio ao mesmo tempo que para Portugal os tem todas as semanas; e tendo ella além dos estabelecimentos acima mencionados seis Camaras unicamente, porque razão não ha de a Ilha de S. Miguel ter uma junta Provisoria como a Madeira e todas as Provincias do Brazil, que antes eram subalternas? E se ella hade ter um Governo Municipal, que resolva o que exigir prompta expedição, porque ha de ella nos casos de maior importancia e que soffrerem demora, ir á Terceira e não a Lisboa que é a unica Capital e para onde tem sempre Navios, e d'onde sómente lhe pôde ir a Justiça e a felicidade, e não de Angra d'onde nunca lhe foram senão violencias e desgraças nem outra cousa pôde esperar do caracter de seus habitantes?

Dizem tambem que, se a Ilha de S. Miguel é mais rica e mais populosa, com maior razão deve estar unida e sujeita á Terceira que não tem as mesmas vantagens, e foi escolhida para centro do Governo dos Açores por estar no meio do Archipelago Açoriano e ser mais defensivel do que nenhuma das outras pelo seu Castello dominar o Porto e a Cidade de Angra e ser uma das posições mais fortes do Globo e mais propria para guardar a Fazenda Publica, sendo por este motivo que resistiu aos ataques dos Hespanhoes pelo Prior do Crato e Acclamação do Senhor D. João IV e melhor se sahiria se pudesse obrigar as outras a tomar o seu partido.

Pelo que respeita á pobreza e necessidade de união e sujeição da Ilha de S. Miguel para com a Terceira, alem de ser um ab urdo sujeitar aquella a esta que depende d'aquella e fazer desgraçada uma porque a outra precisa d'ella, a pobreza de Angra não é por necessidade nem por virtude ainda que voluntaria, mas sim pela soberba e preguiça de seus habitantes, que faz com que elles não cuidem nem tratem dos excellentes terrenos que tem e com que os semeiem de giesteiras para pasto de cabras, de sorte que sendo uma Ilha de dez leguas quasi redonda, e plana e não tendo mais que vinte e oito mil almas, apenas cultivam trigo e milho para si; e até as carnes e vinhos vão buscar ás outras Ilhas de baixo, podendo ter todo o seu paiz cultivado com muito menos trabalho que os de S. Miguel que á força de braços, ferro e fogo tem reduzido á cultura terrenos, que por sua natureza a não admittiam e não abandonarem seus Campos e procurarem a sua subsistencia por embustes, violencias e estorsões das outras Ilhas fazendo-as desgraçadas porque são industrias e aproveitam os seus terrenos.

E, se a Terceira se creou centro do Governo, não foi pelas vantagens que seus

Deputados falsamente lhe attribuem mas sim por ter já um Bispo; e este se poz alli por estar junta ás outras ilhas de baixo e a Ilha de S. Miguel n'este ramo se sujeitou por ficar mais perto do que de Portugal, com quem no tempo do Senhor D. Manoel tinha menos correspondencias do que veio a ter ao depois; e por esta mesma dependencia Ecclesiastica foi tambem envolvida no Governo Geral, e não pela Terceira ser mais defensivel, do que a de S. Miguel pelo seu grande Monte Brazil, de que o Senhor D. José e seus Antecessores e Successores fizeram sempre tão pouco caso, que nem tropa lhe puzeram senão ha cousa de vinte annos de sorte que no decurso de quasi 400 annos nem a Terceira nem alguma das mais ilhas dos Açores teve tropa senão a de S. Miguel 200 homens nem tão pouco o mesmo Senhor D. José d'ella ficou dinheiro algum da Ilha de S. Miguel, como abaixo mostrarei.

E pelo que pertence ás campanhas, que figuram os Angrenses haverem tido por D. Antonio Prior do Crato, não queiram arrogar a si o que sómente fez a Esquadra Franceza, que tendo-o levado da Ilha de S. Miguel depois de batido pelas grandes forças dos Hespanhoes, que já lá estavam para a Ilha Terceira lhe sobreveiu outra Esquadra Hespanhola que de tal sorte derrotou a Franceza, que D. Antonio apenas pôde escapar fugindo em uma embarcação da sua Esquadra para França, não passando os Angrenses de uns simples espectadores d'estes factos.

E quanto á Acclamação do Senhor D. João IV bem differente foi o procedimento dos Angrenses do que tiveram os de S. Miguel, que havendo sem bulha admittido os Hespanhoes, persuadidos perfeitamente de que não podiam sustentar a causa de Portugal uma vez que já elle estava sujeito á Hespanha, tambem sem bulha os puzeram fóra logo que Portugal se restaurou, e para os expulsar da Ilha Terceira foi preciso que de Portugal fossem embarcações com gente, que ajuntando-se com algumas companhias da ilha de S. Miguel, foram bater os Hespanhoes á Terceira, e depois de restauradas todas as ilhas dos Açores, os de S. Miguel passaram a Pernambuco a ajudar os Portuguezes contra os Hollandezes.

E pelo que toca ao argumento de que a não se acharem ligados por uma immediata responsabilidade em qualquer conflicto senão soccorriam mutuamente com devida energia, a não suppor que os Angrenses estão loucos, não posso deixar de me persuadir que elles querem suppor taes os outros, pretendendo metter-lhes em cabeça que a Ilha de S. Miguel pode soccorrer a Angra, e as outras ilhas na distancia de quarenta e oitenta leguas, e que estes podem fazer o mesmo mutuamente umas ás outras, seja qual fór a guerra imaginada.

Por quanto se se trata de uma Conquista, que qualquer Nação pretenda fazer das ilhas dos Açores, nunca as hade tomar d'um golpe mas necessariamente as ha de ir tomando uma por uma; e supposto a ilha de S. Miguel seja a que mais possa resistir, tanto por ter em si tudo o que precisa para subsistir, de sorte que de fóra não precisa mais do que de sal, que muito bem pôde supprir com agua do mar da mesma forma que costumam fazer muitas pessoas de plebe, como por ser toda cercada de uma rocha talhada, que não tem mais do que umas pequenas entradas pelo sul, das quaes umas são areas que não admittem desembarque, e as outras estão tão bem fortificadas que sem grande trabalho e tempo senão podem romper como finalmente por ter trez grandes Regimentos de Milicias bem disciplinados, que com o Batalhão deitam para mais de quatro mil homens, assim mesmo não havendo hoje nada inconquistavel, a Nação que a pretendesse tomar, preparar-se-hia com forças, que a pudessem romper e n'este caso digam-me os Senhores Angrenses como poderiam soccorrer a Ilha de S. Miguel, e em que embarcações transportariam o seu auxilio, que pudessem passar por entre as que formassem o Bloqueio? E de que modo os de S. Miguel poderiam soccorrer a Ilha Terceira, ou qualquer outra, que estivesse nas mesmas circumstancias da Hypothese?

E se se trata de ultrage de alguns Corsarios, costumando este ser rapido, alem da ilha de S. Miguel se dar por segura d'estes ainda que mais os deva temer por ser a mais rica, como dizem os Senhores Deputados d'Angra, estando-lhe esta 40



leguas distante, como poderia n'aquelle supposto repente soccorrer a Ilha de S. Miguel sem embarcações de Guerra, que era o que em caso tal poderia servir? Ou como poderia esta soccorrer aquella, ou algumas das outras, estando nas referidas distancias e circumstancias? De sorte que em lugar de se lembrarem de semelhantes chimeras era melhor que assentassem que as ilhas em materia de Guerra se não podem soccorrer umas ás outras, e que quem as pode conservar, e sustentar hão de ser o respeito e relações de Portugal, que foi o que sempre as livrou d'esses imaginarios ataques, que nunca soffreram, e que se ellas pudessem mutuamente soccorrer-se, não era precisa esta immediata sujeição á Terceira, sendo todas parte do mesmo Corpo politico e devendo-se mutuamente valer, como fizeram os de S. Miguel aos de Pernambuco no tempo dos Hollandezes.

Os Senhores Deputados de Angra conhecendo que aquella razão de pobreza e d'esta mutua defesa imaginaria por si mesma se desvanecia, recorrem á posição da sua ilha figurando que se as ilhas nas mãos dos Portuguezes produzem pouco, nas d'outras Nações causariam graves e irreparaveis danos á nossa Navegação interrompendo as communicações com o Brazil e Asia, de sorte que o Marquez de Pombal julgou indispensavel segurar a Terceira não só com os sobejos das outras ilhas dos Açores mas até com os da Madeira, attribuindo d'esta forma ás outras a pobreza, que pelas causas apontadas só é propria da ilha Terceira, e dando a esta as vantagens, que sómente são das ilhas de S. Miguel, Fayal e Flores.

Pois que sendo as ilhas dos Açores em geral o ponto, a que dirigem o seu rumo os Navios, que vem do Brazil e India por positiva providencia lhe deu aquellas ilhas para servirem de balizas ás suas viagens, de todas ellas nenhuma offerece estas vantagens senão as de S. Miguel e Fayal pela parte de Sul, e as Flores pela do Norte, e sómente a estas é que as embarcações podem aportar, segundo se acham mais ao Norte, ou ao Sul das ilhas e nunca jamais á Terceira, ou ás outras, que ficam intermedias, de forma que alem da Terceira não ter vinhos, nem carnes, com que as pudessem refrescar, por aquelle principio nunca jamais foram a ella.

E quanto aos sobejos, eu não sei se da Madeira iam dinheiros para Angra no tempo do Marquez de Pombal e sómente sei que das rendas da Ilha de S. Miguel tanto no tempo d'este, como em todo o de Martinho de Mello, vinham fava, feijão e salgas de peixe para a Marinha, de sorte que sómente por morte d'este ultimo é que se acabou aquella economia, e entrou o dinheiro a ir para Angra, e ainda que não pareça que fosse preciso ir dinheiro da Madeira, uma vez que então lá não havia Tropa, nem as outras Auctoridades antigas para o que davam os sobejos das outras ilhas; poderia com tudo succeder que d'estas tambem viessem para Lisbôa os sobejos das suas rendas da mesma forma que os de S. Miguel e que não havendo na Madeira senão vinhos de que Portugal não precisava, nem fazendo conta a passagem da moeda com perda de 25 por cento, e talvez que d'ella o Marquez de Pombal mandasse ir algum dinheiro para a Ilha Terceira sem que de nenhum modo se possa isto attribuir aos principios, a que falsamente se recorre, como fica notado

Dizem mais que o pretendido Governo de S. Miguel com todas as repartições que indispensavelmente lhe são annexas, não pode custar á Nação menos de oito contos de reis que com outra igual quantia que já contam para o Governo de Angra, fazem 16 contos, e querendo os outros, outro tanto, e mais um Bispo, um Corregedor, e Commandantes Militares, vem a subir a mais de 40 contos e supposto os de S. Miguel fiquem offerta dos seus emolumentos, os das juntas subsequentes não estarão por este sacrificio; e que a estabelecer-se n'ella a Junta Governativa, se até agora não podiam conseguir ordem para as despezas necessarias, haveria muitas superfluas por ser mania das Auctoridades locais verem os interesses do Universo, no ponto que habitam, e a terem dinheiro em seus cofres, tudo seriam obras com pretexto de necessidade publica, e bem longe de

vir dinheiro ao Thesouro, contrahir-se-hiam dividas, ao mesmo tempo que uma junta em Angra não seria mais que o interesse geral.

Santa Constituição, que de repente fizestes de famintos lobos mansos cor-deiros, e de escandalosos prevaricadores da Fazenda e declarados inimigos do bem publico os fizeste tão zelosos de uma e outra cousa!!!... E' verdade que os Angrenses querem iniputar aquelles vicios ao Governo; mas além d'elles terem sempre sido os canaes e os interessados n'aquelles males, eu pelos seus proprios factos actuaes, vou convencer a sua contradicção em paralelo com a ilha de S. Miguel.

Os de Angra considerando-se na ordem das Capitánias Geraes, apesar da pobreza e falta de rendas de sua ilha, já se arrogam uma junta de sete membros com oito contos de reis contando com um conto para cada membro e outro para as despesas que lhe são annexas, e os de S. Miguel não só fizeram offerta dos seus ordenados, mas tem regulado a economia da junta de tal forma que todas as despesas não podem passar de 700\$000 reis, que vem a ser 300\$000 para o Secretario, 200\$000 para o Official e 100\$00 para um ajudante e os outros 100\$000 para as despesas miudas.

E quanto ao receio de que os membros das futuras juntas não quererão fazer o sacrificio das actuaes, além dos filhos da Ilha de S. Miguel não costumarem praticar as vilezas, de que sómente se lembram os de Angra, e serem descendentes d'aquelles, que sempre administraram e zelaram pela Fazenda publica sem interesse, de sorte que pelo conhecimento e certeza que d'estes sentimentos tinnam os seus Deputados, é que fizeram aquella offerta, no caso inesperado, que viesse algum dia a verificar-se essa ridicula hypothese, sendo quatro além do Secretario, e não devendo perceber mais do que elle, não subiria a despesa da junta a mais 1:200\$000 reis que nada era em uma ilha que rende annualmente para a Fazenda de 130 a 160 contos, além de 400 a 500 moios de trigo.

Passando-se aos receios das phantasticas necessidades, e continuando a adoptada combinação, os de S. Miguel considerando as precisões actuaes do Estado, não só accusaram uma divida da Fazenda que ha de andar por 300 contos de reis propondo os meios de sua cobrança a bem do Estado, e sem ruina dos devedores e de uns foros, que se vão desencaminhando, propondo tambem a sua venda, que daria por 16, ou 20 contos mas até da mesma Tropa, que elles pagavam á sua custa e não pela Fazenda, pediriam logo reforma, como tudo se vê do Requerimento e documento a elle junto que se acham na Commissão da Guerra, e os de Angra não satisfeitos com haverem consumido com o pretexto das suas Tropas, 22 contos de reis desde que Sua Majestade foi para o Brazil, como tenho demonstrado ao Soberano Congresso, offerecem planos para conservação das suas tropas e do Estado Maior do Governador, como egualmente se vê do mesmo Plano, que se achá na referida Commissão de Guerra.

Os de S. Miguel tem feito sempre as suas Estradas com as rendas das Camaras e se estas não chegam, as fazem á força de fachina, e até por esta mesma forma tem feito a maior parte das Obras publicas, que se deviam fazer por conta da Fazenda; e os de Angra sempre costumaram fazer as mesmas Estradas á custa das rendas publicas, que das outras ilhas lhes iam, e o mesmo pretendem continuar ainda presentemente, como egualmente se vê de um requerimento, que a este e outros respeito fizeram e se acha na Commissão do Ultramar. Sendo n'estas circunstancias tão diversos os procedimentos anteriores dos moradores da Ilha de S. Miguel e dos moradores da Ilha Terceira e tão diversos os sentimentos actuaes de uns e outros, é facil conhecer quem hade zelar melhor a Fazenda publica, se os filhos da Ilha de S. Miguel, ou os de Angra, e quem quer mais o interesse do Universo no ponto, que habita, se os de Angra ou os de S. Miguel.

Dizem tambem que, se a Ilha de S. Miguel se declarou mais cêdo do que Angra pelo systema Constitucional, foi porque o despotismo não pesava tão directamente sobre ella, como na ilha Terceira; e se Lisboa se não pode dizer menos

ciosa da independencia Nacional do que o Reino do Algarve e a Cidade do Porto por aquelle levantar voz contra os Francezes e esta proclamar a Constituição primeiro do que Lisboa, nem por isto perder a sede da Monarchia, tambem senão deve tirar a sede da Terceira, nem julgar-se menos Constitucional do que a Ilha de S. Miguel, que proclamou a Constituição alguns mezes antes d'ella.

Com effeito não pode chegar a mais o desearmamento!!! Nem tambem a Lisboa se pode n'esta materia fazer maior injuria e ultraje do que pol-a em paralelo com a Ilha Terceira.

Por ventura os habitantes de Lisboa que abraçaram a Causa da Restauração e verdadeiramente a representam, deixaram em tempo algum de tratar os mais Portuguezes como seus irmãos, ou viveram jamais de extorções, que lhes fizessem, como os moradores de Angra, que sempre pizaram aos pés os das outras Ilhas, e lhes sacaram o sangue a troco de injustiças e violencias?

Por ventura Lisboa não abraçou logo e não ajudou a sustentar a Causa Commum, logo que no Algarve se levantou a primeira voz contra os Francezes e no Porto se proclamou a Constituição? Quíz ella apedrejar e assassinar os que lhe trouxerão as noticias d'aquelles factos, como todos os moradores de Angra quizeram fazer não só ao Proprio que a Ilha de S. Miguel lhe mandou com o Decreto e juramento de Sua Majestade a favor da Constituição, mas até aos Officiaes da «Fragata Perola», que foram ao mesmo fim? E está a Ilha Terceira, que pela sua pequenez, soberba e preguiça de seus habitantes não passa de uma das mais insignificantes das sete Ilhas de baixo, nas circumstancias, em que está Lisboa, que sempre foi a Mãe e Metropole de todos os seus estados?

Dizem que Angra não abraçara o Systema Constitucional primeiro que S. Miguel por pezar n'ella o despotismo; porem as mesmas cautelas, que Stockler tomara em Angra, havia mandado tomar em S. Miguel, e em Angra não podiam ser com mais rigor postas em execução do que em S. Miguel por todas as auctoridades civis como militares; em Angra aquellas cautelas apoiavam-se em dois batalhões, que tinham oitocentos homens, e dois pequenos regimentos de Milicias, proporcionados á pequena população de vinte e oito mil almas, e em S. Miguel, posto que o batalhão não tive-se mais do que duzentos e quarenta homens, havia, contudo, tres grandes regimentos de Milicias que tinham mais de quatro mil homens egualmente proporcionados á população de setenta mil almas; no acto da proclamação em S. Miguel chegaram a entrar 100 d'aquelles 240 homens por se fazer sómente com os que dormiam no Castello, e com um tenente e um alferes por não convir que o segredo se confiasse dos Capitães e muito menos do Commandante do Corpo, e em Angra entraram os dois batalhões e a sua principal officialidade, e na sua frente um que acabava de ser seu General.

Entretanto proclamando-se a Constituição na ilha de S. Miguel com aquellas insignificantes forças, immediatamente accedea a ella toda a Nobreza Clero e Povo da Cidade de Ponta Delgada, e não procuraram o Governador, pelo contrario, em Angra toda a Nobreza e Povo se foi encongar com o General Stockler, que se achava desarmado, não fazendo caso da Restauração nem das forças em que ella estava apoiada, expondo-se mais a uma contra-revolução do que pela mesma Restauração.

Em S. Miguel a Nobreza espalhou dinheiro pelos soldados em agradecimento do passo que haviam dado e auxilio que prestaram, e em Angra se espalhou dinheiro para se levantarem e fazerem a contra-revolução, como fizeram. Em S. Miguel concorreram immediatamente os officiaes de Milicias de todos os Regimentos a jurar a Constituição e em Angra somente concorreram para formar a contra-revolução.

Em S. Miguel por toda a parte fizeram feitas em acção de graças pela Restauração e em Angra se aproveitavam d'ellas para a transformarem, como no dia do Corpo de Deus. Em S. Miguel toda a Ilha abraçou a causa e se reuniu dentro de cinco dias e da Terceira nem uma só pessoa abraçou nem abraçará já-mais por lhes não convir a reforma, de sorte que a Ilha de S. Miguel se declarou

logo porque era a mais opprimida, e a Terceira nunca se declaron, nem ha de declarar-se sinceramente porque era a que opprimia e vivia da oppressão, e não por pezar n'ella maior força de despotismo que não soffreu jamais, que ainda quer o mesmo Governo e é o objecto dos seus folhetos.

Esta ultima passagem me dá logar e encaminha a desenganar o Soberano Congresso e concluir que Angra, cheia de soberba e costumada a dominar, por espaço de 50 annos, e a sustentar a sua vaidade do sangue dos desgraçados que lhe tem vivido sujeitos, não pode jamais ser Constitucional, nem tomar o menor zelo pelo novo systema, e que se fosse uma Ilha, que pelo seu Commercio ou pela sua posição fizesse alguma figura e pudesse transtornar a nova ordem de cousas, infallivelmente o faria.

E assim tenho toda a confiança de que o Soberano Congresso, entrando no fundo d'estas reflexões, e da differença de sentimentos de uma e outra Ilha, e attendendo a que a de S. Miguel é a mais vizinha de Portugal e com elle tem todas as relações, e nenhuma com Angra, e as demais vantagens que ficam ponderadas, haja de confirmar o beneficio que já tem feito á Ilha de S. Miguel, e tem praticado com as mais partes de Portugal, que se acham nas mesmas circumstancias.

*Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira expunha na sua  
memoria estatistica as condições da vida das Ilhas do  
Fayal e Pico n'estes termos:*

Cumprindo-me recommendar a importancia dos Territorios das Ilhas do Fayal e Pico e conciliar a attenção e benevolencia dos Regeneradores da Patria em favor da sorte, que deve caber á porção dos Açorianos que as habitam, e que me honraram com a delegação dos seus Poderes, para represental-os n'este Augusto Recinto da Representação Nacional, seja-me lito ter a honra de offerecer ao Augusto, e Soberano Congresso para seu esclarecimento os mappas juntos, que indicam a Estatistica d'estas duas Ilhas.

O seu conteúdo apresentando uma evidente e não exaggerada demonstração da riqueza d'estas possessões Portuguezas, desabusará por um lado a muitos, que não estando ao alcance das suas proporções, as tem consideradas em menoscabo, e por outro lado contribuirá muito para ser apreciada e acreditada a industria e energia dos seus naturaes á face dos melhoramentos e vantajosos progressos em Agricultura, Navegação e Commercio, com que n'esta feliz Epoca da Regeneração Política da Heroica Nação Portugueza, a que tem a gloria de pertencer, elles podem apresentar á Mãe Patria torrões que pelos annos de 1450 a 1460 foram descobertos e recebidos pelos seus Progenitores em um estado deserto, inculto e sobre que tem dominado a mesma fatal influencia de todas as preocupações Religiosas e tropeços do Feudalismo quanto tem até agora agrilhado, retardado e desviado o desenvolvimento do Genio Portuguez nos seus estabelecimentos em todas as quatro partes do Globo.

Referirei a substancia de cada um dos mappas a que só acrescentarei algumas observações e noticias historicas, que sirvam a pôr em maior grau de evidencia o estado de civilisação, e cultura dos povos d'estas duas Ilhas e a o legem da sua organização politica e causas das suas mutuas relações, applicando a cada uma d'ellas os mappas e documentos que lhe respeitam.

A Ilha do Fayal está situada no Oceano em 38°34' grãos de latitude, e longitude 28°52' ao Oeste de Londres.

Eleva-se sobre a face do mar em um alto massiço da circumferencia de nove leguas, formando uma superficie desigual pelas planicies, ribeiras e montes, de que é cortada em toda a sua extensão no declivio, que corre desde a sua extremidade mais baixa na costa, até o seu mais alto vertice. A parte mais plana e proxima ao mar, contém boas terras lavradia, que produzem de 6 até 12 sementes livres de despesas, em uns sitios até meia legua de altura; e em outros até uma

legua por toda a circumferencia, e d'ahi para cima até á corôa da Ilha vão-se seguindo gradualmente pomares de espinho, e successivamente as terras mais fracas de baldios, cobertas com matto e pastagens communs, em que hoje se cultiva com grandes vantagens das classes mais indigentes a maior porção de batatas, que a Ilha produz, e que por muitas vezes a tem preservado da fome. Differe este terreno para a parte do Oeste no lugar da Praia do Norte, freguezia do Capello, aonde o vomito de um vulcão que alli arrebentou reduziu a lava as boas terras que antigamente havia, convertendo-as em uma superficie composta de lagedos e camadas de pedra queimada, ou biscoito só susceptiveis de vinhataria e matto de fayal de que se acham já em grande parte cultivadas. O clima regularmente é temperado, em qualquer das estações, e de uma influencia tão benigna, que não ha animal algum feroz, nem insectos, nem plantas venenosas, e é desconhecida a Hydrophobia, o que muito contribue para a boa indole e caracter fiel e pacifico, de que são revesti los os seus naturaes, que geralmente são tementes a Deus, observantes da Lei, de costumes sobrios, laboriosos, hospitaleiros, e dotado de talentos, e agudeza de ingenho, que os faz aptos para a cultura de qualquer Arte, ou Sciencia, e com decidida propensão para a profissão marítima.

O Mappa n.º 1 mostra que esta Ilha, cuja Villa da Horta é bem conhecida pela frequencia da classe nautica de todas as Nações marítimas, se acha dividida em 12 freguezias, contendo 4.596 fogos com uma população de 21.038 almas, não comprehendidas umas poucas de familias estrangeiras estabelecidas na Villa; apontam-se as Congruas dos de que se compõe o Clero Secular os cinco conventos de regulares existentes de ambos os sexos com os seus respectivos conventuaes, e rendimentos, e a estes corpos de mão morta accresce a Casa da Misericordia, o seu Hospital, com capacidade para o curativo de 30 enfermos effectivos, e possuindo uma renda de 8% a 100 moios de trigo de que se não fez menção no mappa por não caber no tempo que se fizessem exactas noções antes da minha partida.

O n.º 2 mostra a producção da mesma Ilha, em Agricultura e Pescaria no anno de 1820, importando esta no valor de 366:171\$200 calculados os diversos generos pelos preços correntes, e é incontestavel que esta producção não basta ao seu consumo interno, pelas razões observadas na nota junta ao dito mappa, do que resulta a necessidade de haver todos os annos uma maior ou menor importação de cereaes vindos das Ilhas de S. Miguel e Flores, e de alguma porção de farinhas vindas dos Estados Unidos, como se observa dos mapas de importação abaixo mencionados.

O n.º 3 aponta os edificios mais notaveis que adornam a Villa, e subministra sufficientes dados para que possa formar-se algum juizo provavel sobre a industria que gira entre os habitantes de toda a Ilha, sendo notavel que seja tão escasso o artigo dos Professores destinado á publica instrucção. As observações, ou noções incluídas no principio do mesmo mappa, corroboram-se com a demonstração, que offerece a carta Topographica na planta n.º 4, extrahida pelo habil Coronel Engenheiro, que a assignou. Nesta se vê exactamente descripta, não só a planta da Villa e suas principaes fortificações, mas tambem a configuração e dimensões das suas Bahias ou surgilouroso que a banham. A maior, denominada de Santa Cruz, e formada pelo braço de mar, que na largura de quatro milhas divide a dita Ilha da do Pico, é abrigada de todos os ventos, á excepção do Sueste, limpa de baixos, ou cachopos e offerece um livre ancoradouro, capaz de admitir, fundeados ao mesmo tempo, mais de 60 navios do mais alto bordo. Em 1796 esteve n'ele fundeado um Comboio vindo da America commandado pelo Vice-Almirante Ramires, composto de 40 velas, foi suprido de todos os mantimentos de que precisou no curto espaço de tres dias, que alli se deteve. Tambem depois esteve fundeada a Esquadra commandada pelo Marquez de Niza, e muitas outras esquadras estrangeiras, mais ou menos numerosas, por diversas vezes tem alli aportado e fundeado sem haverem soffrido o menor prejuizo, e havendo achado sempre a mais franca

hospitalidade e mais prompta expedição no soccorro dos provimentos porque tem recorrido.

E' incontestavel que esta Bahia é a mais espaçosa, franca e abrigada que ha nas Ilhas dos Açores, e pela latitude em que se acha, é sempre demandada a sua altura pelos navegantes que se dirigem para a Europa, no regresso da Asia, Africa e America, muitos dos quaes, ou Nacionaes ou Extranjeros, aportam a ella, ou para se refrescarem ou para se repararem dos es'tragos occasionados por tormentas, tendo uma grande parte, acossados com agua aberta, achado alli o porto da sua salvação. Em tres circumstancias fica evidente quanto seria vantajoso á Nação e de immediata prosperidade para aquella Ilha, se se aproveitassem as proporções que a natureza tem offerecido n'aquelle ponto para a construcção de um Molhe, segundo o projecto indicado na dita Carta.

Entretanto porem que uma tal obra se não pode já emprehender pela dependencia em que se achia de grande despeza para que faltam os meios, insta contudo o interesse publico do commercio d'aquellas duas Ilhas, que quanto antes se proceda á construcção de um Caes, que ainda não ha n'esta Ilha e de que muito se carece, tanto em beneficio do Commercio interno e externo, quanto para melhor obviar os contrabandos e descaminhos de Direitos. Na dita Carta se aponta o lugar mais opportuno para esta tão necessaria, quanto interessante obra, para cuja despeza supponho sufficientes meios na Fazenda Publica e Nacional e maiormente achando-se já os alicerees lançados pela Natureza.

A outra Bahia conhecida pelo nome de Portopim, cujo ancoradouro só padece risco quando venta forte do Sudoeste, poderá apenas admittir sete navios fundeados de menor lote. Ella offerece proporções para que possam querenar navios com commodidades e segurança, e serve o seu arcal de varadouro e asylo aos Chahiques, ou barcos cobertos costeiros, que navegam de umas para outras Ilhas.

Os numeros 6, 7 e 8 mostram a exportação e importação pelos annos de 1818 a 1820; e o numero 9, indicando o rendimento dos 2 por cento dos generos exportados nos ultimos 3 annos de 1817 a 1819, subministra um meio de poder com alguma probabilidade calcular quanta será a importancia media d'esta exportação em cada um anno, regulando-nos pelo preço medio extrahido do total dos referidos tres annos, e n'esta hypothese importando estes em 10:141\$749 reis, e sendo o seu producto media de valor 3:380\$649 reis vem a consistir a quantia media da exportação correspondente á que se pretende achar na importancia de 169.032\$359 reis. Cumpre porem notar que o objecto que mais avulta n'este ramo de exportação é o que provem da producção dos vinhos da Ilha do Pico, ou se considerem estes pela parte mais significante que pertence aos habitantes do Fayal pelas propriedades de vinhas, que n'ella possuem, como indica o mappa n.º 11, ou pela que é relativa aos proprietarios naturaes da mesma Ilha do Pico. Uns e outros conduzem em tempo opportuno os seus contingents ao Fayal em pequenos barcos, e alli o preparam para o exportarem ou negociarem, medida que se lhes faz indispensavel, assim porque no Pico não ha Portos com ancoradouros capazes de receberem navios á carga, como porque sendo todo o districto da Ilha do Pico sujeito a Jurisdicção da Alfandega do Fayal, é forçoso que todos recorram ao seu expediente assim para obterem os Despachos e licenças que devem preceder á exportação, como para se proverem dos generos que precisam por importação, o que produz entre estas duas ilhas uma correspondencia muito assidua e um muito frequente giro de commercio mantido por meio de uma navegação de barcos, que carregados de generos e passageiros atravessam diariamente e com grande risco o canal que as divide.

O n.º 11, 1.ª parte, mostra que sommando as Rendas Publicas e Nacionaes d'esta Ilha em 1820 a quantia de 18.094\$467, e importando as despezas em 18:282\$642, resta um balanço a favor do Cotre Nacional da quantia de 29.811\$825, cujo sobejo poderá augmentar á proporção que o Commercio prosperar. Mas pelo actual sis-

tema de Fazenda todo e qualquer sobejo que possa haver, sae da Ilha para ser convertido em beneficio das applicações designadas pela Junta da Fazenda de Angra, com bem pouca ou nenhuma consideração pelas suas diversas necessidades publicas internas, que em todos os ramos se acham em abandono, e em tão deploravel estado, que nos templos faltam os ornamentos, e houve tempo em que a Fortaleza careceu até de Bandeira.

O n.º 12 mostra o estado da guarnição Militar paga, que alli ha, e observa-se pelo Commandante, que assignou o mappa, não só a insufficiencia d'esta força para a necessaria defeza nos pontos da Ilha mais expostos, mas tambem a necessidade de uma promoção nos postos de Capitão e Alferes da sua Companhia pelo impedimento que nota nos actuaes. Ha tambem um Regimento de Milicias disciplinado e exercitado na tactica moderna que ha muitos annos e não sem grande estorvo da Agricultura tem coadjuvado a referida Companhia paga nos serviços das guardas que diariamente se detallam e montam para o quartel do Governador, Alfandega e Fortalezas. E' porem, de notar se que a este corpo falta o armamento que o tornaria util na occorrença de alguma urgente collisão. Ouvi muitas vezes fazerem fogo sem risco de arrebentarem; e era notorio que tendo sido remettido para Angra por ordem do Governo Geral algum armamento e correame para ser alli reparado, tornara em peor estado.

A relação n.º 13 fornecida pelo Coronel Engenheiro que a assignou, e alli es-tacionado, em Commissão, expõe em detalhe o miseravel estado em que se achia a fortificação por toda a Ilha, a cuja situação accresce não só a referida falta de armamento para a tropa e tambem a de todas as munições de guerra, sobre o que a junta do Governo Provisorio fez ja uma representação ao Soberano Congresso pedindo providencias. Igual desmazelo padecem aquelles habitantes no que respei-ta a obras publicas e artigos de Competencia e administração da Camara. Pela certidão n.º 14 se mostra qual a sua receita e despesa, e se observa que absorvida uma grande e a maior parte da sua renda, com a despesa dos Expostos que sobem a mais de cem por anno, como se depreheende do mappa n.º 15, não lhe restam meios para acudir nem ás obras publicas de calçada e fontes summamente deterioradas, nem para reparar as casas da Camara que ameaçam ruina.

Estes objectos na sua fundação e nos outros a ella immediatos mereceram muita mais consideração do que em dias mais proximos a nós se lhe tem presta-do. Nossos maiores, zelosos do bem publico, recorreram pela creação e concessão dos impostos que então julgaram sufficientes para provarem tanto á fortificação da Ilha como ás obras e necessidades publicas internas da dependencia da Camara. Pelos Alvarás constantes da certidão n.º 16 datada em 27 de Setembro de 1612 e 30 de Abril de 1613 foi-lhes concedida por mais 9 annos a continuação da Im-posição sobre vinhos, carnes e azeites, que existia desde 1604, dividindo-se o seu rendimento em duas partes, das quaes uma applicada para a fortificação encarrega-da á inspecção do Capitão-mór, e a outra confiada á administração dos officiaes da Camara para as despesas das cousas do concelho; e pelo alvará tambem in-cluido na dita carta n.º 17 foi mais concedido á Camara em 19 de Agosto de 1643, o imposto dos dois por cento sobre os generos que sahisssem da Ilha para auxilio da fortificação, reconhecendo-se já, a esse tempo, que esta Ilha por ser muito abert-a e pela bondade de seus portos carecia mais d'esta providencia do que qualquer outra dos Açores; e foi confiada esta administração aos officiaes da Camara, com expressa prohibição de divertirem o seu rendimento para outra alguma diversa applicação por mais urgente que fosse.

Por meio d'estes subsidios, edificaram-se as casas da Camara e Alfandega, construíram-se Pontes e muitas calçadas, tanto na Villa, como nos pontos das es-tradas do interior que mais as precisavam. Abriam-se poços para o serviço pu-blico interno, um dos quaes no pateo da Alfandega fornece muito commoda e promptamente a aguada de que precisam os navios que por alli passam, com a vantagem de ser agua saluífiera, e de difficil corrupção. Edificou-se uma fonte de

agua nativa na Freguezia dos Flamengos; construíram-se Fortes, em todos os pontos da costa os mais expostos, e formou-se a longa cortina da Muralha, que em toda a extensão da Bahia principal protege a Villa, tanto na defeza, contra alguma ligeira tentativa de inimigos, como contra o impeto das vagas encapelladas do Oceano no rigor do Inverno; e em fim proveram-se as Fortalezas de Artilharia, e mais munições de Guerra, de que julgaram carecer para se terem em guarda contra os Mouros, que ent'ão unicamente se tinham.

Todos estes estabelecimentos porém se tem deteriorado depois que em 1766 se crearam as Auctoridades de Governador e Capitão General dos Açores, e a Junta da Fazenda em Angra, sob pretexto de pertencer exclusivamente a estas novas Estações a administração dos Impostos applicados para obras de Fortificação.

Arrogou-se arbitrariamente a dita Junta da Fazenda a cobrança dos referidos Impostos, ficando só a Camara com a metade da mencionada primeira Imposição, para as suas despesas, e querendo fazer-se entender que sómente esta lhe ficava pertencendo pela natureza da applicação. Debalde se tem feito repetidas representações, reclamando que estas administrações fossem restituídas ao seu primitivo estado.

Julgaram estas novas Auctoridades deverem confundir nos Cofres da sua immediata repartição as rendas por sua origem municipaes, com as que eram da Fazenda Real, e hoje Nacional, e inexoraveis n'este systema excluiram absolutamente a Camara da administração.

Em consequencia dependendo-se de Angra para se obterem quaesquer concertos e reparos de que em qualquer dos referidos artigos se precisasse, e não se podendo alcançar providencia alguma sem a precedencia de informes, diligencias e Resoluções d'aquelles expedientes, que alem de custarem dinheiro consumiam longo tempo; o resultado foi que, temendo-se a empreza de taes recursos, pelas difficuldades que se offereciam, tudo se foi deteriorando; e algum concerto, a que por urgentissimo se proveu, tem custado em vezes mais do que importaria, se se acudisse á ruina logo no seu principio. Tem-se por muitas vezes despendido mais de um conto de reis em reparos de Lances de Muralhas e de Quartéis, cujas ruínas atalhadas logo na sua origem não custariam mais de 10 mil reis; mas a Economia e Reforma por que clamam taes abusos já mais será compativel com a continuação da grande distancia, em que males de tal natureza se acham do remedio e d'aquelles a quem incumbe dá-lo; e instam por tanto a causa pública e a Justiça, que aquellas administrações tornem a ser plenamente restituídas á confiança d'aquelles a quem legitimamente pertencem pela origem da sua instituição, e de que só foram privados pela força e arbitrariedade.

A Ilha do Pico é situada no Oceano em 38.<sup>o</sup> 27" de latitude, e 28.<sup>o</sup> 28" de longitude ao Oeste de Londres.

Fórma um alto macisso sobre o Mar no comprimento de 18 leguas e 5 de largura, com uma muito elevada Montanha em fórma pyramidal conica sobre o lado de Oeste em frente do Fayal. O seu terreno varia de qualidade pelas repetidas erupções vulcanicas que tem soffrido; e posto que ainda existam algumas terras lavradas de boa produção para a parte da Freguezia da Ponta ao Les-Nordeste, contudo a maior parte da superficie, e especialmente para o lado do Sudoeste, sobre que pende a maior elevação, consiste em um terreno de Biscoito queimado, entrecalhado com algumas camadas de terra solta areusca, e outras de lagedo grosso cortado por grandes fendas, em que só é admissivel a cultura de vinhas de que se acha povoada a cinta mais proxima á Costa do Mar, existente no plano em que ha menos declivio. Ha tambem alguns pomares de espinho e caroço, e terras de creação logo acima das plantações das vinhas, e nas mais altas immedições proximas ao Pico, ou Vertice da Ilha, e nas que tambem se estendem pela corôa da serra que decorre d'aquelle para a banda do Nordeste, ha grandes baldios de Charnecas, povoadas de mattas de Fayal e Urzes, com algu-



mas lagoas e muitos sítios férteis em pastagens communs, em que se cria muito gado Vacuum e Lanigero, além das muitas Batatas que tambem ali hoje se cultivam. A sua costa é quasi por toda a ilha retalhada de grossos e altos penedos, sem enseada areal, ou ancoradouro capaz de fundear navio, como certifica a Attestação N. servindo só para uso de pequenos barcos um pequeno caes, que ha na Villa de S. Roque. O Clima é mais secco que o do Fayal, e repito enquanto aos seus habitantes o mesmo que acima expuz a respeito dos Fayalenses.

O N. 18 acompanhado do Officio do Juiz de Fóra mostra que esta Ilha é dividida em 3 villas, contendo cada uma 3 Freguezias, e todas 6142 fogos, com uma população de 27318 almas. Ha só dois Conventos de Franciscanos, um na Villa das Lages e outro na do Cies do Pico. Não ha Hospital algum, nem Roda para expostos, cuja falta augmenta o peso das casas d'esta natureza estabelecidas no Fayal, pelo soccorro que prestam aos d'esta ilha sempre que a ellas recorrem. Em quanto a Guarnição não ha nenhuma outra mais do que a dos Corpos de Ordenanças, e enquanto á Fortificação, acha-se toda arruinada, como informa o referido Coronel Engenheiro na Relação citada.

Sobre a produçção d'esta ilha só pude obter a Relação N. 19, dada pelo actual Dizimeiro ao Juiz de Fóra, que me remetteram com a sua Carta junta. D'ella se vê que pelos Dizimos actuaes importa a sua produçção em 550 moios de trigo, e a dinheiro 222,211\$000, em cujo preço se inclue o valor dos Dizimos do Vinho, e Meungas. Acrescenta-se na mesma Relação um calculo sobre a produçção total de que a ilha é capaz em anno escasso, e cheio; e d'elle se vê que no artigo de Vinho, que é o mais importante, pode produzir de 4.000 a 1.800 pipas de 22 almudes, cujo cutuculo deve subir a mais um terço, por ser de 14 almudes a pipa da medida do Paiz. Fica exposto que este Vinho á excepção do pouco que se consome na ilha é quasi todo exportado para o Fayal, de cuja escala depende esta ilha para fazer o seu Commercio de exportação e importação, pelas razões ponderadas. Exporta tambem algum gado, grande porção de lenhas para as ilhas visinhas, tem lãs que bastam a vestir a maior parte dos seus habitantes, e o seu ramo de industria que mais avulta entre elles e sustenta o maior numero, consiste nos amanhos e cultura da Vinhas, que sempre custam mais caro aos Proprietarios do Fayal.

O N. 11 na 2.<sup>a</sup> Parte mostra que as rendas publicas d'esta ilha sommam a quantia de 26:211\$244, e que deduzida a sua despesa importante em 4:700\$000, resta um balanço a favor do Cofre publico do valor de 21:541\$104.

Em summa pois offerecem estas duas ilhas uma população de 48:085 almas, e nas suas rendas publicas um balanço a favor do Cofre da Fazenda Nacional no valor de 51:352\$980.

Desde a origem das instituições politicas que organisaram os primeiros estabelecimentos d'estas duas ilhas, nasce a mutua dependencia, que sempre tem ligado os seus habitantes considerando-se moralmente como pertencentes a um só districto, e encorporados em um só Governo. A 1.<sup>a</sup> Mercê de Doação concedida por El-Rei D. Manoel a Joz d'Utra, em 30 de Maio de 1500, e incorporada na copia N. 20 logo comprehendem estas duas ilhas do Fayal e Pico que se conservaram unidas em uma Donataria, ou Capitania só dependente de Lisboa até á ultima Doção que apparece concedida em 1680 a Rodrigo Sanches Farinha, pela vacatura procedida do fallecimento do Marquez de Castello Rodrigo, como consta de um Registo lançado no Livro 6 da Camara fol. 149. Nesta conformidade nomearam sempre os Donatarios, Ouvidores com jurisdição e alçada em ambas as Ilhas, como mencua a Certidão N. 21, sendo o Capitão Sebastião Ferreira o ultimo em quem reatuiu esta nomeação ainda feita pelo dito Sanches Farinha por Carta de 28 de Maio de 1680, registada no dito Livro a fol. 162.

Cessaram então as Doações, e consequentemente os Ouvidores, mas em quanto ao Militar e Fazenda, se conservaram sempre ligados os Direitos de ambas as ilhas, a uma só Commandancia, que passou para o Capitão-Mór do Fayal com o titulo de Superintendente das Armas da Ilha do Pico, como se deprehe de

Documento N.º 21. O Almojarife da Fazenda do Fayal o tem sido juntamente do Pico pela fôrma constante do Documento N.º 22. Houve tambem um Provedor de defunctos e ausentes com Jurisdição em ambas as ilhas, como mostra o Documento N.º 23. E foi semelhantemente estabelecida no Fayal a administração dos Estancos de ambas as ilhas, Documento N.º 24. Tambem pelo que pertence ao Ecclesiastico consta que o Orvidor do Fayal o era juntamente da Freguezia da Magdalena do Pico, antes que esta fosse erigida em Villa, como se acha em um provimento passado em 18 de Julho de 1640, pelo Cabido de Angra, Sede-Vacante, a Gregorio d'Utra Machado, Vigario da Matriz do Fayal, e registado no livro da Camara a fls. 162. Este Systema, que na ordem politica fez communs e reciprocos a ambas as ilhas os interesses publicos, se estendeu egualmente aos particulares nos seus estabelecimentos e mutuas relações sociaes, as quaes com o andar do tempo, se foram cada vez mais estreitando e se acham hoje em tal ligação, que nem a ilha do Pico poderia continuar a prosperar sem a continuação dos auxílios que a do Fayal lhe subministra, ou já pela superioridade do seu local, ou já pela mais culta educação, e Relações Mercantis mais extensas de seus habitantes; nem esta sem aquella poderia manter o seu Commercio e prosperidade no gráu de esplendor em que se acha.

E desta dependencia se deriva o reciproco dever a que todos esses habitantes se reconhecem ligados, de observar entre si muito escrupulosamente a mais perfeita reciprocidade e harmonia, como a mais sólida garantia á conservação dos seus mutuos interesses e respectivos Direitos, repartidos por ambas as ilhas.

N'estes princípios se fundaram os Fayalenses, quando em 1723 erigindo-se em Villa a Freguezia da Magdalena do Pico, estipularam com os seus moradores a concordata de vizinhança, constante do Documento N.º 25; tambem a elles recorreram os moradores das outras villas do Pico mais distantes, quando obtiveram do General de Angra a providencia constante do Documento N.º 26, a que deu occasião a grande carestia que então opprimiu o Fayal; e d'elles impellido ultimamente, tanto os de uma, como da outra ilha se reuniram para fazerem causa commum na presente Regeneração, e elegerem promiscuamente os Deputados que deviam representa-los no Augusto e Soberano Congresso.

Fica pois demonstrado, que ambas estas ilhas se devem em todas as circumstancias considerar como unidas em um só corpo moral, não podendo jámais conceber-se a hypothese da menor separação nos seus vínculos e relações sociaes, sem que esta seja acompanhada de grandes privações e notavel ruina de outras tantas famílias, quantas são as dos seus diversos habitantes e proprietarios; e consequentemente será obvia a consideração politica que ellas devem merecer na organização do plano regulador do seu novo Governo.

A natureza havendo-as collocado em tanta proximidade, e tanto variado em suas proporções, deu a primeira lição sobre a necessidade da sua mutua dependencia moral e politica. Os seus primeiros povoadores não se desviando das regras prescriptas pela natureza, buscaram conformar-se a ellas, adoptando o methodo de unir ambas as ilhas moralmente em corpo politico, estabelecendo-lhe um Governo composto das necessarias attribuições, para providenciar commodamente sobre os negocios publicos e particulares de seus habitantes, sem dependencia de recursos a outras ilhas mais afastadas, e sujeito immediatamente ao Ministerio de Lisboa, em quanto ás ultimas Instancias Forenses, e ao expediente da Fazenda publica e Mercês. Taes eram as prerogativas, de que se achava revestida a Jurisdição dos primeiros Donatarios, como fica exposto, e a experiencia mostrou que o meio foi optimo, pelos bons resultados da cultura e civilisação que produziu, levando-as ao estado, que fica demonstrado, e que as constitui, se não já a par da ilha de S. Miguel, pelo menos em um grau immediato.

Ellas são susceptiveis de consideraveis melhoramentos em Agricultura; offerecem na multiplicidade de braços em que abundam, não só muitos servidores ao

estado, mas também opportunas proporções para se esperarem bons resultados em quaesquer Artes e Manufaturas, que allí hajam de introduzir-se, e de que muito se carece; e estabelendo-se no Fayal uma Academia de Marinha, a Nação se aproveitaria da inclinação d'estes habitantes para a vida marítima, e dando a esta propensão o possível impulso, tiraria a duplicada vantagem de de-vir a ociosidade e crear por este meio um viveiro em que poderia prover-se de Officiaes, tanto para a Marinha Nacional, como para a Mercantil.

A pescaria das Baleias, em que abundam aquelles mares, é outro objecto que deverá merecer a attenção do Governo, promovendo o meio de introduzir e animar este ramo de industria e fazer converter em proveito Nacional os grandes interesses que da sua boa direcção poderiam resultar, e de que actualmente só se sabem utilizar os armadores dos Estados-Unidos, que em numero de 60 a 70 ceitam todos os annos as Ilhas n'este destino, vendendo-nos aquelle mesmo azeite, do que muito mais commodamente do que elles, poderíamos ser proprietarios.

Mas todos estes e quaesquer outros estabelecimentos serão sempre difficéis e de uma marcha muito lenta, se, conservando estas duas Ilhas a sua actual condição subalterna á Ilha Terceira, forem para o futuro privadas da benéfica e importante prerrogativa de possuírem dentro do seu mesmo recinto as molas essenciais que devam animar, e promover os bens, que lhes forem adoptaveis, e occorrer de fúcil e prompto remedio ás publicas necessidades e aos males que possam sobrevir nos diversos objectos e collisões da ordem social. Sem duvida os ramos que immediatamente melhorariam de condição com este novo Systema indicado e offereceriam consideraveis vantagens, seriam o da Administração e Arrecadação da Fazenda Nacional e do Commercio.

É por tanto evidente quanto conviria assim a prosperidade dos referidos habitantes, como aos interesses geraes da Nação, que augmentam em proporção do melhoramento de cada uma das suas partes componentes, que estas duas Ilhas, a exemplo do que já se praticou com a Ilha de S. Miguel, por decreto de 2 de Agosto de 1796 desmembrando-se da Comarca de Angra de cuja Ilha distam por um espaço de mar de 30 leguas, compuzessem uma comarca separada, erigindo-se em Cidade e cabeça da mesma Comarca, a Villa da Horta do Fayal; e creando-se para ella o competente lugar de Corregedor, com sujeição aos Tribunaes e Governo do Reino de Portugal.

Com esta emancipação ficariam aquelles habitantes alliviados do penoso jugo em que tem até agora jazido, de recorrerem a Angra pela decisão dos seus recursos forenses da dependencia da Correição, residente em uma capital tão distante, e se lhes suavisaria muito mais a condição, a que ainda ficam sujeitos da dependencia de Lisboa nos recursos da ultima Instancia.

É pelo que pertence aos negocios do expediente da Capital Geral, como ella deva supprimir-se, segundo o Systema decretado para a Ilha da Madeira, nenhuma incoherencia parece haver para que a parte que deva ainda restar das suas attribuições possa ser supprida por uma Junta Governativa erecta no Fayal, composta de cinco membros escolhidos de ambas as Ilhas, com immediata responsabilidade do Governo de Lisboa, cujo estabelecimento em todas as suas dependencias poderá, quando muito, custar a despeza de 2:000\$000 reis.

N'esta conformidade já a Camara do Fayal dirigiu ao Soberano Congresso as suas supplicas a bem de poderem em tão opportuna conjunctura sacudir o jugo de Angra, que tanto tem pesado sobre aquelles habitantes; e uma população de 48 mil almas, tão importante pela sua posição e Commercio, como fica exposto, parece ter direito a ser favorecida com uma tal providencia, especialmente quando resultando-lhe d'ella maiores bens, e á Nação, ninguem é n'ella prejudicado.

Por este meio se consolidará mais o systema Constitucional por aquelles ha-

bitantes abraçado com tanto entusiasmo; e se desviarão as dissensões e descon-  
tentamentos, que de uma opposta medida deverão reccar-se.

Offerecendo pois estas observações, á sabia e imparcial Meditação do Augus-  
to e Soberano Congresso, lisongeio-me com a esperança de que ellas se farão di-  
gnas da sua consideração quando houver de deliberar-se sobre a futura sorte po-  
lítica de uma porção da Nação, que elle representa, e cujo prosperidade tanto se  
desvela em promover.

*Mappa da exportação da ilha do Fayal e do numero de navios que a ella aporta-  
ram nos trez annos proximos passados, extrahido dos livros d'Alfandega,  
e mais assentos correspondentes, e assignado pelo Ministro e Escri-  
vães da meza grande aos 6 de Setembro de 1821.*

| ANNOS     | VINHO   |          |        | AGUARDENTE |          |        | VINAGRE |          |        |
|-----------|---------|----------|--------|------------|----------|--------|---------|----------|--------|
|           | ESPECIE |          |        |            |          |        |         |          |        |
|           | Pipas   | Barricas | Barris | Pipas      | Barricas | Barris | Pipas   | Barricas | Barris |
| 1818      | 3\$307  | 110      | 831    | 76         | 12       | 12     | 2       |          | 6      |
| 1819      | 2\$405  | 115      | 130    | 175        | 23       | 36     |         |          |        |
| 1820      | 4\$550  | 370      | 108    | 294        | 33       | 20     | 2       |          | 4      |
| Totalid.™ | 10\$360 | 1        | 1      | 567        | 1        |        | 6       | 1        |        |

| ANNOS                                 | FRUCTA  | CURVAS | NUMERO DE NAVIOS APORTADOS | OBSERVAÇÕES   |                 |
|---------------------------------------|---------|--------|----------------------------|---|-----------------|
|                                       |         |        |                            | 1. <sup>a</sup>   | 2. <sup>a</sup> |
|                                       |         |        |                            | Cada Pipa contém duas Barricas.   |                 |
| 1818                                  | 3\$524  |        | 81                         | Cada Barrica contém dois Barris   |                 |
| 1819                                  | 5\$682  |        | 70                         | No arago fructa comprehende-se Laranja e Limão  |                 |
| 1820                                  | 3\$215  |        | 91                         | Note-se que se não entendeu com os multimeiros d' que se processam os Navios que sahem do Porto, nem com os que sahem para o Porto.                       |                 |
| Totalid.™                             | 12\$421 |        | 251                        | 5. <sup>a</sup>   |                 |
| Assignatura do Juiz de Fôra o         |         |        |                            | O termo medio da indicada exportação dos 3 annos, calculada pelos preços d'embrique, os mais mediocres, entre Vinhos d'estufa e canteiro, produz a saber: |                 |
| <i>Dr. José Maria Osorio Cabral</i>   |         |        |                            | Vinho 5520 Pipas a 60\$000 . . . . .  | 241:200\$000    |
| E dos escriptvães d'Alfandega         |         |        |                            | Aguardente 180 ditas a 72\$000 . . . . .  | 13:00\$000      |
| <i>Bernardo Telles d'Utra Machado</i> |         |        |                            | Fructa 4141 Caixas a 20 \$000 . . . . .   | 8:28 \$000      |
| <i>Antonio Silveira Bulcão</i>        |         |        |                            | Somma . . . . .   | Es. 243:08\$000 |

N.º 2

*Mappa da producção da ilha do Fayal no anno de 1820*

| DIFFERENTES GENEROS   | QUANTID.™   | PREÇO CORT.™ | TOTALID.™    |
|---|-------------|--------------|--------------|
| 1 Trigo . . . . .   | 2.040 meios | a 30\$000    | 61:200\$000  |
| 2 Milho . . . . .   | 4.050 »     | a 24\$000    | 67:200\$000  |
| 3 Centeio . . . . .   | 32 »        | a 30\$000    | 960\$000     |
| 4 Cevada . . . . .  | 48 »        | a 24\$000    | 1:152\$000   |
| 5 Canna e Palha do dito grão, carra-<br>da por moio . . . . . |             | a 2\$400     | 14:80\$000   |
| 6 Feijão . . . . .  | 12 »        | a 48\$000    | 576\$000     |
| <i>a transportar...</i>                                       |             |              | 175:896\$000 |

| DIFERENTES GENEROS   | QUANTID.ª      | PREÇO CORL. | TOTALID.ª    |
|--|----------------|-------------|--------------|
| <i>Transporte...</i>   |                |             | 175:896\$000 |
| 7 Fava.....  | 20 "           | a 24\$000   | 480\$000     |
| 8 Chicharo.....  | 8 "            | a 30\$000   | 240\$000     |
| 9 Lentilha.....  | 4 "            | a 36\$000   | 144\$000     |
| 10 Ervilha.....  | 5 "            | a 42\$000   | 210\$000     |
| 11 Tremço.....   | 120 "          | a 24\$000   | 2:880\$000   |
| 12 Pastagens de diferentes grãos cultivados.....                                   |                |             | 4:000\$000   |
| 13 Inhames.....  | 1016 "         | a 9\$200    | 9:347\$200   |
| 14 Batatas.....  | 12020 "        | a 7\$200    | 86:544\$000  |
| 15 Bezerros.....   | 2030 "         | a 3\$000    | 6:090\$000   |
| 16 Cabritos.....   | 850 "          | a \$100     | 85\$000      |
| 17 De cada mãe do dito 112 canada de leite por dia em 8 mezes a 40 reis; tudo..... |                |             | 27:648\$000  |
| 18 Leitões.....  | 3860 "         | a \$400     | 1:544\$000   |
| 19 Cordeiros.....  | 1220 "         | a \$300     | 366\$000     |
| 20 Frangos.....  | 11080 "        | a \$100     | 1:108\$000   |
| 21 Patos.....  | 400 "          | a \$100     | 160\$000     |
| 22 Perú.....   | 300 "          | a 1\$000    | 300\$000     |
| 23 Laranja.....  | 2600 milheiros | a 2\$500    | 6:500\$000   |
| 24 Limão.....  | 1200 "         | a 4\$000    | 4:800\$000   |
| 25 Lima.....   | 900 "          | a 2\$500    | 2:250\$000   |
| 26 Linho.....  | 620 arrobas    | a 6\$400    | 3:968\$000   |
| 27 Lã.....   | 218 "          | a 12\$000   | 2:616\$000   |
| 28 Muças.....  |                |             | 10:535\$000  |
| 29 Pipas de Vinho.....   | 350 "          | a 22\$000   | 8:360\$000   |
| 30 Pescado vendido em fresco.....  |                |             | 10:100\$000  |
| <i>Totalidades...</i>  |                |             | 309:171\$200 |

## NOTA: —

Grande parte das addições escriptas não bastaram (como sempre) ao consumo, porque além de serem os habitantes em numero de 21.000, se fornece quantos chegam e frequentes Navios, mas também para mais de 10.000 habitantes da Ilha do Pico, que fica na approximação de uma crecida legua e que se estende por mais de 6., em cujo Territorio possuem para cima de 40 moradores da Ilha do Fayal ricas propriedades de vinhos, bellas casas, adegas, e trem de vindima para onde se mudam as colheitas pelos mezes de Agosto, e regressam em Outubro; por cujas relações de interesse e amizade com aquelles povos do Pico constantemente lhes prestam tudo quanto necessitam. N. B. Todas as addições escriptas são calculadas com a maior approximação que foi possível.

Ilha do Fayal de Setembro de 1821.

## N.º 3.º—NOÇÃO 1.ª:

A Ilha do Fayal por sua localidade sobre o grande Oceano, e comparada com as demais dos Açores, que a cercam, parece a erigira positivamente a natureza e a conservára até a presente epocha, para que attendida comece já de ser famosa e decantada por todo o Globo.

## NOÇÃO 2.ª:

O principal ancoradouro é n'uma grande e segura Bahía de millia de semi-

círculo da parte de Leste, em frente com a Ilha do Pico, na approximação de 4 milhas. Todo o fundo d'esta é areia limpa, assim como as Praias em que acaba. Nenhum escolho ha a temer alli, no seu canal e por suas Costas.

### NOÇÃO 3.ª :-

A Villa, que é banhada por este espaço-o surgidouro, se guarnece com uma comprida e forte muralha de 3,400 passos; patenteando-se toda ao mar como a mais bella e consideravel do Reino. Seus vistosos edificios e mui elevados, ricos Templos, entremeados de arvores, formam o amphiteatro mais digno d'attencão.

Os mais notaveis edificios que se demonstram, muito ao longe, são :

1.ª— O magnifico Templo, que foi dos Jesuitas, que é sem duvida a maravilha dos Açores, formado todo de mui fina pedra e bellissima architectura. E' sabido que o seu custo fôra de um milhão de cruzados

- 2.ª — Pouco menos, o grande templo dos Carmelitas.
- 3.ª — O Convento dos Capuchos.
- 4.ª — O dos Franciscanos.
- 5.ª — O Mosteiro de Freiras da Gloria.
- 6.ª — O Mosteiro das Freiras de S. João.
- 7.ª — A Igreja de Santa Casa, com Hospital.
- 8.ª — A Igreja Matriz. 1.ª Parochia.
- 9.ª — A Igreja da Conceição, 2.ª Parochia.
- 10.ª — A Igreja das Angustias, 3.ª Parochia.
- 11.ª — A Ermida de Santa Anna.
- 12.ª — A Ermida do Livramento e Quartel do Governo.
- 13.ª — A Ermida da Boa Viagem
- 14.ª — A Ermida do Pilar.
- 15.ª — A Ermida da Guia.
- 16.ª — O Castello principal de Santa Cruz.
- 17.ª — O Castello Novo.
- 18.ª — A Fortaleza da Guia.

Alem de outros muitos edificios, e casas dispersas por quintas, que se deixam ver do mar.

Mappa geral de Offiços e qũantos Empregados nelles, e algumas outras indagações

| (12 FREGUEZIAS POR TODA A ILHA:)      | Villa<br>Matrã | Conceição | Angustias | Praia de<br>Vila Rica | Pedro<br>Miguel | Ribei-<br>rinha | Sallão | Cedros | Capello | Castello<br>Branco | Fetivas | Flamen-<br>gos | Total-<br>dades |
|---------------------------------------|----------------|-----------|-----------|-----------------------|-----------------|-----------------|--------|--------|---------|--------------------|---------|----------------|-----------------|
| Medicos .....                         | 2              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 2               |
| Cirurgiões .....                      | 2              | 1         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 3               |
| Boticarios .....                      | 3              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 3               |
| Sangradores .....                     | 2              | 1         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 3               |
| Barbeiros .....                       | 5              | 1         | 1         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 7               |
| Professores de Philosophia .....      | 1              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Professores de grammatica Latina ...  | 1              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Professores de primeiras Lettras..... |                | 1         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Chapeleiros .....                     | 1              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Relojoeiros .....                     |                | 1         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Escultores .....                      |                |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Pintores .....                        | 6              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         | 1              | 6               |
| Orives e Obreiros .....               | 13             | 1         | 1         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 15              |
| Marceneiros .....                     | 7              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 7               |
| Torneiros .....                       | 1              |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Caldeireiros .....                    |                |           | 1         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Latoeiros .....                       |                | 1         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 1               |
| Alfaiates e Obreiros .....            | 17             | 3         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 20              |
| Sapateiros e Obreiros .....           | 38             | 52        | 18        | 3                     | 3               | 2               | 3      | 11     | 1       | 9                  | 7       |                | 147             |
| Carpinteiros e Obreiros .....         | 22             | 26        | 12        |                       | 2               | 4               |        | 3      | 1       | 4                  | 2       |                | 82              |
| Tanoeiros e Obreiros .....            | 38             | 8         | 25        | 2                     | 2               |                 |        |        | 1       | 2                  | 2       | 6              | 81              |
| Ferreiros e Obreiros .....            | 8              | 5         | 4         | 1                     | 2               | 1               | 4      | 3      | 3       | 2                  | 2       | 1              | 42              |
| Pedreiros e Obreiros .....            | 42             | 48        | 27        | 3                     |                 | 2               |        | 3      | 1       | 2                  | 2       | 2              | 137             |
| Oleiros e Obreiros .....              |                | 9         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         | 7              | 9               |
| Fabricantes de carros .....           |                |           |           | 2                     | 2               |                 |        | 1      | 1       | 4                  | 2       |                | 17              |
| Surradores .....                      | 1              | 1         |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         | 5              | 2               |
| Curtidores .....                      |                |           |           | 2                     |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 2               |
| Serradores .....                      | 6              | 4         | 4         |                       | 2               |                 | 3      |        |         |                    | 7       |                | 26              |
| Telhadores .....                      |                |           |           |                       | 4               |                 |        |        |         | 4                  |         |                | 10              |
| Cabouqueiros .....                    | 6              | 8         | 5         |                       |                 | 1               |        |        |         | 1                  | 5       | 2              | 26              |
| Arqueiros .....                       |                |           |           |                       |                 | 2               | 2      |        |         |                    |         |                | 6               |
| Lojas de Fazendas .....               | 27             | 1         | 2         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         | 2              | 30              |
| Tabernas .....                        | 20             | 14        | 26        | 2                     | 3               |                 | 1      | 2      | 3       | 2                  | 5       | 8              | 86              |
| Botequins .....                       | 1              |           | 1         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 2               |
| Teares de panno de linho e lã .....   | 19             | 30        | 18        | 25                    | 78              | 79              | 66     | 79     | 57      | 60                 | 116     | 170            | 824             |
| Carros de bois .....                  | 10             | 27        | 7         | 35                    | 97              | 40              | 60     | 133    | 74      | 57                 | 77      | 90             | 707             |
| Atafonas de boi .....                 | 16             | 20        | 8         | 32                    | 104             | 84              | 52     | 111    | 137     | 69                 | 108     | 123            | 873             |
| Moinhos de vento .....                | 1              |           | 3         | 2                     |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 6               |
| Moinhos de agua .....                 | 21             |           |           |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 21              |
| Fornos de cal .....                   | 3              |           | 3         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 6               |
| Fontes .....                          |                |           |           |                       | 6               | 11              | 5      | 9      | 5       | 4                  |         | 5              | 45              |
| Poços d'agua nativa .....             | 36             | 39        | 8         | 4                     |                 |                 |        |        | 2       | 1                  | 4       |                | 64              |
| Poços d'agua batidos .....            | 10             | 8         | 5         | 18                    | 8               | 25              | 21     | 60     | 102     | 64                 | 77      | 8              | 406             |
| Escaleres e botes .....               | 1              |           | 0         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 10              |
| Burcos e lanchões .....               |                |           | 11        |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 11              |
| Lanchas .....                         |                | 15        | 20        | 4                     |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 39              |
| Cahiques .....                        |                |           | 3         |                       |                 |                 |        |        |         |                    |         |                | 3               |
| Fogos .....                           | 548            | 414       | 358       | 155                   | 337             | 241             | 239    | 584    | 394     | 385                | 493     | 458            | 1506            |
| Os cinco Conventos 311 habitantes     | 3098           | 1981      | 1627      | 731                   | 1400            | 1034            | 1176   | 2675   | 1606    | 1698               | 1951    | 1772           | 21000           |

Os cinco Conventos 311 Habitantes.

As noticias dos Officiaes e outras acima são extrahidas dos Mappas dos diferentes Juizes dos Offiços e Juizes Pedaneos, aos quaes expedi ordens para os formarem com toda a exaeição.

O JUIZ DE FÓRA — *Doutor José Maria Osorio Cabral*

circulo da pa  
milhas. Todo  
Nenhum escol

## NOÇÃO

A Villa, q  
comprida e fo  
mais bella e c  
Templos, entra

Os mais r

1.º- O ma  
dos Açores, fo  
que o seu cust

- 2.º - Pou
- 3.º - O C
- 4.º - O d
- 5.º - O A'
- 6.º - O M
- 7.º - A L
- 8.º - A F
- 9.º - A R;
- 10.º - A F;
- 11.º - A E
- 12.º - A E
- 13.º - A E
- 14.º - A E;
- 15.º - A E;
- 16.º - O C
- 17.º - O C
- 18.º - A F;

Alem de o  
xam ver do m;



## CAPITULO II

## ... O GOVERNO INTERINO ...

## Summario

*A conjura de 1 de Março em Ponta Delgada - Auto da Camara da Eleição do Governo Interino - Os festejos de rego-sijo publico - Os agravos da população do Fayal e Pico - O Governo Independente da Horta - Creação do Governo Constitucional em Angra - Prisão de Stokter, seu julgamento e re-habilitação.*

Os descontentamentos da população resumiam-se n'um protesto cerrado e vehemente contra a submissão ao governo d'Angra; os planeadores da Revolta a fim de formar a Junta Governativa e esperar os acontecimentos do Reino abafavam os seus planos no seu grupo limitado. Para que era agremiar gente, ou fatigarem se em repetidas propagandas? Não estava a opinião publica naturalmente preparada para aceitar uma desfecho da natureza d'um governo independente do governo da Ilha vizinha?

Por acaso haveria regiões a dominar? Conflictos d'interesses a debater á Laioncia e ao tiro de canhão? Estes eram factos que se tinham dado no Porto e a marcha sobre Lisboa dos exercitos do Norte podia ter dado lugar á guerra civil.

Não era indispensavel armar o conflito. A posse do Castello era a chave do exito de todo o plano e favel seria ao Tenente João Soares d'Albergaria como official entrar na fortaleza. Logo introduzido inter-mittuz a sua patente de Tenente, a Uca estima de que gosava entre os camaradas e as praças, imporião a auctoridade á guarnição.

Depois de bem debatidas as hypotheses de revezes e successos, os indcentes a argir, o programma a realisar, reuniram-se os libertadores em casa de João Soares de Albergaria no dia 28 de fevereiro. Logo soár as duas badaladas das duas horas da madrugada dirigiram-se todos para o Castello atraz de João Soares.

Aquellas horas a Cidade era um deserto, não se ouvindo o menor ruido. O grupo caminhava embuçado em capas lentamente, n'um passo cadenciado. Era gente resoluta que levava um destino, e de se destino dependia talvez a suprema realidade politica dos michaelenses.

O Tenente João Soares ao chegar ao Campo de S. Francisco desfilou-se do grupo e avançou sobre a guarda mostrando pela barretina e no boloiar da espada ser militar e querer introduzir-se na fortaleza; e enquanto os soldados da guarnição se vinham agrupar ao chamamento da sentinella ao comando, levantando est a ponte levadiza para cothar as communicações com o exterior, atrengon aos soldados intimando-os a obedecer ás suas ordens e offerecendo-lhes pelos serviços a prestar á causa da nova Constituição 120 reis de soldada por dia, pão, bridas novas e 100 patacas de premio. Os soldados aquartelados em numero de uns 40 alegram-se ao ouvirem tto honrosos offerecimentos e levantam entusiastico:



*João Soares de Sousa, Comd' de S. Matias  
um dos promotores da Revolução*

vivas a tão gloriosa causa e a tão generosos e heroicos chefes, os quaes sem perda de tempo commandam os preparativos de defeza contra qualquer tentativa de ата-que que seja organisada de fóra por tropas fieis, mandam montar artilheria no Campo e distribuir polvora e balas aos soldados. Ao romper d'alva os libertadores com a tropa, e duas peças de Campanha sob o commando de João Soares e do Alferes Noronha marcham direitos á Casa da Camara aonde estava destinada a cerimonia da eleição da Junta Governativa, postando-se um troço da força ao longo da raça do Município e escoltando-se uns vinte homens para acompanharem o Alferes Noronha a casa do Governador a S. Pedro.

Emquanto o rufar do tambor e o barulho dos cabos de alabardas batendo no clião ao descançar das armas acordavam Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira, tres salvas de 21 tiro em signal de regosijoe de victoria troavam e numerosos vivas a El-Rei, á Constituição, á Religião e á Familia Real se levantavam em varias partes da Cidade.

O Governador erguido do leito e intimado pelo Alferes Noronha a acompanhá-lo vae protestando contra semelhante abuso de força, jurando nunca partilhar no movimento e invectiva a todos, mostrando-se fiel servidor das instituições, valeroso official senão de nome glorioso adquirido nas numerosas campanhas em que tomára parte, de nome honrado de que se orgulhava.

De facto pela sua bravura e assignalados serviços recebeu as condecorações inglezas da cruz d'honra e merito d'Inglaterra e medalha de Victoria (1) do mesmo paiz a medalha do commando, a cruz d'Hespanha e a das 6 batallas e a Torre e Espada. Era este official descendente d'uma familia do Fayal d'origem Hespanhola e Franceza. Salvador d'Arriaga natural de Guipuzcoa, casou em Bayonna com uma senhora de Henribaren (de Berrendi) do qual casamento nasceu Pedro d'Arriaga que casou com M.<sup>ma</sup> de Lamagueza, D. Catharina, uma herdeira rica, e João d'Arriaga que veio consul de França para a Ilha do Fayal aonde casou com Catharina de Brum da Silveira, descendendo, por seus paes Pedro de Mello da Silveira 6.<sup>o</sup> neto de Joz Huttere, dos Colonisadores. D'esse matrimonio nasceu José de Arriaga que succedeu, seu pai no Consulado, foi juiz dos orphãos e casou em França com uma senhora Naudin, os quaes tiveram os filhos Miguel, Dezebargador, Provedor e secretario das immediatas resoluções de S. Magestade junto do Conde de Lippe e thesoureiro da Casa da Moeda e herdeiro de seu tio José de Peyrelmgue, Coronel de Cavallaria e aide mór da 2.<sup>a</sup> companhia d's mosqueteiros a cavallo em França, matrimoniado com D. Marianna Joaquina de Apollonia Coutinho, dama da real Camara da senhora D. Maria Primeira, a qual morta sem descendencia foi succedida por seu irmão José, dezebargador casado com D. Francisca Josepha Borges da Camara.

Manuel José, desembargador do Paço, Conselheiro d'Estado, matrimoniado com D. Francisca d'Alpis Mello e Castro filha do Capitão General Diniz Gregorio de Mello e Castro, nasceu d'este consorcio, sendo o primogenito, morrendo sem descendencia. Sebastião José, o militar das campanhas da Peninsula e o Governador em Ponta Delgada, foi o seu successor. Eis em rapidas citações tracejadas as ascendenncias e o merito do Governador Arriaga, que na madrugada do dia 1.<sup>o</sup> foi tão imprevisitamente arredado do seu posto.

A Commissão Revolucionaria mandou-o para o quartel e convidou a Assembléa formada pela nobreza, clero e povo já reunidos na Camara ao chamamento das salvas e dos barulhos de regosijo espalhados pela Cidade a eleger o Governo Interino. Em breve o sussurro que se eleva de toda aquella gente emocionada e febril que animava os arredores e a sala das sessões dos Paços do Concelho é suspenso. Todos aquelles que tem de se pronunciar aguardam o movimento para assignar o seu bofetim, todos suspendem as conversações interessados no acto que augumenta de momento para momento de solemnidade.

Não decorre muito tempo para que se conheça o nome dos eleitos da Assembléa. No meio das mais ruidosas e sinceras manifestações de sympathia e alegria;

(1) Medalha Peninsular.

são aclamados o Coronel Antonio Francisco Alfonso de Chaves e Mello, Presidente, André da Ponte de Quental e Sousa, vice-presidente, e Capitão mór Antonio Francisco Botelho de Sampaio Arruda, o reverendo Dr. João Bento de Medeiros Mantua, Jacinto Ignacio Rodrigues da Silveira, Dr. Veríssimo Manuel d'Aguiar vogaes, sendo este ultimo secretario do Governo.

O delirio attinge então o auge, misturando-se os vivas com os abraços effusivos, os apertos de mãos affectuosos enquanto um por um os membros do Governo prestam juramento de fidelidade às Côrtes, ao Rei e à Constituição e assinam o auto que é nos termos seguintes :

Registo do accordam do 1.º de Março de 1821 por onde se installou o Interino Governo Geral d'esta Ilha de S. Miguel.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christ) de mil oito centos e vinte e um, no primeiro de Março, havendo-se congregado nas casas da Camara d'esta Cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, os Actuaes Vereadores e Autoridades, e as mais pessoas da Nobreza e Clero abaixo assignadas, e defronte das mesmas casas o Batalhão que guarnece o Castello de São Braz, e innumera-vel Povo de todas as Clisses, que antecipadamente se tinham ajuntado, e convocado uns aos outros, propuzeram entre si, que não podendo os Habitantes d'esta Ilha pela exportigão de seus effeitos, provisões do que lhes era indispensavel, e outras infinitas relações deixar de seguir a sorte do Reino de Portugal, a quem também tinham a companhia nas desgraças que o moveram e obrigaram a procurar a reforma, que por suas Côrtes se propõem, e confiando em que o Goyernador e Capitão General dos Açores Francisco de Borja Garção Stöckler, que se dizia tinha jurado a Constituição de Portugal, lhes franquearia os meios de poderem livremente, e sem receio de Commoções Populares abrir a sua communicação com o reterido Reino, e remetter seus Deputados às Côrtes, que n'elle se celebraram, viam frustradas e totalmente desvanecidas estas esperanças com o procedimento do mesmo Goyernador e Capitão General que bem longe de corresponder e satisfazer aos seus desejos e confianças, não se contentando com os privar das noticias do que no Reino se passa, com o mais escandaloso despotismo e abuso do seu legitimo poder prohibia n'esta Ilha todos os recusos aos seus Tribunaes e a execução e Ordens, que d'elles tinham sem attenção a serem passados em nome do Nosso Augusto Soberano, e o mesmo senhor, e seu Ministerio no Rio de Janeiro se achar em liberta communicação com o mesmo Reino e novo Governo, e a se ter mostrado prompto a approvar a Constituição, que n'elle se houver de formar e adoptar, e persuadindo-se n'estas circumstancias de que por benignos e suaves meios de nenhum modo podiam e conseguia a sua declaração e união com o Reino de Portugal, e de que nito a razendo ficariam considerados como estranhos para com elle, privados dos meios de remediar as suas desgraças, e sujeitos às costumadas calamidades com tanta certeza e desengano, quanto há pouco movera e obrigara os Habitantes da Ilha da Madri a o rompimento, que tiveram e que os poz em estado de poderem mandar seus Representantes as sobreditas Côrtes; por todas estas razões se haviam convocado e congregado para tratarem dos meios de procurarem e sollicitarem os demonstrados fins, e não se podendo estes conseguir sem que se installasse um Governo, que promova a Eleição dos Deputados da forma emendada e prescripta pelas respectivas Intuições e conserve a ordem Publica ate o Governo Supremo de Portugal dar as Providencias necessarias, nem se considerando elles com menos Direito, do que tiveram os Povos d'aquelle Reino, para instalarem os seus, convinham e acordavam em erigir um Governo, que por hora se compunha de cinco Pessoas, das quaes uma seja da Ordem Ecclesiastica e outra do Corpo do Commercio e um Secretario com voto, que pelos seus e approvação do sobredito Batalhão e Povo, São O Coronel Antonio Francisco Alfonso d' Chaves e Mello — O Capitão Mór Antonio Francisco Botelho de Sampaio Arruda — André da Ponte Quental da Camara e Souza — o Reverendo Doutor João Bento de Medeiros Mantua e Jacinto Ignacio Rodrigues da Silveira e para

Secretario o Doutor Verissimo Manoel Aguiar e para o futuro venha a compor-se de dez Pessoas, querendo as Villas da Ilha concorrer cada uma com o seu membro, aliás approvando os que se acham nomeados e Eleitos e tanto n'aquelles cinco nomeados, como nos demais da forma exposta houverem de concorrer, demittam todo o poder, que nas circumstancias, em que se acham lhes compete, auctorizando-os para que em todos os Ramos o exercitem em toda a extensão e sem reserva alguma, como seus Representantes; pondo todos os meios conducentes a se elegerem e expedirem os Deputados, e conforme as respectivas Instrucções competirem á Ilha, conservando a ordem e promovendo a felicidade Publica e removendo todos os obstaculos, que a estes fins se puderem oppor e encarregando-os tambem de solicitarem tanto os votos das mais Pessoas do Districto, que se não acham presentes e entenderem que devem ser contempladas como as dos Chefes e Commandantes das forças Militares, das demais Auctoridades Ecclesiasticas e Cíveis das mencionadas Villas, dirigindo-lhes os Officios necessarios e pondo todos os meios que julgarem precisos a organizar o referido Corpo, que se intitulará—Governo Geral e Interino da Ilha de São Miguel—o qual continuará a exercitar todos os poderes acima concedidos enquanto se não dá parte ao Governo Supremo do Reino de Portugal e este não expede as competentes Ordens e providencias a esta Ilha como parte integrante do mesmo Reino. E no mesmo Auto prescreverão todas as pessoas acima mencionadas abaixo o juramento da forma seguinte, deferido pelo Doutor Juiz d'esta Cidade—“Juramos aos Santos Evangelhos obediencia ao Supremo Governo de Portugal, que em Nome d'El-Rei Nosso Senhor, o Senhor Dom João Sexto ha-de Governar até á Installação das Cortes:

“Juramos obediencia a essas mesmas cortes e á Constituição que ellas fizerem mantida a Religião Catholica Romana e a Dynastia da Real Casa de Bragança: Juramos obediencia ao Novo Governo Geral e Interino d'esta Ilha debaixo das Ordens do mesmo Governo de Portugal. E eu Manoel Francisco Luiz Pereira, Escrivão da Camara o escrevi. Declaro eu Escrivão que o Vereador mais velho Diogo José do Rego Botelho e Faria deferiu o dito juramento ao Doutor Corregedor Antonio Carlos Borges Pereira Ferraz, e ao Doutor Juiz de Fôra José Antonio Quaresma de Carvalho e Vasconcellos: E eu o sobredito Escrivão o declarei. — Diogo José do Rego Botelho e Faria — Caetano de Andrade — Manoel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque — José Leite de Chaves e Mello — Antonio Carlos Borges Pereira Ferraz — José Antonio Quaresma de Carvalho e Vasconcellos — André da Ponte de Quental da Camara e Souza — Antonio Francisco Botelho de São Paulo Arruda — Antonio Francisco Afonso de Chaves e Mello — o Padre João Bento de Medeiros Mantua — Jacinto Ignacio Rodrigues Silveira — Verissimo Manoel de Aguiar — João José da Costa da Silveira — Nicolau Maria Raposo do Amaral — Luiz Bernardo de Souza Estrella — André Manoel Alvares Cabral — Luiz da Camara Coutinho Carreiro de Castro — Gil Gago da Camara — Francisco Bernardo do Canto Costa e Albuquerque — Agostinho Pacheco de Mello Cabral — Bento Sodré Pereira — João Manoel da Camara Bettencourt e Sá — João Soares de Souza Canto e Albuquerque — Antonio José de Vasconcellos — José Luciano Soares de Albergaria — Manoel Paiva da Fonseca Carvão e Camara — Jacintho Pacheco de Castro — O Vigario Jacinto Tavares Pereira — O Vigario José Raposo Alvares — O Beneficiado José Tavares Pereira do Rego — Pedro Julio da Camara Leme — Jacintho Luiz de Mello Cabral — Joaquim Antonio da Camara Arruda — João Feliz Remy, Cappellão do Castello de São Braz — Antonio Borges Bettencourt Arruda e Sá — Jacintho Luiz do Amaral Frazão, Medico da Camara — Mathews de Andrade Albuquerque Bettencourt, Acessor da Camara — Diogo Vaz Carreiro, Alferes — João Pacheco de Mello — Jacintho Dias do Canto — José Bettencourt Rebello Borges de Castro — João Soares de Souza Ferreira de Albergaria, Tenente Comandante Interino do Batalhão e do Castello de São Braz — Ignacio José da Silveira Estrella, Tenente — Joaquim José de Seixas, Tenente — José Tavares de Faria Machado, Tenente do Quartel Mestre do dito Batalhão — João Maria do Rego Botelho e Faria — Francisco A-

gnelo Bettencourt Carreiro—Manoel Rebello Borges de Castro e Camara, Capitão—Manoel Raposo do Amaral, Tenente—João Ignacio de Noronha, Alferes do segundo Batalhão, Atores—Francisco Manoel da Camara Coutinho Carreiro—Vicente Soares de Albergaria—Jacintho Rebello Borges de Castro, Ajudante—Francisco Ignacio Jacome Corrêa, Alferes—João Bernardo da Camara, Alferes—Luiz José de Medeiros da Costa—João Luiz de Medeiros—Duarte Borges da Camara e Medeiros—Thomaz Hickling Junior—Pedro Jacome Corrêa Raposo d'Althouguia—Philippe Antonio Brum Botelho—Luiz Francisco Rebello Borges—Manoel Ferreira Vieira—José Affonso Botelho—Francisco José da Silva Loureiro—Francisco Bernardo da Silveira Estrella—João Leocadio Vieira—Claudio Jardine—O Beneficiado Manoel Gomes Tavares—Antonio Manoel da Silveira Estrella—José Pedro Soares—Manoel José da Silva Pontes—Damazo Pereira da Camara—Joaquim José de Medeiros—Manoel José Soares—José Francisco Xavier—Thomaz Corrêa Porto—Antonio Rebello de Carvalho—Antonio Joaquim Peixoto—José Jacintho de Andrade—Antonio Francisco Furtado—o Padre João José do Amaral—O Padre Antonio Eginio de Souza—Luiz Alberto de Mello Cabral—José Dias de Lima—Acurcio Arnaud—Jacintho Manoel Garcia do Amaral—Antonio Leandro Raposo—João José Tavares—José Francisco de Medeiros e Souza—Hermogenes José Gomes Machado—Miguel Francisco Raposo—Joaquim Claudio d'Almeida—Angelo José Dias Botelho—João Francisco de Oliveira e Abreu—Manoel Francisco Luiz Pereira—José Joaquim do Vale—Joaquim José da Silva Cortes—Matheus de Freitas Pimentel—Jacintho José de Medeiros—José Joaquim d'Arruda—Joaquim Antonio Pereira—José Maria Mendes, Juiz do Offício de Pedreiro—Manoel Joaquim Carvalho, Juiz de Serralheiro—Manoel Joaquim, Escrivão de Carpina—De Cactano José de Benevides, Juiz do Offício de Carpinteiro, uma Cruz—de Manoel Francisco, Juiz do Offício de Pedreiro, uma Cruz—de Antonio de Benevides, Juiz do Offício de Ferreiros, uma Cruz—Duarte Francisco de Araujo—Jacintho Ignacio Machado—de João de Linhares, Juiz do Offício de Oleiro, uma Cruz—de José Rodrigues, Official de Oleiro e Escrivão do Offício, uma Cruz—E dados pelos mencionados Vereadores e Pessoas da Nobreza e Clero, Auctoridades e mais Pessoas os devidos e costumados vivas á Nossa Santa Religião, á Constituição de Portugal, ao Nosso Augusto Soberano, o Senhor Dom João Sexto e Sua Sereníssima Família, e repetidos pelo Batalhão e innumeravel Povo que na frente da Casa da Camara se achava e seguidos das descargas da Infanteria e da Artilheria tanto da Fortaleza de São Braz como de São Pedro, passaram immediatamente á Matriz da Cidade, aonde estavam juntas as trez collegiadas e a Communidade de São Francisco da mesma Cidade, alli cantaram de Musica e Instrumental—o Te-Deum—em acção de Graças a Deus Nosso Senhor, dando assim por findo este auto, que serviu de regosijo a todo o Publico.

Eu Manoel Francisco Luiz Pereira, Escrivão da Camara o escrevi e assignei—  
*Manoel Francisco Luiz Pereira.*

Conferido

*Angelo José Dias Botelho*

Já a Matriz com os altares illuminados, as capellas floridas, rescendendo a incenso e exhalando os mais variados perfumes das violetas e das rosas mantinha as portas abertas de par em par para receber a população da Cidade que ia ouvir um Te-Deum em acção de graças pelo glorioso acontecimento. O cortejo formase atraz dos membros do Governo e todos se dirigem para a igreja aonde se acha o corpo ecclesiastico adornado com os mais vistosos paramentos, os franciscanos e os graciosos. Depois dos enthusiasmos profanos, aquella cerimonia religiosa cala bem na alma dos crentes politicos. O recolhimento nas orações recompõe as emoções de duvida que durante horas sobressaltou o espirito d'aquelles heroes e elles vão sahir d'alli, como nas corações os monarchas sahiram

investidos com os poderes magestáticos para o governo da nação, dispostos e habéis para os primeiros despachos da administração publica.

Os canhões de S. Braz já de novo ribombam pelas quebradas das serras, annunciando o termo do serviço religioso quando o cortejo se dirige de novo por entre a multidão festiva para os Paços do Concelho.

Todos os chefes militares e todas as Camaras foram convidadas a reconhecer a nova Constituição, jural-a e mantel-a; e trez dias de regosijo popular foram decretados havendo 3 salvas officiaes em cada dia de 21 tiros. O Governador ao 4.º dia sahia do Quartel para sua casa e prestou juramento; e ao 8.º houve nova festividade na Matriz a convite do Governo, assistindo os Magistrados da Cidade e das Villas, os officiaes milicianos dos dois regimentos, officiaes d'ordenanças das villas e da Cidade, negociantes, consules, communidades religiosas e ecclesiasticas e membros das Camaras Municipaes. Pelo largo em volta da Igreja estava a tropa vendo-se postado em frente á porta do norte o regimento de Milicias, na frente estava o batalhão e na praça a Artilheria que salvou ao levantar a Deus e ao terminar do Te-Deum. A' sahida o Senado acompanhado pelos Procuradores do povo, pelos Governadores, pelos assistentes á cerimonia, todos de chapéu na mão e em forma de Cortejo vieram passar revista á tropa levantando em frente das bandeiras, varios vivas á Religião, ao Soberano e á Constituição, retribuindo n'essa occasião as manifestações levantadas pelo Presidente do Governo e comandante do Regimento Jacintho Luiz de Mello Cabral, elevando vivas aos Governadores. N'essa noite houve novas illuminações publicas, estando na Camara um retrato de D. João VI, ouvindo-se de dentro pelas janellas abertas deliciosos trechos de musica tocados por orchestra de cordas.

Dois grandes arcos triumphaes, um na rua da Cadeia, o outro para o lado sul dos Paços do Concelho, completavam a illuminação do Edifício Municipal em frente do qual tambem tocava a banda regimental a um numero auditorio e nos intervallos da musica varias produções litterararias foram proferidas das janellas, alevantando os feitos praticados e o estabelecimento do novo regimen que enchia a todos de esperança.

Na Horta, quando tiveram conhecimento do que se passára em Ponta Delgada, os descontentes do Governo da Capitania aproveitaram-se do facto para fomentar na opinião publica as mesmas ideias de separação. O estado d'isolamento em que as ordens do general tinham posto as outras Ilhas dos grupos orientaes dava-se no Fayal e Pico, alem d'isso os desmandos do governo da Capitania tinham-se feito sentir tão pesadamente para lá como para as Ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

Eis em que termos se queixavam os fayalenses e a população do Pico segundo os termos da Camara da Horta ás Constituintes :

"Viviamos em uma passiva mas angustiada expectação, observando que todas as medidas alli (em Angra) adoptadas eram aqui transmittidas, tendiam senão totalmente a reprimir o nosso enthusiasmo de adhesão pela santa causa da mãe patria, pelo menos a sopear e retardar o seu desenvolvimento para o praso em que el-rei o sr. D. João VI adoptasse na corte do Rio de Janeiro o systema constitucional, abraçado pela nação.

"Este partido já assaz penoso pela repugnante divisão politica em que nos constituíram para com o berço da capital da monarchia, tornou-se de dia em dia mais violento e insupportavel pelas providencias successivamente expedidas desde o mez de outubro passado.

"Para o manter rigorosamente foi-nos prohibida a leitura de papeis publicos nacionaes, sendo-nos interceptados a bordo dos navios pelos officiaes da policia; os recursos forenses para os tribunaes do reino, legitimamente constituídos, foram-nos cassadas as sentenças e diplomas das graças por elles expedidos, considerados como nullos e vedada a sua execução, sem que comtudo se obviassem para o futuro, e menos remediassem, quanto ao preterito, os damnos e prejuizos que aos

interessados e dependentes deveriam resultar d'uma tão monstruosa paralyisia politica.

"Sob pretexto de augmentarem as rendas reaes se puseram em almoeda os officios de justiça e fazenda, sem que contudo se nos fizesse patente o regio diploma de que devesse derivar a legitimidade d'uma tal contribuição; os devedores fiscaes de boa fé garantidos pela junta da fazenda no juro e segurança das modicas prestações, que pela mesma e em consequencia das ordens regias lhes haviam sido concedidas e estipuladas para o seu maior e suave desempenho, ameaçados de sequestros, quando não satisfizessem promptamente as ultimas requisições; e ate quando, sem fabricas algumas entre nós, se acha o nosso commercio na maior estagnação e diminuição e a illia exhausta de numerario em concur-

so e diario fluxo para os cofres da junta pelas diversas repartições dos multiplicados e sobrepesados tributos que, muito desproporcionalmente ás nossas circumstancias se nos teem accumulado desde 1760, taes são: decima urbana e funeraria, cisas de bens de raiz, selles de papel, cisa de carne verde, 3 por cento para comboios; ao mesmo tempo em que, alem dos dizimos, subsidio litterario e outros antigos impostos, se acham aggravados os nossos fundos e capitaes com a sensivel diminuição de 25 por cento na comparação estabelecida pelo estylo mercantil, para com o valor das moedas do reino e estrangeiro; razão que sendo muito attendida já no tempo em que em 1760 se creou a capitania geral e junta da fazenda d'estas ilhas, moveu a clemencia do snr. rei D. José da gloriosa memoria a fazer sustar a execução do projecto, que já então houvera de estabelecer a decima entre nós; accrescendo a isto a falta de escolas primarias para a educação da mocidade, apesar de abundar para isso



*Jacyntho Ignacio Rodrigues da Silveira*

*Retrato de Jacintho Rodrigues da Silveira. Bellu. memoria do Governo Interino*

o rendimento do subsidio litterario, serem sempre muito tarde pagos os filhos das folhas civil militar e ecclesiastica, em acção nesta ilha, e acharem-se as suas necessidades publicas na maior negligencia e abandono pela posição em que esta namara se achia desde a dita epocha de 1760, da administração dos 2 por cento sobre a exportação dos generos do paiz e da metade da imposição do real d'agua, que por creação d'estes impostos, lhe competia para acudir-se as fortificações, obras publicas e expostos.

•I ultimamente estavamos ameaçados de sermos constrangidos a imitar o partido declarado e adoptado na capital pelo capitão general, e repellir com força qualquer tentativa que os vasos de guerra da nação, do departamento de Lisboa, pudessem fazer n'este porto para n'elle entrarem e auxiliarem o desenvolvimento das nossas declarações pela justa causa da nação, para cujo fim haviamos sido suggeridos pelo mesmo general, por officio de 15 d'abril corrente; e ainda que fosse este colhonestado com a demissão de denunciarmos leal e francamente os nossos sentimentos sobre um tal assumpto para, segundo elles, confirmar o seu

ulterior procedimento, ser comitudo notorio ao mesmo tempo que, em conformidade da sua dita declaração, havia ordenado ao governador d'estas ilhas, que não admittisse a ellas communicações com navios de guerra da nação, do departamento de Lisboa, sem que os commandantes lhe apresentassem uma licença d'elle, e para auxiliar e fiscalizar a execução d'essas ordens, destacou para aqui uma comissão militar, composta do tenente coronel João Pereira de Mattos Rite e do tenente Christiano José Garção, com o pretexto de disciplinar as tropas d'esta illia e de dirigir a defeza dos portos, contra alguma invasão de corsarios argelinos, para o que se envolveu como necessario a providencia de ser entre nós introduzido o reforço de 100 soldados dos do numero da tropa d'Angra.

«Eis a violenta e agitada collisão em que geníamos constrangidos, sem outro recurso mais do que a constancia nos soffrimentos e escudando-nos com o silencio que, em Angra pelos meios aterrantes das armas, e de uma devassa abertura de inconfidencia parecia fulminar contra nassas benevolas intenções patrióticas; quando graças infinitas serão dadas aos liberaes desvelos da mãe patria, despontando o dia 11 do corrente appareceram n'estes mares os brigues de guerra nacionaes e reaes—Tejo e Providencia—que animaram os espiritos e prepararam o dia seguinte, para que reproduzindo-se entre nós as gloriosas e memoraveis scenas representadas pela mãe patria nos dias 24 d'agosto e 15 de setembro de 1820, nos fizessemos dignos de tomar parte na gloria immortal, que por elles competia á nação».

Não houve grande difficuldade pois em remir gente que se juntasse aos promotores do movimento e a 11 de Maio, convidados o governador, officiaes da armada e dos regimentos de milicias e pessoas da nobreza e clero e povo a reunirem-se pelas trez horas da tarde no Quartel, lançaram-se vivas á Constituição, ao Rei, á Religião e ás Côrtes applaudidos pela multidão toda que seguia em cortejo á Camara a eleger o Governo enquanto o Castello de Santa Cruz e os brigues de guerra salvavam.

Elegem a Assembléa José Roberto Pires Alves de Miranda (Pte.), Coronel Estacio Machado d'Ulta Telles Vice Pre., Capitão Mór José Francisco da Terra Brum, ouvidor ecclesiastico Francisco Xavier da Silva, João Manuel da Camara Berquó, Sergio Pereira Ribeiro e Bacharel José Francisco de Medeiros com o entusiasmo de todos e seguiram festas e illuminações que se repetiram poucos dias depois com a noticia da implantação do Regimen Constitucional na Terceira. De facto no

dia 13 tora alli acclamado D. João VI cuja noticia de ter prestado juramento a Constituição viera pela fragata Perola que egualmente trazia a ordem do licenciamento de Stockler e do Bispo—D. Frei Manuel Nicelau d'Almeida.

Stockler designou o deão José Maria Bettencourt, o Corregedor João Bernardo Rebello Borges e o Governador do Castello, Caetano Paulo Xavier para o Governo Interino aggregando-se a si e ao Bispo e no dia seguinte na Camara Municipal teve o juramento e as festas que se seguiram sendo notavel a attitudo conservada para com os constitucionaes que se acharam presos e que nas cadeias permaneceram até ao dia 17 em que foi publicado um indulto por edital.

Esse sentimento que o Governo quíz imprimir á soltura dos presos e que ma-



*O Capitão Mór*

*Antonio Francisco Botelho de S.*

*Paio Arruda*

Membro do Governo Interino



nifestam nas seguintes palavras publicadas no edital: "na esperança de que ninguém se animaria a maltratar-os por acções nem palavras antes os considerassem dignos de viverem tranquillos no seio das suas familias e patria" era uma suggestão do General Stokler que queria deixar na Capitania a impressão de que o unico governo contra o qual se tinha havido protestos e desrespeito tinha sido o Governo da Capitania General unico nos Açôres e absoluto enquanto a nova Constituição politica não foi estabelecida em Portugal; e o general ao embarcar affirmou sollemnemente que ia supplicar ás Cortes amnistia para os *Crimes* por elles commettidos.

É interessante a todos os respeito a politica de Stokler e a Corte de D. João VI teve tanto em attenção esses sentimentos do Governador que, quando as preoccupações de mando e centralismo exaltam D. Miguel e excitam o Rei, quando as desconfianças invadem o governo, por occasião de restabelecer em 1823 pelo decreto de 18 d'agosto a Capitania Geral outra vez nos Açôres, com as mesmas attribuições da antiga Capitania do Marquez de Pombal é elle agraciado com o titulo de Barão da Villa da Praia, voltando a desempenhar o cargo para Angra outra vez.

Stokler contudo soffreu um processo com o Bispo, moroso, que terminou com a sentença de 10 de junho de 1823 sendo-lhes contudo reconhecido não só o applauso e a estima da opinião publica d'Angra como as melhores intenções de Governo para manter a ordem.

## CARTA DE LEI

D. João, por graça de Deus, rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarve, d'aquem e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. Faço saber aos que esta minha carta de lei virem, que, tomando na minha real consideração os gravissimos inconvenientes que devem resultar de continuar a ser regulado o governo civil e militar das ilhas dos Açores pelas disposições conteuidas na carta de lei de 2 de fevereiro de 1822, que aos regulamentos anteriores substituiu providencias verdadeiramente desorganisadoras, muito contrarias á commodidade dos meus fieis vassallos moradores nas mesmas ilhas, e prejudiciaes á prosperidade d'ellas, como a experiencia já tem demonstrado; reconhecendo que de tudo quanto se contém na dita carta de lei sómente é justo, e por isso digna de sustentar-se, a creação da nova comarca, de que se faz menção no § 2.º; e querendo fazer cessar os ponderados inconvenientes, conformando-me com o que n'esta materia me foi presente, em consulta da junta por mim creada para a revisão das leis e providencias legislativas e economicas, publicadas de 24 de Agosto de 1820 em diante: sou servido determinar o seguinte:

1.º—O governo civil e militar das sobreditas ilhas será novamente regulado pela legislação anterior á mencionada carta de lei, cujas disposições hei por bem revogar, instaurando o governo geral das mesmas ilhas providentemente estabelecido pelo regimento dado por meu augusto avô o senhor rei D. José I, que santa gloria haja, em 2 de agosto de 1766.

2.º—Serão da mesma fôrma instauradas e postas em exercicio, como antes das referidas innovações se achavam, não sómente a junta criminal e a denominada do paço, que por commodidade dos meus fieis vassallos evitavam os recursos mais morosos para os tri-



*Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque*

Depois 1.º Barão das Laranjeiras  
Membro da Comora

bunaes d'esta Côte n'aquelles casos, que pelos respectivos regimentos se acham declarados, mas tambem a junta da real fazenda, providentemente creada no dito anno de 1766 e posteriormente reformada no de 1799, em consequencia da carta regia de 20 de outubro de 1798.

3.º—Ficará unicamente subsistindo, por ser conforme ao interesse publico, a creação de uma nova comarca que tenha por capital a Villa da Horta da Ilha do Fayal, e por districto esta mesma Ilha com as do Pico, Flores e Corvo; vencendo o mesmo ordenado, emolumentos, proes e percalços, que como tal vence o Corregedor da Comarca de Angra. E sou outrosim servido crear para o expediente d'esta nova comarca os officios de um escrivão, de um meirinho e de um inquiridor, que juntamente sirva de contador e distribuidor.

4.º—Sou servido determinar que o governo militar dos Açores resida seis mezes na Ilha Terceira e seis na de São Miguel; podendo comtudo sahir a visitar as outras ilhas, quando assim convier ao meu real serviço e o exigirem os interesses e commodos de seus habitantes

Pelo que mando á mesa do desembargo do paço, regedor da Casa da supplicação, ou quem seu logar servir, conselhos de minha real fazenda, de guerra e do ultramar, mesa da consciencia e ordem, e bem assim a todos os tribunaes e quaesquer pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta carta de lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém. E ao Dr. Manuel Nicolau Esteves Negrão, do meu conselho, desembargador do paço e chanceller mór do reino, ordeno que a faça publicar na chancellaria e registrar nos livros onde tocar, remettendo-se exemplares d'ella a todos os tribunaes, cabeças de comarcas, villas e logares onde é costume registarem-se semelhantes leis, e mandando-se o original para o meu real archivo da Torre do Tombo.

Dado no Palacio da Bemposta, aos 18 de agosto de 1823. — El-rei, com guarda.—Joaquim Pedro Gomes de Oliveira.







